



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social

Steffi Lema Suárez Penetra

**Análise da concepção da relação pensamento-linguagem no
Transtorno do Pensamento Formal: um contraponto a partir da
Psicologia Histórico-Cultural**

Rio de Janeiro

2020

Steffi Lema Suárez Penetra

Análise da concepção da relação pensamento-linguagem no Transtorno do Pensamento Formal: um contraponto a partir da Psicologia Histórico-Cultural

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Rafaela Teixeira Zorzanelli

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

A636 Penetra, Steffi Lema Suárez

Análise da concepção da relação pensamento-linguagem no Transtorno do Pensamento Formal: um contraponto a partir da Psicologia Histórico-Cultural / Steffi Lema Suárez Penetra – 2021.

138 f.

Orientadora: Rafaela Teixeira Zorzanelli

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Transtornos mentais – Psicologia – Teses. 2. Transtornos da linguagem – Psicologia – Teses. 3. Psicologia – Teses. I. Zorzanelli, Rafaela Teixeira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 616.89-008.434.3

Bibliotecária: Joice Soltosky Cunha – CRB 7 5946

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Steffi Lema Suárez Penetra

Análise da concepção da relação pensamento-linguagem no "transtorno do pensamento formal": um contraponto a partir da Psicologia Histórico-Cultural

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 02 de setembro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Rafaela Teixeira Zorzanelli (Orientadora)
Instituto de Medicina Social – UERJ

Prof.^a Dra. Jane Araújo Russo
Instituto de Medicina Social – UERJ

Prof. Dr. Alexandre Magno Teixeira de Carvalho
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Camilo Barbosa Venturi
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2020

RESUMO

PENETRA, Steffi Lema Suárez. *Análise da concepção da relação pensamento-linguagem no Transtorno do Pensamento Formal: um contraponto a partir da Psicologia Histórico-Cultural*. 2020. 138f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O *transtorno do pensamento formal* (TPF), tradicionalmente considerado o "sintoma" mais característico da esquizofrenia, é um construto psicopatológico cujas raízes remontam ao século XIX e cuja trajetória foi marcada por uma série de reformulações. Ao longo das décadas, conforme exposto no primeiro capítulo deste trabalho de pesquisa, teóricos filiados a diferentes abordagens psicopatológicas buscaram entender, descrever e explicar o TPF com base em quadros teóricos diversos. A publicação do DSM-III (APA, 1980) marca duas mudanças importantes relativas ao TPF: este sintoma não é mais considerado específico da esquizofrenia, podendo portanto estar presente em outros transtornos mentais; e opta-se por renomeá-lo como "fala desorganizada", em consonância com uma perspectiva que se pretende puramente descritiva, empírica e ateórica. No entanto, como evidenciado no segundo capítulo, a despeito das transformações que caracterizam sua trajetória, o construto do TPF permaneceu desde suas origens alicerçado em determinados pressupostos teóricos fundamentais, notadamente em concepções específicas acerca da relação pensamento-linguagem. Sendo assim, com o objetivo de fornecer elementos que possam contribuir para o debate a respeito das bases filosófico-epistemológicas que informam categorias psicopatológicas, o presente trabalho de pesquisa apresenta a teoria acerca da relação entre pensamento e linguagem elaborada por Lev Vygotsky, considerado o fundador da Psicologia Histórico-Cultural, junto a seus parceiros de pesquisa. Ao apresentar a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, busca-se não apenas apontar o caráter de *possibilidade*, e não de *necessidade*, das premissas acerca da relação pensamento-linguagem subjacentes ao construto do TPF, mas sobretudo trazer um contraponto a partir do qual essas premissas podem ser questionadas e repensadas.

Palavras-chave: Transtorno do Pensamento Formal. Fala desorganizada. Relação pensamento-linguagem. Psicologia Histórico-Cultural.

ABSTRACT

PENETRA, Steffi Lema Suárez. *Análise da concepção da relação pensamento-linguagem no Transtorno do Pensamento Formal: um contraponto a partir da Psicologia Histórico-Cultural*. 2020. 138f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Formal thought disorder (FTD), traditionally considered the most characteristic "symptom" of schizophrenia, is a psychopathological construct whose roots date back to the 19th century and whose trajectory was marked by a series of reformulations. Over the decades, as exposed in the first chapter of this thesis, researchers aligned with different psychopathological approaches sought to understand, describe and explain FTD based on various theoretical frameworks. The publication of DSM-III (APA, 1980) marks two particularly important changes related to FTD: this "symptom" is no longer considered specific to schizophrenia, and may therefore be present in other mental disorders; and it was renamed as "disorganized speech", in conformity with a perspective that is supposedly empirical, purely descriptive and atheoretical. However, as evidenced in the second chapter, despite the transformations that characterize its trajectory, FTD is a construct that has remained, since its origins, grounded in certain fundamental theoretical assumptions, notably on specific conceptions about the relationship between thought and language. Thus, in order to provide elements that can contribute to the debate about the philosophical-epistemological bases that inform psychopathological categories, this research presents the theory about the relationship between thought and language developed by Lev Vygotsky, considered the founder of Cultural-Historical Psychology, and his research partners. When presenting the perspective of Cultural-Historical Psychology, the aim is not only to point out that the assumptions underlying the FTD construct concerning the relationship between thinking and language are a *possibility* and not a *necessity*, but also and mainly to bring a counterpoint on the basis of which these premises can be questioned and rethought.

Keywords: Formal thought disorder. Disorganized speech. Language and thought. Cultural-historical psychology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Associação de Psiquiatria Americana
DSM-I	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 1ª edição
DSM-II	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 2ª edição
DSM-III	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 3ª edição
DSM-IV	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 4ª edição
DSM-5	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição
HSW	Hipótese Sapir-Whorf
PMD	Psicose maníaco-depressiva
TEP	Transtorno(s) do Espectro da Psicose
TPF	Transtorno do Pensamento Formal

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	06
1	DO "TRANSTORNO DO PENSAMENTO FORMAL" À "FALA DESORGANIZADA": A TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO	09
2	TRANSTORNO DO PENSAMENTO FORMAL: PRESSUPOSTOS ACERCA DA RELAÇÃO PENSAMENTO-LINGUAGEM SUBJACENTES AO CONSTRUTO	31
3	CONSIDERAÇÕES DE LEV VYGOTSKY E DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL SOBRE AS TEORIAS ACERCA DA RELAÇÃO PENSAMENTO-LINGUAGEM	54
3.1	Sobre os métodos de investigação da relação entre pensamento e linguagem: uma crítica a partir da Psicologia Histórico-Cultural	62
4	CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL À COMPREENSÃO DA RELAÇÃO ENTRE PENSAMENTO E LINGUAGEM	70
4.1	Crítica a Piaget: sobre a origem e o desenvolvimento da linguagem interior	70
4.2	Análise genética da relação pensamento-linguagem: do desenvolvimento biológico ao histórico-social	74
4.3	Sobre a mutabilidade dos significados/conceitos e o caráter cambiante da relação pensamento-linguagem: a crítica vygotskiana ao anti-historicismo	81
4.4	Análise funcional da relação entre pensamento e palavra	98
5	DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS (DES)CONTINUIDADES DO CONSTRUTO	110
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

A "fala desorganizada" é um dos critérios elencados para diagnóstico de esquizofrenia e dos outros transtornos do espectro da psicose (TEP), conforme estabelece a última edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) em 2013. Embora no DSM-5 (2014, p. 100) conste a informação, especificamente em relação à esquizofrenia, de que "nenhum sintoma é patognomônico do transtorno" e que a realização do diagnóstico deve envolver "o reconhecimento de um conjunto de sinais e sintomas associados a um funcionamento profissional ou social prejudicado", a "fala desorganizada" foi, durante muitas décadas, considerada uma manifestação típica e até mesmo patognomônica da esquizofrenia.

A própria versão do DSM imediatamente anterior ao DSM-5 (2013), o DSM-IV (1994), menciona a visão de Bleuler segundo a qual a "fala desorganizada" seria a característica individual mais importante da esquizofrenia (APA, 1994, p. 276) sem tecer críticas explícitas a essa ideia, isto é, sem fazer alusão ao debate que teve lugar na década de 1970 a respeito do tema da "especificidade" da fala desorganizada para diagnóstico de esquizofrenia.

Como podemos perceber no texto no DSM-IV (APA, 1994) abaixo citado, a única ressalva feita ao argumento bleuleriano diz respeito à nomenclatura, que passa de "*disorganized thinking*" ou "*formal thought disorder*" para "*disorganized speech*" em virtude da reconhecida dificuldade em definir o que seria um "transtorno do pensamento". Porém não há um questionamento explícito à ideia de que a fala desorganizada seja "*the single most important feature of Schizophrenia*".

Disorganized thinking ("formal thought disorder," "loosening of associations") has been argued by some (Bleuler, in particular) to be the single most important feature of Schizophrenia. Because of the difficulty inherent in developing an objective definition of "thought disorder," and because in a clinical setting inferences about thought are based primarily on the individual's speech, the concept of disorganized speech has been emphasized in the definition for Schizophrenia used in this manual (APA, 1994, p. 276).

Ainda que o DSM-5 deixe claro que a "fala desorganizada", isoladamente, não é suficiente para determinar o diagnóstico de nenhum dos transtornos mentais elencados pelo manual, é notável que este critério seja, ao lado de delírios e alucinações, considerado até hoje um critério dito "fundamental", isto é, dotado de

maior peso para o diagnóstico de esquizofrenia e também de outros TEP – ao contrário, por exemplo, de "comportamento motor grosseiramente desorganizado" e dos chamados "sintomas negativos", que incluem avolia, alogia, anedonia, expressão emocional diminuída etc (APA, 2014, p. 88)¹.

A fim de explicitar o que é, o que significa e como identificar a "fala desorganizada", o próprio DSM-5 apresenta ao leitor uma seção intitulada "Desorganização do Pensamento (Discurso)" (DSM-5, 2014, p. 88), cujo conteúdo está transcrito abaixo:

A desorganização do pensamento (transtorno do pensamento formal) costuma ser inferida a partir do discurso do indivíduo. Este pode mudar de um tópico a outro (descarrilamento ou afrouxamento das associações). As respostas a perguntas podem ter uma relação oblíqua ou não ter relação alguma (tangencialidade). Raras vezes, o discurso pode estar tão gravemente desorganizado que é quase incompreensível, lembrando a afasia receptiva em sua desorganização linguística (incoerência ou "salada de palavras") (APA, 2014, p. 88, grifo meu).

Previamente à adoção da definição acima citada pela quinta edição do DSM (DSM-5, 2013), que em seu conteúdo é similar à definição adotada pelas edições anteriores, existiram outras maneiras de definir o que é esse "transtorno do pensamento formal" (TPF) inferido a partir da produção verbal do falante (BERRIOS, 1996; JERÓNIMO et al., 2018). Ou seja, a definição de TPF aí presente é fruto de uma trajetória percorrida por esse construto ao longo de mais de um século e que foi, e ainda é, intensamente marcada por (re)elaborações e (re)teorizações.

A fim de explicitar essa trajetória, o primeiro capítulo deste trabalho será dedicado à apresentação de um histórico das definições de "transtorno do pensamento (formal)" desde o século XIX, que foi o período em que determinados fenômenos observáveis a nível de produção linguística – nomeadamente uma "desorganização da fala" – começaram a ser correlacionados a uma suposta desorganização do pensamento e adquiriram o status de critério diagnóstico, isto é, de manifestação de determinados transtornos mentais.

Em seguida, no segundo capítulo, será realizada uma discussão acerca das teorias sobre pensamento e sobre linguagem que predominaram durante os séculos XIX e XX e que foram fundamentais para a (re)construção desse "sintoma" em

¹ É notável ainda que, conforme esse critério diagnóstico perde seu status de manifestação patognomônica ou de "característica mais importante" da esquizofrenia, comecem a surgir propostas no sentido de considerá-lo uma categoria nosológica distinta, independente, um transtorno de ordem neurocognitiva (TAN; ROSSELL, 2015).

psicopatologia. Assim, seremos capazes de identificar e compreender qual são os pressupostos acerca da relação entre pensamento e linguagem estruturantes do construto.

Feito isso, passaremos ao terceiro capítulo, ao longo do qual serão apontados alguns contra-argumentos a tais pressupostos, sinalizando as lacunas e as insuficiências das teorias que historicamente alicerçaram o construto do TPF. E então, no quarto capítulo, apresentaremos de fato uma maneira distinta de compreender a relação entre pensamento e linguagem, na expectativa de que esse contraponto funcione como uma nova perspectiva em psicopatologia, uma perspectiva contra-hegemônica capaz de contribuir para as discussões dedicadas ao problema da relação entre pensamento e linguagem, enriquecendo esse debate.

No quinto capítulo, realizaremos uma síntese das discussões até então realizadas no trabalho, buscando entender, por um lado, que estratégias relativas à produção do conhecimento psicopatológico participam da produção do “mito de continuidade” (BERRIOS et al., 2003), isto é, da ideia de que um construto que foi extensamente reelaborado ao longo das décadas é um mesmo e único construto.

E, por outro lado, argumentaremos que, no caso do TPF, apesar de reconhecidos os mecanismos por meio dos quais opera o mito de continuidade, há de fato permanências reais relativas aos pressupostos teóricos que fundamentaram toda a trajetória do “transtorno do pensamento formal” à “fala desorganizada”. São esses pressupostos, responsáveis por conferir a continuidade do construto TPF/fala desorganizada, que serão aqui investigados, identificados, explicados e, por fim, questionados.

1 DO "TRANSTORNO DO PENSAMENTO FORMAL" À "FALA DESORGANIZADA": A TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO

As primeiras descrições e definições de "transtorno do pensamento" enquanto construto psicopatológico datam da primeira metade do século XIX (BERRIOS, 1996) e, desde então, a compreensão do que vem a ser um transtorno do pensamento e que traços o caracterizam foi se transformando, assim como foi se transformando o papel e a relevância deste construto enquanto critério para diagnóstico de transtornos mentais, notadamente a esquizofrenia.

O diagnóstico de "transtorno do pensamento" já foi atribuído a pessoas "*making nonsensical claims (delusions), or showing weird usage of words (linguistic mannerisms) ou fallacious ways of reaching conclusions (illogicality) or impaired articulation (dysarthria) or paraphrasing or fractured syntax or semantics (aphasia) etc*" (BERRIOS, 1996, p. 71).

Com efeito, não é incomum encontrarmos, em textos escritos em diferentes momentos históricos, a presença de relatos sobre pessoas falando "coisas sem sentido" (BERRIOS, 1996). No entanto, esse achado só revela que este fenômeno comportamental já era identificado antes de ser considerado um "sintoma", uma manifestação de doenças ou transtornos específicos, mas não nos permite traçar a história do conceito de "transtorno do pensamento" como adotado pelas ciências da mente.

Por isso, Sass e Parnas (2017, p. 500) afirmam que "o conceito de 'transtorno do pensamento' abrange uma gama de fenômenos distintos cuja semelhança não é óbvia". E, assim como foram propostas diversas formas de descrever e explicar o TPF, foram também propostas diversas maneiras de "mensurar" este transtorno. Dentre os métodos de "quantificação" e avaliação da gravidade do TPF, encontram-se

general psychopathological scales such as the Scale for the Assessment of Positive Symptoms [SAPS], the Scale for the Assessment of Negative Symptoms [SANS], the Positive and Negative Syndrome Scale [PANSS] for schizophrenia, the Brief Psychiatric Rating Scale [BPRS], (which) have some items dedicated to FTD. Some specific FTD scales have also been developed such as the Thought and Language Disorder (TALD) scale, Thought, Language, and Communication Disorders (TLC) scale, The Thought and Language Index (TLI), The Thought Disorder Index (TDI) (JERÓNIMO et al., 2018, p. 4).

Essa enorme variedade de maneiras de avaliar o TPF decorre, segundo Jerónimo et al. (2018), da inexistência de consenso no que diz respeito à própria definição do que é o TPF e à descrição de suas manifestações clínicas. Não havendo consenso conceitual e descritivo, não é possível, conseqüentemente, estabelecer consenso no que diz respeito aos métodos mais adequados de avaliação do transtorno.

Essas incertezas e discordâncias em torno da definição de transtorno do pensamento formal não são recentes. Com efeito, são tão antigas quanto o próprio TPF como construto psicopatológico. Uma das primeiras menções a um transtorno do pensamento formal no campo da psicopatologia remonta há cerca de dois séculos. Foi no início do século XIX que Jean-Étienne Esquirol publicou *Des maladies mentales considérées sous les rapports médical, hygiénique et médico-legal* (1838), obra em que sugere a existência de uma afecção primária da faculdade de coordenar ideias. Na primeira parte de sua obra, intitulada *Mémoires sur la folie et ses variétés*, o autor afirma que,

Si la folie est caractérisée et entretenue par des erreurs de sensations, elle l'est aussi par la multiplicité des sensations, l'abondance des idées, la versatilité des déterminations, qui se produisent sans ordre, sans but, sans fixité. Cette exubérance de pensées ne permet pas à l'aliéné de s'arrêter assez longtemps sur chaque sensation, sur chaque idée, pour séparer les idées qui n'ont aucun rapport entre elles, pour écarter les idées surabondantes; il ne peut plus saisir les rapports, ni comparer, ni abstraire. [...] La faculté qu'a notre esprit d'associer nos sensations et nos idées, de les coordonner entre elles, de les combiner avec nos déterminations, offre des altérations très remarquables chez les fous. La plus légère impression, la plus faible consonance provoquent les associations les plus étranges (ESQUIROL, 1838, p. 5. Grifo meu).

O pensamento de Esquirol é considerado um marco da fundação do pensamento psicopatológico contemporâneo porque este autor, junto a Pinel, de quem foi um proeminente discípulo, introduziu uma transformação metodológica na abordagem dos transtornos mentais que consistia em lançar mão da observação clínica sistemática a fim de delimitar precisamente quadros nosológicos, isto é, de estabelecer categorias psicopatológicas estáveis (PACHECO, 2003).

Contudo, esta delimitação em prol da qual Esquirol e outros psiquiatras se empenharam durante o século XIX – e muitos se empenham até hoje – baseava-se não somente na observação clínica, mas também em um quadro de referências teóricas no qual se encontra uma teoria determinada acerca da relação entre pensamento e linguagem (BERRIOS, 1996).

Ainda ao longo do século XIX, como veremos adiante, outros autores fizeram referência ao conceito de *transtorno formal do pensamento* – ou *transtorno do pensamento formal* – como uma categoria psicopatológica. Isso significa que, embora tenha sido reconhecido sobretudo após os trabalhos de Kraepelin e Bleuler, o transtorno do pensamento formal já vinha sendo conceituado e descrito como manifestação indicativa de transtornos mentais antes mesmo que estes dois autores começassem a pesquisar e a publicar seus trabalhos.

Dentre os autores cujas obras precederam as de Kraepelin e Bleuler, está James Prichard, médico inglês que atribuiu a origem da "incoerência" da fala a falhas na conexão entre os pensamentos. Prichard usa o termo "incoerência" como sinônimo de "demência", que na década de 1830 tinha um significado muito diferente do que tem hoje e que era descrita por ele, efetivamente, de modo semelhante às descrições clínicas do transtorno do pensamento.

Mais especificamente, Prichard descrevia demência como uma "falta de sequência ou conexão entre as idéias, um fracasso dessa aptidão na constituição mental" (PRICHARD, 1837, p. 71). Alguns anos depois, em 1871, o psiquiatra alemão Ewald Hecker definiu o transtorno do pensamento de forma similar, como "*a peculiar departure from normal logical sentence structure, with frequent changes in direction that may or may not lose the train of thought*" (HECKER apud LAWRIE et al., 2010, p. 397, grifo meu).

Foi Hecker que, nesse mesmo período, enquanto estudava e realizava análises clínicas dos pacientes internados na clínica psiquiátrica de Görlitz, então dirigida por Karl Kahlbaum, desenvolveu os conceitos de hebefrenia e ciclotimia, tendo definido a hebefrenia como um transtorno caracterizado por início na adolescência, comportamento irregular e rápido declínio de todas as funções mentais. Mais tarde e até bem recentemente, esses traços constitutivos da "hebefrenia" seriam considerados característicos de um subtipo de esquizofrenia, também conhecida como esquizofrenia de "tipo hebefrênico" ou de "tipo desorganizado", caracterizada por um início usualmente na juventude e um curso contínuo e sem remissões significativas (APA, 1994).²

² A menção à "hebefrenia" de Hecker se justifica aqui porque é importante ter em mente que as categorias diagnósticas têm uma história de construção e de reconstrução; de entrelaçamentos que se fazem, refazem e desfazem. A hebefrenia, por exemplo, foi uma designação/definição proposta por um personagem importante da história da nosologia psiquiátrica que persistiu por muitas décadas, a princípio como um diagnóstico em si - isto é, como uma categoria diagnóstica independente - e,

Outra figura importante na história dos transtornos do pensamento é o psiquiatra alemão Wilhelm Griesinger. É de Griesinger a primeira proposta conhecida de distinção entre os transtornos da forma e os transtornos do conteúdo do pensamento, proposta esta que é ainda hoje bastante influente nas teorizações e nos debates acerca dos transtornos do pensamento.

Além disso, Griesinger propôs um mecanismo para explicar o surgimento do TPF segundo o qual a incoerência característica e definidora do TPF decorreria "do fato de que as percepções são evocadas não apenas de acordo com seus conteúdos (semelhantes ou contrastantes), mas especialmente de acordo com a semelhança externa dos sons nas palavras" (BERRIOS, 1996, p 75, tradução minha). Ou seja, para Griesinger, a causa do TPF seria, grosso modo, uma concatenação baseada predominantemente na "forma", na aparência sonora das palavras.

Além disso, Griesinger (1845) sugeriu que um fator possivelmente participante da produção dessa incoerência, ou causador da incapacidade de produzir coerência, seria a deficiência de reciprocidade entre os hemisférios cerebrais. Essa sugestão advém de sua crença em que as doenças (*illnesses*) mentais são doenças cerebrais.

Até este momento, como podemos perceber, os teóricos não propunham uma distinção clara entre transtorno do pensamento e transtorno da fala, atribuindo a uma alteração do pensamento determinadas características observáveis na fala dos pacientes. No entanto, ainda em meados do século XIX, o médico belga Joseph Guislain distingue os transtornos do pensamento e os transtornos da fala, sendo que o "transtorno do pensamento formal" foi por ele considerado um transtorno do pensamento, ainda que fosse deduzido a partir da fala do paciente.

No fim do século XIX, em 1892, Jules Séglas publicou *Des Troubles du Langage chez les Aliénés*. Pelo título da obra, podemos perceber que este autor se

posteriormente, como um subtipo de esquizofrenia. Isso significa, então, que essa persistência se deu às custas de certas reformulações, até porque o surgimento da categoria "esquizofrenia" ocorreu após o surgimento da "hebefrenia". Nesse sentido, cabe questionar se a hebefrenia de Hecker é a mesma hebefrenia dos séculos XX e XXI. Essa discussão, porém, não cabe aqui e agora. Além disso, é interessante notar que o "transtorno do pensamento" tal como descrito por Hecker - ou seja, como a presença de desvios em relação à "estrutura lógica normal das sentenças" - seria posteriormente considerado por alguns autores e por importantes manuais diagnósticos de psiquiatria como a manifestação mais característica da esquizofrenia. E este status de "manifestação mais característica da esquizofrenia" - que foi parcialmente desmontado sobretudo a partir de fins do século XX, como veremos adiante - é essencial para compreendermos a história do construto "transtorno do pensamento (formal)", porque a história do TPF está intrinsecamente relacionada com a história do construto da esquizofrenia, de modo que dificilmente seria possível tentar resgatar a história de um desses construtos de maneira independente da história do outro.

dedica a tratar dos "transtornos de linguagem", porém nela descreve alguns comportamentos linguísticos definidos por outros autores como transtornos do pensamento e os atribui a alterações primárias no pensamento. Com efeito, Séglas (1892) afirma que é sempre por intermédio da linguagem que as alterações do pensamento se traduzem, se manifestam externamente.

Segundo Séglas (1892), alterações na fala – que ele chama de "transtornos da linguagem falada" – poderiam resultar de alterações primárias no pensamento (dislogia) ou na função da linguagem (disfasia) ou na articulação motora da fala (dislalia, por "educação defeituosa da fala"). A categoria dislogia inclui, portanto, os casos de transtorno do pensamento, que seriam revelados por alterações na velocidade, na forma, na sintaxe ou no conteúdo da fala.

É nesse momento de virada do século XIX para o século XX que Emil Kraepelin, discípulo de Griesinger e integrante da chamada corrente organicista alemã, publica seu *Kompendium der Psychiatrie*, em 1883. Esse compêndio seria reeditado oito vezes até 1915 e se tornaria seu famoso *Tratado de Psiquiatria*, considerado um dos pilares fundamentais da moderna psiquiatria (Pereira, 2001). Nessa obra, Kraepelin propõe que transtornos mentais são expressões de anormalidades biológicas, cerebrais, e anos mais tarde, em 1920, reforça sua visão biológica ao sugerir que os transtornos psiquiátricos devem ser entendidos como grupos de sintomas gerados por determinados padrões de atividade cerebral (KRAEPELIN, 1992 [1920] apud GREENE, 2007). Nesse sentido, a Psiquiatria deveria tratar os transtornos mentais como "entidades mórbidas inscritas no campo das ciências naturais" (PEREIRA, 2001, p. 127).

Em 1899, já na sexta edição da sua obra, Kraepelin realiza sua conhecida distinção entre *dementia praecox* e psicose maníaco-depressiva, e elenca a catatonia, a *dementia paranoides* e a hebefrenia como formas de *dementia praecox*. Antes disso, em 1893, o autor já havia definido a "demência precoce" como "o desenvolvimento subagudo de uma condição peculiar e simples de fraqueza mental que ocorre em uma idade juvenil" (KRAEPELIN, 1893, p. 435 apud BERRIOS, 2013, p. 136).

Kraepelin distingue essas duas entidades – a *dementia praecox* e a psicose maníaco-depressiva – com o argumento de que a *dementia praecox* seria causada por "a definite disease process in the brain" (KRAEPELIN, 1902, p. 153) e que em raros casos "this is a reparable lesion, but in most cases the impairment of function is permanent and progressive" (idem, p. 283). Enquanto isso, o transtorno maníaco-

depressivo teria como causa base uma desordem hereditária e seria dotado de um prognóstico melhor em relação à *dementia praecox*.

Essa dicotomização proposta por Kraepelin foi extremamente influente no último quarto do século XX, com o resgate de uma leitura do modelo kraepeliniano que se tornou paradigmática na psiquiatria do fim do século. De acordo com Crow (1990) a dicotomia kraepeliniana desfrutou de tanta influência que "*no respectable textbook is without separate chapters on the two 'diseases' and much of the impetus behind modern operation diagnostic criteria (DSM-III and so forth) is directed at distinguishing these supposed entities with maximum reliability*" (CROW, 1990, p. 790).

Cerca de uma década depois, em 1911, o psiquiatra suíço Eugen Bleuler renomearia a *dementia praecox*, então designando-a como esquizofrenia. Mas, antes disso, em 1902, Renée Masselon publicou *Psychologie des Déments Précoces*. Nesta obra, Masselon realizou uma descrição de determinadas manifestações bastante semelhantes àquelas que hoje servem ao diagnóstico de transtorno do pensamento formal, porém Masselon as categorizava como transtornos da linguagem (JERÓNIMO et al., 2018).

Jaspers (1963) afirma que essa "dificuldade" em distinguir transtornos do pensamento e transtornos da linguagem/da fala perpassa toda a história da psicopatologia e decorre da artificialidade e da subjetividade das classificações psicopatológicas. Entretanto, consideramos que, mais do que isso, a crença na possibilidade de inferir a existência de um "transtorno do pensamento" a partir de determinadas características da fala do paciente, isto é, de sua produção linguística verbalizada, só existe dentro de um sistema teórico segundo o qual há uma correspondência de 1:1 entre fala e pensamento (BERRIOS, 1996), sendo a fala tomada como reflexo do pensamento.

Foi somente no início do XX que começaram a ser introduzidas definições que ganharam mais destaque e que se assemelhavam à definição ainda em voga atualmente. Foi particularmente nessa época que ocorreu o maior investimento no conceito de "transtorno do pensamento", graças às contribuições de diversos autores, como os já mencionados Kraepelin e Masselon, além de Kleist, Schneider, Goldstein e Bleuler, sendo que o investimento deste último na descrição e na legitimação do valor do construto foi de singular importância.

Com Bleuler, o transtorno do pensamento formal adquire "primordial importância patológica e diagnóstica" (PERALTA; CUESTA, 2011) e o status de critério proeminente para diagnóstico de esquizofrenia – a antiga *dementia praecox* de Kraepelin. Segundo Bleuler, o TPF surge quando

*the associations lose their continuity. Of the thousands of associative threads which guide our thinking, this disease seems to interrupt, quite haphazardly, sometimes such single threads, sometimes a whole group, and sometimes even large segments of them. In this way, **thinking become illogical and often bizarre*** (BLEULER, 1950 [1911], p. 14. Grifo meu).

Segundo Bleuler, portanto, haveria uma incapacidade de associar idéias de maneira lógica sempre presente em casos de esquizofrenia (ANDREASEN, 1979). Essa incapacidade seria consequência da ausência de uma ideia determinística central. Por não haver esse nó central, "*thoughts arise linked to each other by means of idiosyncratic causal connections, leading to a production of distorted concepts characterized by condensation, displacement, and symbolism. This way patients present thoughts that are disconnected from reality*" (JERÓNIMO et al., 2018, p. 2).

Daí Moskowitz e Heim (2011) salientarem que, embora de fato Bleuler tenha discorrido sobre os transtornos do pensamento na esquizofrenia, ele via estes transtornos como manifestações secundárias ao "afrouxamento de associações" (*loosening of associations*). Esta maneira de entender e de explicar o TPF está alinhada com o paradigma psicológico associacionista, que era predominante no século XIX (MOSKOWITZ; HEIM, 2011) e que, em fins do século XX, Andreasen (1979, p. 1329) julgou ser "ultrapassado" (*outdated*).

A centralidade atribuída ao TPF para diagnóstico de esquizofrenia, sobretudo a partir da disseminação das ideias de Bleuler, levou muitos psiquiatras norteamericanos a acreditar que o TPF é um achado *sine qua non* e patognomônico para diagnóstico deste transtorno (ANDREASEN, 1979; RADANOVIC et al., 2013), ideia esta que começou a ser desconstruída principalmente a partir da década de 1970.

Após a Primeira Guerra Mundial e sucedendo Bleuler, muitos outros pesquisadores da área começaram a escrever artigos tratando de alterações na linguagem e de transtornos do pensamento. Conforme observa Berrios (1996, p. 72), essa grande afluência de publicações atingiu seu auge na década de 1930, indicando o nascimento de "uma nova indústria de pesquisa", e se deu num período em que "*the pendulum began to shift in a developmental and psychosocial direction again, with*

work reflecting description of the internal subjective and interpersonal phenomenology of mental illness" (SPIEGEL, 1994, p. 90).

Nesse período, então, a abordagem biológica/cerebralista de Kraepelin e característica do organicismo alemão começa a perder espaço para abordagens psicodinâmicas, que buscam explicar esse fenômeno psicopatológico não em termos de alterações cerebrais, mas em termos de processos psicológicos, como a formação de conceitos, a articulação de ideias, a velocidade do processo de pensamento etc. Entretanto, mantém-se como ponto de partida a ideia de que o TPF existe enquanto entidade, que é uma manifestação característica da esquizofrenia e que é dedutível a partir das características da produção verbal dos pacientes.

Um dos pesquisadores que publicou nesse período foi o psiquiatra alemão Ernst Kretschmer, que estabeleceu o diagnóstico diferencial entre esquizofrenia e psicose maníaco-depressiva por volta de 1920. Kretschmer aceitou a teoria proposta por Bleuler segundo a qual o fenômeno primário, isto é, a causa original do transtorno do pensamento em pessoas com diagnóstico de esquizofrenia seria a dissociação ou desintegração mental generalizada.

Segundo este psiquiatra, uma diferença fundamental entre os diagnósticos de esquizofrenia e de PMD seria justamente a "extrema dissociação" dos esquizofrênicos em oposição à "extrema não-dissociação" dos maníaco-depressivos. A dissociação é definida por Kretschmer como "a tendência para a atividade mental ocorrer isoladamente, não sendo influenciada por e isolada de outras atividades mentais" (PAYNE; HEWLETT, 1960, p. 4) e tem como oposto um alto grau de integração. Segundo Kretschmer, então, o transtorno do pensamento formal típico da esquizofrenia é caracterizado "pela fragmentação da atividade mental e pela falta de relações lógicas entre os sistemas de idéias" (idem).

Para o psiquiatra alemão Eihard Von Domarus, que publicou em 1927 o artigo *Zur Theorie des schizophrenen Denkens*, o TPF não decorria de uma "falta de relações lógicas". Von Domarus especulou que o pensamento de portadores do transtorno do pensamento formal (ou "pensamento esquizofrênico") seria paralógico, isto é, regido por leis lógicas distintas das que regem o pensamento das pessoas consideradas normais. Para este psiquiatra, "*the schizophrenic regressed to a previous level of cognitive functioning, reasoning on the bases of the identity of predicates rather than the identity of subjects*" (BLACK; OVERTON, 1990, p. 268). Dessa maneira, "*the schizophrenic thinking is dominated by the principle that two*

objects are identical when they share a common attribute" (BANDINELLI et al., 2006, p. 118).

Alguns anos depois, no início da década de 1930, a psicóloga norteamericana Harriet Babcock elaborou outra hipótese diferente para explicar o surgimento do transtorno do pensamento então considerado característico da esquizofrenia. Segundo Babcock, o TPF seria causado por um "retardo grosseiro da velocidade intelectual" (PAYNE; HEWLETT, 1960, p. 5). A autora argumenta que essa lentidão do processo de pensamento é extrema a ponto de, em uma situação normal de entrevista, os pacientes não disporem de tempo para responder as perguntas que lhes são feitas antes de receberem a próxima questão, e é isso o que "faz com que o pensamento pareça desordenado, uma vez que um método para lidar com essa desvantagem é apenas responder aleatoriamente" (idem). Babcock afirma inclusive que essa lentidão intelectual poderia ser a causa para o relativo isolamento social desses indivíduos, porque a velocidade reduzida do pensamento funciona como um fator dificultador de seu engajamento em conversas.

Com efeito, segundo Payne e Hewlett (1960), pesquisas vieram a demonstrar, conforme propunha Babcock, que pessoas apresentando transtorno do pensamento e diagnosticadas com esquizofrenia levavam mais tempo para resolver problemas. No entanto, observou-se que também pessoas com diagnóstico de depressão apresentavam essa capacidade de resolução de problemas lentificada, o que sugere que a "lentidão intelectual" não seja o único fenômeno presente capaz de explicar o transtorno do pensamento típico da esquizofrenia. Além disso, a lentidão em si poderia ter diversas causas: "*some people being slow because their minds work slowly, some because they are unable to concentrate, being constantly distracted, and others because they are thinking about a different problem which they believe to be relevant*" (PAYNE; HEWLETT, 1960, p. 6).

O trabalho de Babcock se insere na já mencionada tendência, emergente após a Primeira Guerra Mundial, de declínio das abordagens associacionistas e localizacionistas e de ascensão de outras abordagens, como a chamada psicologia holística e de abordagens pautadas na teoria da evolução. Segundo Berrios (1996), com a difusão das teses do evolucionismo durante esse período e de sua apropriação política, foram difundidas teorias do pensamento segundo as quais haveria diferenças de cunho qualitativo entre o pensamento dos ditos "povos primitivos" e o pensamento dos indivíduos integrantes das sociedades civilizadas. Com base nessas ideias,

desenvolveu-se inclusive a hipótese de que os processos de pensamento dos portadores de transtornos mentais seriam semelhantes aos processos de pensamento do "homem primitivo".

Ainda nas décadas de 1930 e 1940, enquanto Babcock propunha a lentidão intelectual como causa subjacente ao conjunto de manifestações clínicas enquadradas como "transtorno do pensamento", o psicólogo canadense Norman Cameron e o neurologista e psiquiatra alemão Kurt Goldstein, este último concebendo o "pensamento esquizofrênico" sob a perspectiva da psicologia da Gestalt, sugeriram que o TPF possivelmente fosse decorrente de alguma anormalidade na formação de conceitos, porém estes autores discordavam quanto à natureza desta possível anormalidade.

Goldstein sustentava, como colocam Payne e Hewlett (1960, p. 6), a "teoria da concretude". Segundo essa perspectiva, a característica determinante do "pensamento esquizofrênico" é a incapacidade de exercer o raciocínio indutivo e de realizar generalizações abstratas, isto é, o TPF teria como causa básica o bloqueio da habilidade de formar conceitos, o que resultaria em uma concretude anormal e quase absoluta. A fim de comprovar esta hipótese, Goldstein e outros pesquisadores empreenderam experimentos que, segundo Payne e Hewlett (1960), sofriam de uma falha metodológica central, a saber: os próprios critérios de concretude utilizados para determinar se o pensamento das pessoas diagnosticadas com esquizofrenia era de fato "anormalmente concreto".

Com base em tais critérios, Goldstein e outros pesquisadores que defendiam a "teoria da concretude" classificavam como concretos determinados processos de pensamento que, embora considerados incomuns, não revelavam exatamente uma incapacidade de produzir generalizações. Dentre os métodos de investigação utilizados para avaliar a suposta concretude do pensamento destes pacientes, estava o "teste dos provérbios" (*proverbs test*), cujos resultados apontaram para a conclusão de que os pacientes diagnosticados com esquizofrenia que participaram da pesquisa de fato apresentaram a tendência "a definir palavras e a interpretar provérbios de maneira peculiar. No entanto, isso não é necessariamente devido à incapacidade de generalizar. Não há evidências conclusivas de que os esquizofrênicos sejam mais concretos que o normal, embora exista uma evidência considerável de que a generalização que eles fazem tende a ser incomum" (PAYNE ; HEWLETT, 1960, p. 7).

Já Norman Cameron, embora também acreditasse, assim como Goldstein, que o TPF fosse derivado de alterações na capacidade de formar conceitos, afirmava que o problema era exatamente o oposto daquele apontado por Goldstein. Segundo Cameron, não haveria excesso de concretude, e sim excesso de abstração, o que tornaria os conceitos "super generalizados". Daí sua teoria ter sido chamada de "teoria da superinclusão" (*theory of overinclusion*). Segundo este autor, o fenômeno de *overinclusion* é caracterizado pela extrapolação dos limites conceituais normais pela incorporação de elementos que não constituem os conceitos essencialmente e que, muitas vezes, têm um caráter pessoal.

Ainda na década de 1930, Schneider realizou sua contribuição à trajetória do conceito de transtorno do pensamento formal ao descrever um conjunto heterogêneo de cinco fenômenos observáveis que seriam integrantes deste transtorno. Dentre estes fenômenos, Schneider elenca: o descarrilamento (*derailment*), que consiste na desagregação da associação, com um pensamento – um enunciado verbal – se "desviando", levando a outro pensamento/enunciado aparentemente não relacionado; a omissão (*omission*), em que há o ocultamento inconsciente de um pensamento ou de parte dele; a substituição (*substitution*), em que um pensamento principal é substituído por um pensamento subsidiário; a fusão (*fusion*), fenômeno em que é possível observar algum grau de manutenção da cadeia normal de associações, porém com justaposição de conteúdos heterogêneos e incompreensíveis; a suspensão, que diz respeito à interrupção repentina de um determinado pensamento (enunciado); e, por fim, Schneider elenca o fenômeno que chama de *drivelling*, caracterizado pela "mistura desordenada de partes constituintes de um pensamento complexo" (FISH, 2007, p. 47).

No início da década de 1940, Jacob Kasanin, psiquiatra russo cuja formação foi realizada nos Estados Unidos no início do século XX, publicou *Conceptual thinking in schizophrenia* (1942) e *Language and Thought in Schizophrenia* (1944). Nesta última obra, que Kasanin produziu com Nolan Lewis, o autor faz o seguinte comentário sobre o estado das teorias sobre o transtorno do pensamento formal, que ele denomina "pensamento esquizofrênico" (*schizophrenic thinking*) durante o período entre-guerras:

After World War I, formal investigations in the field of schizophrenic thinking were stopped for almost two decades because of the extreme interest of the psychiatrist in the dynamic aspects of psychiatry as expressed in the teaching of Meyer, Freud, Jung and others. These investigators pointed out that schizophrenic speech utterances have a definite meaning and content even

though they may be quite distorted and incomprehensible to the observer
(KASANIN; LEWIS, 1944, p. 2)

Embora Kasanin tenha tentado compreender e descrever o que os transtornos mentais significavam para o paciente e como as experiências de vida e o suporte social de que o paciente dispunha poderiam contribuir para o curso clínico, ele via na "descrição precisa" e objetiva, característica do modelo kraepeliniano, um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma ciência psiquiátrica (SPIEGEL, 1994). No entanto, por ora, a vertente psicodinâmica continuava a desempenhar um papel relevante na abordagem dos transtornos psiquiátricos.

Um exemplo disso é o DSM-I (APA, 1952), publicado em 1952 pela American Psychiatric Association. O DSM-I foi publicado poucos anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, período em que a classificação das afecções psiquiátricas nos Estados Unidos se encontrava, segundo Blashfield et al. (2014), em um estado caótico, afinal havia então quatro sistemas classificatórios distintos em uso.

A fim de corrigir essa situação, que passou a ser encarada como um problema, a APA elaborou e publicou o DSM-I, cujo objetivo era estabelecer uma classificação que fosse aceitável "to all members of its organization and that could unify the diagnostic terms of its psychiatrists" (BLASHFIELD et al., 2014, p. 28). A busca de consenso terminológico e de padronização das categorias diagnósticas buscava dar conta de "finalidades acadêmicas, terapêuticas, legais, administrativas e financeiras" (ALARCÓN; FREEMAN, 2015, p. 38).

Essa primeira edição do manual, contendo 106 categorias diagnósticas apresentadas ao longo de 132 páginas, foi pautada por um enfoque psicanalítico³. Orientado por uma abordagem psicodinâmica, o DSM-I se empenhava mais em abordar as questões subjacentes às manifestações clínicas do que em descrever as manifestações em si, os "sintomas" clinicamente evidentes da afecção mental.

O DSM-I (APA, 1952) dividiu os transtornos mentais em dois grandes grupos: o grupo das condições orgânicas, constituído por casos em que o transtorno mental

³ Embora essa ideia seja amplamente aceita, Cooper e Blashfield (2016) contestam, em artigo intitulado *Re-evaluating DSM-I*, a ideia de que o DSM-I fosse de fato um sistema de classificação psicanalítico. Os autores apresentam quatro argumentos que sustentam seu questionamento. São eles: os psicanalistas representavam a minoria dos integrantes do comitê responsável pela redação do DSM-I; os psicanalistas da época não usavam o DSM-I; o DSM-I foi influenciado por conceitos kraepelinianos assim como por conceitos psicanalíticos; e, por fim, autores contemporâneos à publicação do DSM-I não julgaram que o manual fosse pautado em princípios psicanalíticos.

seria precipitado ou favorecido por uma afecção primária da função cerebral; e o grupo dos transtorno funcionais, que abrangia aqueles transtornos então tidos como resultantes de uma dificuldade ou incapacidade geral do indivíduo de se ajustar (HORWITZ, 2014).

Esses transtornos funcionais eram chamados de "reações" – por exemplo, reação esquizofrênica e reação depressiva – porque assumia-se que, diferentemente dos transtornos orgânicos, estes transtornos fossem decorrentes de uma resposta funcional ao meio social e às experiências de vida. Essa visão estava de acordo com a visão sobre a natureza dos transtornos mentais que ainda prevalecia nas décadas de 1950 e 1960 e também orientou a elaboração da segunda edição do DSM (DSM-II) (APA, 1968), dezesseis anos mais tarde.

No fim da década de 1960, um ano antes da publicação da segunda edição do DSM (DSM-II) (APA, 1968), Frank Fish (1967) publica a primeira edição de seu livro, intitulado *Clinical Psychopathology: Signs and Symptoms in Psychiatry*, um breve compêndio de 128 páginas em que reuniu as descrições então consideradas clássicas dos "sintomas" em psiquiatria e apresentou uma proposta de classificação psicopatológica. Esta primeira edição foi revisada em 1974 por Max Hamilton (HAMILTON, 1974), uma segunda edição foi publicada em 1985 (HAMILTON, 1985), uma terceira em 2007 (CASEY; KELLY, 2007) e uma quarta em junho de 2019 (CASEY; KELLY, 2019).

No prefácio a esta terceira edição da obra de Fish, os psiquiatras Brendan Kelly e Patricia Casey (2007, p. v) afirmam que "*despite its brevity or more likely because its brevity, Fish's Clinical Psychopathology soon became an essential text for medical students, psychiatric trainees and all healthcare workers involved in the delivery of mental health services*". E é por isso que, de acordo com Jerónimo et al. (2018, p. 2), a classificação proposta por Fish ainda hoje "orienta a classificação de sintomas psiquiátricos em muitos países".

De acordo com a classificação de Fish (1967), os "transtornos do pensamento e da fala" constituem uma dentre sete categorias de transtornos psiquiátricos e podem ser subdivididos em quatro tipos: (i) transtornos da corrente de pensamento, (ii) transtornos da posseção do pensamento, (iii) transtornos do conteúdo do pensamento e (iv) transtornos da forma do pensamento (sinônimo de "transtorno do pensamento formal", segundo o autor).

Além disso, Fish (1967) subdividiu o transtorno do pensamento formal em "positivo" e "negativo", explicando que a diferença entre essas subcategorias consiste em que "*while in the negative FTD the patient loses his capacity to think (even though he doesn't produce abnormal concepts), in the positive FTD the patient produces false concepts resulting from the fusion of several disconnected elements*" (JERÓNIMO et al., 2018, p. 3).

Ou seja, o TPF "positivo" seria caracterizado pela produção de conceitos "falsos", enquanto o TPF "negativo" decorreria de uma incapacidade de pensar, porém não afetaria necessariamente a capacidade de formar conceitos. Parece, então, que Fish não considera a formação de conceitos um ato de pensamento, afinal assume que é possível que a capacidade de formar conceitos se mantenha intacta enquanto há a perda da capacidade de pensar. Mais adiante apresentaremos um contraponto a esse pressuposto de Fish.

E, no que diz respeito ao transtorno do pensamento formal positivo, Fish (1967) afirma que nesse subtipo há o comprometimento da organização e da concatenação de ideias, por sua vez relacionado ao prejuízo da capacidade de abstração e da formação de conceitos. Ou seja, é como se a pessoa não tivesse perdido a capacidade de pensar, mas pensasse "errado", de maneira anormal. Observamos, aqui, a influência daquelas ideias previamente sustentadas por Goldstein em sua teoria da concretude, além da influência das ideias de Bleuler, segundo as quais o TPF é uma manifestação clínica específica da esquizofrenia e decorrente da falha da capacidade de associação de ideias.

Em 1968, a APA publica a segunda edição do DSM. As definições presentes no DSM-II (1968), assim como aquelas presentes na edição precedente, eram curtas, genéricas e "impregnadas de teoria" (HORWITZ, 2014). Em relação ao DSM-I, foram realizadas algumas modificações. Houve aumento da quantidade de categorias diagnósticas, de 106 para 182. Além disso, alguns termos foram alterados com a finalidade de tornar as escolhas terminológicas mais compatíveis com a nomenclatura utilizada pela oitava revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-8), da Organização Mundial de Saúde (OMS), que vigorou de 1968 a 1978. Blashfield et al. (2014, p. 29) inclusive afirmam que "*the American version of the ICD-8 was the DSM-II*".

Em relação às modificações terminológicas, o DSM-II não mais utilizou o termo "reação", de modo que "reação esquizofrênica" tornou-se "esquizofrenia", por

exemplo. Contudo, foi mantida a orientação psicanalítica/psicodinâmica e as definições dos transtornos permaneceram semelhantes (HORWITZ, 2014). Nessa segunda versão do DSM, assim como na primeira, não há uma definição precisa do que se entende por transtorno do pensamento (*thought disorder*). Na verdade, não há definição alguma.

Reproduzindo a ideia de que o transtorno do pensamento é típico da esquizofrenia, o DSM-II (1968) afirma que na esquizofrenia "*the mental status is attributable primarily to a thought disorder*" (APA, 1968, p. 33) e que, nesse caso, o transtorno do pensamento é a "anormalidade central" (APA, 1968, p. 37). Além disso, o manual faz referência ao transtorno do pensamento como sinônimo de "*schizophrenic thought*".

Curiosamente, não há alusão à fala do paciente, como se fosse óbvio que o transtorno do pensamento é evidenciado pela fala e, ainda, como se fossem óbvias e conhecidas por todos os profissionais que consultam o manual quais são as características da fala que revelam este transtorno. Essa situação muda no DSM-III (APA, 1980). No Glossário de Termos Técnicos desta terceira edição do DSM, diz-se sobre o termo "Formal Thought Disorder" que é

*a disturbance in the form of thought as distinguished from the content of thought. The boundaries of the concept are not clear and **there is no consensus as to which disturbances in speech or thought are included in the concept.** For this reason, **'formal thought disorder' is not used as a specific descriptive term in DSM-III.** See loosening of associations, incoherence, poverty of content of speech, neologisms, perseveration, blocking, echolalia, clanging (APA, 1980, p. 359. Grifo meu).*

Assim, a partir do DSM-III (APA, 1980), evita-se o uso da expressão "transtorno do pensamento formal" como um termo descritivo porque se reconhece que as fronteiras desse conceito não são claras e que não há consenso quanto à definição de que transtornos de fala ou de pensamento configurariam o TPF. Daí, recomenda-se que o leitor busque o(s) significado(s) abarcado(s) pela antiga expressão *transtorno do pensamento formal* em diversos outros termos, como neologismos, incoerência e ecolalia, considerados termos mais descritivos e melhor representativos da realidade observável, conforme explicaremos mais adiante.

Em relação à ideia de que o TPF seria uma manifestação psicopatológica característica da esquizofrenia, começaram a ser levantados alguns questionamentos, sobretudo na década de 1970, por psiquiatras como John Reed (1970) e Nancy

Andreasen (1974, 1979a, 1979b), que revisaram as contribuições anteriormente realizadas sobre esse tema.

Antes de apresentarmos as contribuições de Nancy Andreasen acerca dessa temática, é importante pontuar que seus trabalhos se inserem em um movimento de retomada e de ascensão dos pressupostos biologizantes que atravessavam as elaborações de Emil Kraepelin. Esse movimento é designado por alguns autores como a "revolução neokraepeliniana"⁴ na Psiquiatria por ter representado mudanças radicais sobretudo na abordagem diagnóstica (COMPTON; GUZE, 1995), que passou a (re)enfatizar a ideia de que aos transtornos mentais subjazem causas biológicas e a (re)enfatizar também a importância e a necessidade de realizar descrições "precisas" e "objetivas" dos transtornos mentais e suas manifestações.

Inserida nesse contexto teórico-epistemológico, Andreasen (1979) observa que, embora a influência da psiquiatria bleuleriana tenha contribuído para difundir a ideia de que o TPF é patognomônico da esquizofrenia, até então não havia nem mesmo uma definição padronizada e objetiva de TPF. Segundo Lawrie e colaboradores (2010, p. 397), "*no one has ever succeeded in producing a satisfactory definition of the term thought disorder, or in identifying any fundamental psychological or linguistic deficit capable of accounting for the various observable abnormalities of schizophrenic speech*".

Com efeito, como pudemos observar ao longo deste breve apanhado das definições, descrições e teorizações em torno do TPF,

defining the nature of thought disorder in schizophrenia and recognizing it in individual patients is often a matter of more controversy, however. Various theorists have emphasized facets such as regression, concreteness, overinclusiveness, or disordered communication learned from parents as salient traits of schizophrenic thinking. Goldstein, Kasanin, Benjamin, Payne, Epstein, Cameron, and many others have attempted to create tests that would distinguish schizophrenic from nonschizophrenic thinking. These have included interpreting proverbs, a variety of sorting tests, and verbal tests of conceptual style. Efforts of theorists and psychometricians have been

⁴A visão sobre os trabalhos de Kraepelin difundida após a década de 1970, principalmente nos Estados Unidos, e que de certo modo embasa essa abordagem dos transtornos mentais dita neokraepeliniana - que se propõe ateuca, "estritamente biológica", empírica e não confere relevância à psique - resulta provavelmente, segundo Berrios (2013), de uma leitura seletiva das obras deste autor que desconsidera tanto sua historicidade quanto as dezenas de artigos que ele publicou após 1913, ano da publicação da oitava edição de seu Tratado de Psiquiatria. Em 1920, Kraepelin chegou a questionar a dicotomização por ele próprio realizada entre *dementia praecox* (esquizofrenia) e psicose maníaco-depressiva reconhecendo a impossibilidade de distinguir de forma satisfatória entre essas duas entidades e afirmando que "*the suspicion remains that we are asking the wrong questions*" (KRAEPELIN, 1992 [1920], p. 527). No entanto, ainda hoje essa dicotomia é "consagrada no pensamento psiquiátrico e, com poucas exceções, controla as pesquisas neuroquímicas e genéticas" (BERRIOS, 2013, p. 127).

*reviewed in several excellent articles that indicate that **the waters of thought disorder are muddy indeed** (ANDREASEN et al., 1974, p. 27. Grifo meu).*

Andreasen e colaboradores (1974; 1979) julgam que a inexistência de uma definição de TPF confiável, consistente e consensual impacta negativamente na capacidade de avaliar clinicamente e de realizar pesquisas sobre este transtorno. Lawrie et al. (2010) concordam com essa declaração, argumentando que mais de sete décadas de investigações sobre o transtorno do pensamento formal não produziram resultados significativos, o que teria ocorrido sobretudo porque as pesquisas foram conduzidas por psicólogos e psiquiatras sem formação em Linguística. Um exemplo disso está na seguinte observação de Andreasen (1979):

*applying current thinking about the nature and characteristics of thought disorder, a majority of raters (...) were unable to distinguish psychotic from creative individuals, or in any of the cases to arrive at a correct majority diagnosis. Their assumptions about the traits that characterize thought disorder – looseness of associations, tangentiality, clanginess, neologisms, concreteness, etc. – led them to diagnose thought disorder and schizophrenia in nonpsychotic individuals and in people suffering from mania. While these results prove nothing, they suggest that **a variety of issues may need rethinking or reexamination** (ANDREASEN et al., 1974, p. 31. Grifo meu).*

Uma dessas questões que, segundo Andreasen et al. (1974), precisavam ser reexaminadas era a crença de que o TPF fosse uma manifestação específica, patognomônica e necessária da esquizofrenia. Essa tese, amplamente difundida com Bleuler, encontrou seu contraponto em estudos realizados sobretudo na segunda metade do século XX.

As conclusões destas investigações, que lançavam mão de diferentes definições e métodos de avaliação do TPF, apontavam para a possível presença de TPF em outros transtornos psiquiátricos para além da esquizofrenia, como mania e depressão, e até mesmo em pessoas sem diagnósticos psiquiátricos, em especial em escritores e indivíduos considerados criativos (ANDREASEN, 1979). Percebeu-se, ainda, que nem todas as pessoas diagnosticadas com esquizofrenia apresentavam transtornos do pensamento.

Ademais, também precisava ser reexaminado justamente o conceito de TPF. Isso porque, para que as avaliações clínicas do TPF fossem confiáveis, era necessário, antes de tudo, realizá-las tomando como base "um conjunto consistente de definições que poderiam se tornar padrão e poderiam ser usadas com alta confiabilidade" (ANDREASEN, 1979 p. 1315. Tradução minha). A partir dessas reflexões e da constatação da necessidade de uma definição mais confiável de TPF,

Andreasen (1979) empreendeu um esforço no sentido de definir este transtorno da maneira como considerava mais adequada, abandonando definições e termos que julgou menos apropriados.

Andreasen explica suas decisões terminológicas e as dificuldades inerentes ao processo, deixando claro que seu principal objetivo era aumentar a confiabilidade diagnóstica. Daí que

*the older term "loose associations" has not been used because it is based on an **outdated associationist psychology** and because it has been used so loosely as to be nearly meaningless. The term "derailment" has (not) been substituted because it is graphically descriptive, carries a minimum of connotative baggage, and yet has a **good historical precedent because it was Kraepelin's term**. Four other terms that also may at times be equivalent to the older concept of associative loosening are also defined: tangentiality, incoherence, illogicality, and clanging. Since it is probably impossible to achieve good reliability when clinicians must make judgments on how close relationships are between various ideas, definitions that must turn on this judgment have generally been eliminated. Therefore, for example, the term "flight of ideas" has been dropped and is now subsumed under the concepts of derailment and pressure of speech (ANDREASEN, 1979, p. 1316-1317).*

Os resultados deste esforço estão presentes no artigo intitulado *Thought, Language, and Communication Disorders I: Clinical Assessment, Definition of Terms, and Evaluation of Their Reliability*, publicado em 1979, ao longo do qual a autora desenvolve uma definição de TPF que se pretende única e exclusivamente fundamentada na experiência clínica e empírica, e portanto isenta de pressuposições concernentes aos processos psicológicos subjacentes aos fenômenos empiricamente observados.

As definições/descrições elaboradas e apresentadas pela autora tentam abranger, de maneira ampla, comportamentos de "linguagem, pensamento e comunicação" considerados desviantes/anormais e presentes em pacientes com diagnóstico de mania e depressão, além de esquizofrenia. Esses comportamentos que a autora tenta identificar e definir de forma precisa são bastante heterogêneos, embora a própria afirme que a expressão "transtorno do pensamento" seja frequentemente utilizada como se se referisse a um único fenômeno⁵.

⁵ Embora não tratando especificamente do TPF, Berrios, Luque e Villagrán (2003) identificam a existência de um "mito da continuidade" segundo o qual a esquizofrenia - e, por extensão, as manifestações que tradicionalmente compõem este transtorno, dentre as quais o TPF - sempre existiu como uma entidade da natureza e aos psiquiatras e pesquisadores caberia apenas aprimorar e aprofundar os conhecimentos acerca dessa entidade. Segundo os autores, esse mito "*is almost beyond the reach of empirical correction or falsification*" (BERRIOS et al., 2003, p. 115) e fundamenta a ideia de que é possível, por exemplo, encontrar um marcador genético ou uma outra característica biológica qualquer que explique o transtorno etiológicamente.

Além disso, Andreasen (1979) salienta que diferentes pacientes com diferentes diagnósticos apresentam diferentes combinações de comportamentos linguísticos "anormais". Daí a autora assegurar que seu conceito de "transtorno do pensamento formal" reconhece uma diversidade potencial dentro da categoria por contemplar um conjunto de dezoito definições de comportamentos linguísticos considerados subtipos/manifestações de TPF. São eles: *poverty of speech, poverty of content of speech, pressure of speech, distractible speech, tangentiality, derailment, incoherence, illogicality, clanging, neologisms, word approximations, circumstantiality, loss of goal, perseveration, echolalia, blocking, stilted speech e self-reference*.

Esses vários comportamentos linguísticos enquadrados sob a categoria "transtorno do pensamento formal" são, de fato, conceitualmente diferentes. *Poverty of speech (Poverty of Thought, Laconic Speech)*, por exemplo, é um dos fenômenos linguísticos que integram o TPF e é definido como "*restriction in the amount of spontaneous speech, so that replies to questions tend to be brief, concrete, and unelaborated. Unprompted additional information is rarely provided*" (ANDREASEN, 1979, p. 1318), enquanto o subtipo de TPF designado como *loss of goal* é definido como "*failure to follow a **chain of thought** through to its **natural conclusion**. This is usually manifested in speech that begins with a particular subject, wanders away from the subject, and never returns to it*" (ANDREASEN, 1979, p. 1320. Grifo meu).

É curioso observar que, ao apresentar essas definições, embora tenha afirmado a importância de se ater unicamente aos fenômenos empiricamente observáveis e de se isentar de posicionamentos teóricos, Andreasen (1979) ainda atribui à fala o status de reflexo do pensamento ao utilizar como sinônimos pobreza de discurso (*poverty of speech*) e pobreza de pensamento (*poverty of thought*) e ao explicar o fenômeno linguístico chamado de *loss of goal* em termos da incapacidade de seguir uma "cadeia de pensamento" que teria, supostamente, um curso "natural".

Esse trabalho de Andreasen (1979) é particularmente importante porque as definições apresentadas nesse artigo foram aquelas usadas no glossário da terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III), publicado pela American Psychiatric Association em 1980. E, uma vez utilizadas pelo DSM-III, as definições apresentadas pela autora, conforme ela previa, provavelmente se tornariam o padrão, ao menos entre os psiquiatras norteamericanos.

No entanto, a abordagem proposta por Andreasen (1979) e adotada pelo DSM-III (1980), embora "selecionada por seu valor heurístico", não era imune a críticas. A

própria autora reconhece que seu método de definir o transtorno do pensamento está pautado na ideia de que a observação do comportamento linguístico do paciente seria suficiente para avaliar se há transtorno do pensamento. Ou seja, parte-se do pressuposto de que o pensamento pode ser inferido a partir da linguagem. Contudo, "um corpo substancial de pesquisa e experiência clínica em afasia e aquisição de linguagem sugere que pensamento e linguagem não estão perfeitamente correlacionados" (ANDREASEN, 1979, p. 1316. Tradução minha).

Dando mais um passo atrás no debate sobre a relação entre pensamento e linguagem, vale lembrar que, dentro dos campos de pesquisa que trabalhavam com a ideia de pensamento, como a Psicologia, a Psiquiatria e a Filosofia, não havia consenso nem mesmo quanto à definição de pensamento (Reed, 1970). Autores como Dewey (1933) e Humphrey (1951) restringiam sua definição de pensamento à capacidade de resolver problemas, afirmando que o pensamento é o fenômeno que se dá quando um organismo, seja humano ou animal, se depara com um problema e, após reconhecê-lo, consegue resolvê-lo (HUMPHREY, 1951).

A visão expressa pelo psicólogo britânico George Humphrey fundamenta-se na ideia de que o pensamento é um fenômeno que se dá igualmente em humanos e em outros animais, de modo que não haveria, portanto, diferenças qualitativas entre o pensamento de seres humanos dotados de linguagem desenvolvida e de pensamento verbal e o pensamento de outros animais. Voltaremos a essa discussão mais adiante. Por ora, o importante é salientar a inexistência de um ponto de partida conceitual comum e explícito. Isso não significa, contudo, ausência total de pressupostos teóricos.

Então, enquanto uns tentavam fornecer definições precisas e bem delimitadas, outros defendiam que o conceito de pensamento é de difícil realização e abarca fenômenos e processos muito mais amplos do que a mera resolução de problemas. De acordo com Ryle (2000),

*when we start to theorise about thinking, we naturally hanker to follow the chemist's example, namely, to say what thinking consists of and how the ingredients of which it consists are combined. (...) But **modelling thinking on processes** like perspiring, digesting, counting, and apple-picking, **which can be broken down into ingredient processes which have been coordinated in a certain way, is a mistake** (RYLE, 2000, p. 260. Grifo meu).*

Buscando contornar essas controvérsias teórico-filosóficas acerca do que é o pensamento, o que é a linguagem e qual é a natureza da relação entre estes

processos, Andreasen (1979) sugere que os psiquiatras e o DSM-III modifiquem seu próprio vocabulário e adotem a expressão "fala/discurso desorganizado" no lugar da expressão "transtorno do pensamento formal" ou "pensamento desorganizado".

Com o lançamento da quarta edição do DSM (DSM-IV), no ano de 1994, o termo "fala desorganizada" foi utilizado no lugar da clássica designação "transtorno do pensamento formal". Essa escolha foi justificada pela "dificuldade inerente ao desenvolvimento de uma definição objetiva de 'transtorno do pensamento' e porque, em um ambiente clínico, inferências sobre o pensamento são com base principalmente no discurso do indivíduo" (APA, 1994, p. 276. Tradução minha). Além disso, no DSM-IV já consta a informação de que a "fala desorganizada" não diz respeito a fenômenos específicos de esquizofrenia. E na quinta edição do DSM (DSM-5), publicada em 2013, tais escolhas terminológicas foram mantidas.

Afinal, já que não é possível determinar com certeza absoluta que um comportamento linguístico considerado (a)normal caminha necessariamente de mãos dadas com um pensamento igualmente considerado (a)normal, Andreasen (1979) considera que ater-se exclusivamente aos fenômenos empiricamente observados é uma prática mais válida e em conformidade com os princípios científicos.

Ainda assim, a autora afirmou que continuaria empregando a expressão "transtorno do pensamento formal" com o argumento de que esta ainda era uma expressão amplamente utilizada e, além disso, continuou, conforme já apontamos, definindo e explicando o comportamento linguístico como equivalente ou como resultado dos fenômenos do pensamento.

Isso significa que, enquanto construto psicopatológico, o transtorno do pensamento formal surgiu e permanece pautado em determinada teoria da relação pensamento-linguagem. Os trabalhos de Andreasen constituem uma iniciativa, alinhada com os preceitos da então ascendente Psiquiatria Biológica, de tornar as categorias diagnósticas em Psiquiatria o mais "empíricas" e o menos "teóricas" possível. Mas a observação pura e a descrição atórica são possíveis? De acordo com Georges Lantéri-Laura (1986), é impossível a observação do fenômeno "em si", sem interferências de quaisquer princípios e pressupostos, pois sempre partimos de escolhas epistemológicas, ainda que nem sempre essas escolhas sejam conscientes e declaradas.

Olhar tudo, sem um quadro epistemológico definido a priori faz pender o campo semântico do tudo ao nada, já que não existe objeto de pesquisa sem uma teoria que o defina enquanto tal. Mesmo que esta seja a ambição das

mais inculcadas em certas correntes médicas, trata-se aqui de um impedimento de ordem lógica. Este aspecto paradoxal já foi demonstrado pela história da medicina em geral e da psiquiatria em particular, pois, independentemente do ideal empirista, as teorias foram-se construindo (PINTO, 2012, p. 409).

Daí a necessidade de reconhecermos, a fim compreender a trajetória do conceito de transtorno do pensamento formal, a importância da influência do contexto mais geral de produção dos conhecimentos no campo psiquiátrico. A partir sobretudo dos anos 1970, com a ascensão da Psiquiatria Biológica e da mencionada abordagem neokraepeliniana, e portanto com a valorização de modelos de produção de conhecimento que se pretendiam empíricos e ateóricos, os "sintomas" em Psiquiatria (re)começaram a ser pensados em função de uma suposta determinação biológica.

E assim constatamos que as hipóteses explicativas que elaboramos a fim de dar conta das lacunas no conhecimento sobre os mais diversos fenômenos e problemas – como o que é o TPF e quais são suas causas – estão em estreita dependência das teorias disponíveis e hegemônicas em determinados períodos históricos. Dito isso, apresentaremos no próximo capítulo as principais teorias sobre pensamento, sobre linguagem e sobre a relação pensamento-linguagem vigentes ao longo dos séculos XIX e XX a fim de evidenciar como essas teorias permearam a "construção do construto", isto é, a criação e o estabelecimento do transtorno do pensamento formal como uma entidade psicopatológica e as explicações sobre as possíveis causas para esse transtorno.

2 TRANSTORNO DO PENSAMENTO FORMAL: PRESSUPOSTOS ACERCA DA RELAÇÃO PENSAMENTO-LINGUAGEM SUBJACENTES AO CONSTRUTO

Quando do surgimento do transtorno do pensamento formal como construto psicopatológico, no século XIX, dois discursos sobre o que era o "pensamento" circulavam nos espaços de produção de conhecimento e disputavam a hegemonia. E, apesar de influenciados por esses discursos, os psiquiatras da época raramente se engajaram em discussões a respeito das teorias do pensamento que embasavam sua própria prática e suas próprias investigações.

A tendência era que esses profissionais e pesquisadores se limitassem a descrever os comportamentos sugestivos de transtorno do pensamento, sem se ater a questionamentos relativos ao conceito de pensamento subjacente a suas observações, assim como Nancy Andreasen buscou fazer na década de 1970. No entanto, essas descrições não eram isentas de pressupostos teóricos, afinal estavam pautadas em determinada(s) teoria(s) sobre o pensamento e, o que é ainda mais importante segundo Berrios (1996), em determinada teoria sobre a relação entre pensamento e linguagem.

Um desses dois discursos sobre pensamento, bastante forte até o início do século XX e que influenciou as teorias de Bleuler, era o associacionismo. A outra abordagem surgiu justamente como um contraponto ao associacionismo e se baseava na Psicologia das Faculdades. Essa perspectiva, operando com a concepção de que "*the mind is a cluster of independent powers, capacities or faculties (one of them being the capacity to process information)*" (BERRIOS, 1996, p. 92), serviu na época de base à visão pseudocientífica frenológica de que haveria uma faculdade intelectual independente localizada na região frontal do cérebro e que seria responsável por funções perceptivas e reflexivas.

O próprio Kraepelin era um "localizacionista convicto" (BERRIOS; HAUSER, 2013, p. 129) e a razão para o sucesso desta abordagem não se encontra exatamente em sua força científica, mas sim no fato de que ela refletia o "rigor da cultura bismarckiana" (idem). Esse é um exemplo que nos mostra que, para além de ser necessário compreender as explicações para os mais diversos fenômenos que nos são fornecidas à luz das teorias vigentes em determinada época, é importante também compreender as condições históricas em que essas teorias são formuladas e quais

são as forças sociais, políticas e econômicas que eventualmente "permitem" que determinadas teorias se tornem hegemônicas.

A respeito especificamente do localizacionismo, Philip Pauly (1983) aponta, em seu artigo intitulado *The political structure of the brain: cerebral localization in Bismarckian Germany*, como e por que os cientistas alemães, que até a década de 1870 haviam confrontado os localizacionistas britânicos e franceses, passaram a se interessar por essa corrente. O autor afirma que a compreensão dessa mudança de disposição depende da compreensão tanto das relações travadas naquele momento entre fisiologistas e profissionais do campo psiquiátrico quanto dos processos políticos que tiveram lugar então, principalmente a unificação da Alemanha. Nesse sentido, Pauly afirma que a abordagem localizacionista

tanto representava a ordem burocrática quanto era um meio para promover a ordem de forma concreta. Ela deu apoio crucial para o argumento de que as doenças mentais eram as doenças do cérebro, trazendo assim a insanidade mais firmemente para dentro dos limites da medicina (PAULY, 1983, p. 146, tradução minha).

No entanto, a visão que forneceu as bases para o surgimento do TPF foi a abordagem associacionista. Segundo Berrios (1996), o associacionismo é uma herança do empirismo britânico e tem como uma de suas figuras de renome o filósofo inglês John Locke. Opondo-se ao racionalismo cartesiano, o empirismo rejeita a ideia de que existam ideias inatas e de que a razão pura possa ser fonte de algum conhecimento. Ao contrário, defende que só a experiência sensorial pode fornecer os dados necessários para a obtenção de conhecimentos.

Locke toma de empréstimo à filosofia aristotélica a expressão "*tabula rasa*" e a aplica ao empirismo inglês para transmitir a ideia de que os seres humanos nascem "vazios", "em branco", não dotados de ideias e concepções inatas. Assim, conforme afirma na obra *An Essay Concerning Human Understanding*, publicada originalmente em 1689, seria a experiência direta, a observação, a responsável por fornecer os fundamentos sobre os quais o conhecimento é construído.

Let us then suppose the mind to be, as we say, white paper, void of all characters, without any ideas. How comes it to be furnished? Whence comes it by that vast store which the busy and boundless fancy of man has painted on it, with an almost endless variety? Whence has it all the materials of reason and knowledge? To this I answer in one word: from experience; in that all our knowledge is founded, and from that it ultimately derives itself (LOCKE, 1847 [1689], p. 75).

Nesse sentido, de acordo com Locke (1847 [1689]), os limites do conhecimento são os limites do conhecimento empírico, portanto os limites da experiência sensível, do mundo diretamente observável. E então, a partir da observação e da experiência sensorial direta, os indivíduos seriam "preenchidos" com as chamadas ideias simples. Locke estabelece da seguinte maneira a diferenciação entre as ideias simples e as ideias complexas: as ideias simples seriam geradas diretamente a partir das sensações, enquanto as ideias complexas seriam produzidas a partir da combinação (associação) das ideias simples, processo esse que ele designava por "reflexão". Dessa maneira, o pensamento consistiria da união entre as ideias segundo determinadas leis de associação.

Estreitamente vinculada ao empirismo e particularmente importante para discutir o tema de que estamos tratando neste trabalho, como já dissemos, está a corrente de pensamento conhecida como associacionismo. O associacionismo é uma das teorias do pensamento mais antigas e mais difundidas e, conforme Mandelbaum (2017), abrange um repertório amplo e heterogêneo de ideias sobre o processo de pensamento. Essas ideias, embora distintas, compartilham a tese fundamental segundo a qual os pensamentos surgem e se concatenam com base na experiência sensorial do indivíduo.

Além de Locke, outro importante personagem na história do empirismo, particularmente do empirismo nas ciências médicas, é o médico inglês Thomas Sydenham. Contemporâneo de Locke, Sydenham ficou conhecido como o "Hipócrates inglês" após publicar, em 1676, sua obra intitulada *Observationes Medicae* (Observações em Medicina), ao longo da qual defende o retorno às coisas tais quais elas são na realidade pela via da observação empírica e clínica (BERCHERIE, 2004).

Segundo Sydenham, as doenças deveriam ser descritas exatamente da maneira como se apresentam "na natureza", isto é, se apresentam ao observador. Dessa forma, seria possível identificar e classificar os diferentes quadros patológicos a partir da observação pura e isenta de pré-concepções. A validação da "observação pura" como método de produção de conhecimento favoreceu

a criação de um campo propriamente psiquiátrico e, a partir daí, a organização interna deste campo com classificações, síndromes definidas e doenças determinadas. Uma vez que o empirismo faz existir o fenômeno, a psiquiatria pôde dar o passo do rompimento com a tradição médica que pregava a lesão orgânica como origem de toda patologia. Assim, mesmo sem o recurso à localização de lesões, classes sintomáticas foram construídas e uma nosografia foi esboçada (PINTO, 2012, p. 409).

O paradigma epistemológico empirista define, assim, que o objeto da ciência é um fato, um fenômeno "publicamente observável" (PINTO, 2012, p. 406), não sendo imprescindível necessariamente, para definir uma categoria nosológica, a identificação de uma lesão orgânica subjacente. Ao lado de Locke, portanto, Sydenham contribuiu imensamente para a constituição da tradição empirista e para sua aplicação às ciências médicas, tendo sido uma figura de influência para o próprio Pinel.

Foi, então, com base na tradição empirista e em seu entusiasmo pela "objetividade científica" que a Psiquiatria se constituiu enquanto campo, implementando o modelo da observação direta na construção de suas categorias nosológicas e de seus métodos diagnósticos.

Os nomes que terão grande influência, inaugurando toda uma tradição em medicina, são justamente os que praticavam o método da observação de forma intensiva. Essa tendência é verificada em vários aspectos na prática, por exemplo, de Pinel, de Esquirol e de Charcot. O fenômeno bruto, reificado, existiria de fato para a psiquiatria nascente, e a realidade seria assim considerada tangível; a observação empirista serviria, desse modo, a fazer brotar os princípios e as leis dessa realidade, a nomeá-la de forma precisa de maneira que ela exista cientificamente para, em seguida, aperfeiçoar o controle da realidade em questão (PINTO, 2012, p. 407).

Quando o TPF é criado como construto psicopatológico, são esses os discursos circulantes. Por um lado, os princípios empiristas orientam a criação de uma categoria que se pretende meramente descritiva. Por outro, existem determinados pressupostos acerca do que é o pensamento e de quais são os métodos de fato "científicos" – ou seja, válidos, legítimos – de produção de conhecimento e de categorização da "realidade" que constituem fatores determinantes para compreendermos o surgimento deste construto.

Contudo, conforme Berrios (1996, p. 80) aponta, embora o TPF enquanto construto psicopatológico tenha sido sempre parasitário de teorias do pensamento, a teoria mais importante subjacente ao construto diz respeito à relação entre pensamento e linguagem. A teoria acerca da relação entre pensamento e linguagem prevalecente no século XIX preconizava que esses dois processos eram interdependentes e inseparáveis em seu desenvolvimento, de modo que um não poderia avançar sem o outro. Essa hipótese de interdependência, tendo influenciado o pensamento psicopatológico da época, determinou que transtornos da linguagem e transtornos do pensamento fossem tratados juntos, quase que como uma coisa só.

E esse cenário permaneceu inalterado mesmo após a identificação realizada em 1861 pelo médico francês Paul Broca do transtorno de linguagem que ele então denominou de afemia. Alguns anos mais tarde, em 1867, Trousseau propôs o termo "afasia" em substituição ao termo "afemia" (PINTO; SANTANA, 2009). A opção de Broca pelo termo "afemia" residiu em sua constatação de que os pacientes com afasia motora, que foi o tipo de afasia então descrito, eram incapazes de articular a fala.

Ele observou que a linguagem articulada que estes pacientes já haviam tido a capacidade de produzir ainda lhes era familiar, mas eles não conseguiam mais executar de forma coordenada os movimentos sequenciais necessários à enunciação das sílabas e palavras que tinham em mente. Por isso, Broca afirmou que a habilidade perdida nesses casos não era a faculdade da linguagem nem a memória das palavras nem a capacidade de mover os músculos faciais, e sim a habilidade de coordenar os movimentos próprios da linguagem articulada. Ou seja, embora tivessem suas capacidades cognitivas preservadas e soubessem o que queriam falar, estes pacientes eram incapazes de traduzir as "imagens mentais" em "imagens motoras", isto é, em movimentos⁶.

Tal descoberta da possibilidade de "incompatibilidade" entre pensamento e fala não teve impacto direto nem imediato na definição de transtorno do pensamento e nas concepções acerca das relações entre pensamento e linguagem. E isso provavelmente aconteceu porque

the discovery of aphasia reflected a renegotiation of the brain localization of the language faculty and not a change in the concepts governing the relationship between thought and language. Indeed, in the mind of the alienists, language and thought remained closely intertwined until the end of the century (BERRIOS, 1996, p. 75).

Alguns teóricos, particularmente o psicólogo russo Vygotsky, cuja teoria abordaremos em breve, se opuseram à essa concepção da relação entre pensamento

⁶ Treze anos após Broca "localizar" a atividade motora da linguagem na terceira circunvolução frontal do córtex cerebral, Carl Wernicke lança mão do mesmo procedimento - isto é, estabelece correlações entre lesões cerebrais em determinadas regiões e casos de afasia - e localiza, assim, a área sensorial da linguagem na porção posterior da primeira circunvolução temporal. Dessa maneira, as diversas modalidades de afasia foram atribuídas a lesões situadas em regiões cerebrais específicas e os casos de afasia passaram a ser explicados a partir da localização da lesão. Tal método clínico-patológico de "dedução da localização cerebral de funções psíquicas a partir da associação entre lesões e a perda de certas funções" (CAROPRESO, 2003, p. 14) fundamentava-se em alguns pressupostos que foram criticados por Freud em sua monografia *Sobre a concepção das afasias*, publicada em 1891. Tais pressupostos são: (i) "cada região do cérebro sedia uma função diferente" (idem); (ii) "cada uma dessas funções é independente, ou seja, [...] uma lesão específica pode afetar apenas uma determinada função" (idem); e (iii) "os fenômenos neurológicos e os psicológicos possuem as mesmas propriedades" (idem).

e linguagem. Segundo Vygotsky, que publicou no ano de 1934 o livro *A construção do pensamento e da linguagem*, sua obra mais importante sobre esse tema na década de 1930, o pensamento e a palavra não estão interligados por um vínculo primário e as relações entre esses dois processos, que Vygotsky considera distintos, não são constantes.

No entanto, as idéias deste autor permaneceram pouco conhecidas por muitos anos e desfrutaram de pouca influência nos países ocidentais. O motivo para o reduzido reconhecimento das teorias de Vygotsky se deveu ao fato de sua obra ter sido "alvo de várias distorções em função de edições que compilaram textos do autor de diferentes momentos ou nem mesmo eram de sua autoria; traduções escassas e fragmentadas; e a própria censura da União Soviética sobre as produções de Vygotsky publicadas entre os anos de 50 e 80" (BOVO et al., 2019, p. 6).

Segundo Berrios (1996), enquanto Vygotsky permaneceu pouco conhecido ao longo do século XX, uma das teorias mais influentes nesse período acerca da relação entre pensamento e linguagem foi aquela elaborada pelo antropólogo e linguista Edward Sapir e por seu aluno Benjamin Lee Whorf. A chamada hipótese Sapir-Whorf (HSW), expressão cunhada por Harry Hoijer em 1953, foi desenvolvida na década de 1930 – no mesmo período em que as teorias de Vygotsky – e é comumente sintetizada por comentadores por meio dos seguintes trechos de sua obra:

*the background linguistic system (in other words, the grammar) of each language is not merely a reproducing instrument for voicing ideas but rather is itself the shaper of ideas, the program and guide for the individual's mental activity, for his analysis of impressions, for his synthesis of his mental stock in trade. **Formulation of ideas is not an independent process, strictly rational in the old sense, but is part of a particular grammar, and differs, from slightly to greatly, between different grammars.** We dissect nature along lines laid down by our native languages. The categories and types that we isolate from the world of phenomena we do not find there because they stare every observer in the face; on the contrary, **the world is presented in a kaleidoscopic flux of impressions which has to be organized by our minds – and this means largely by the linguistic systems in our minds.** We cut nature up, organize it into concepts, and ascribe significances as we do, largely because we are parties to an agreement to organize it in this way – an agreement that holds throughout our speech community and is codified in the patterns of our language. The agreement is, of course, an implicit and unstated one, but its terms are absolutely obligatory; we cannot talk at all except by subscribing to the organization and classification of data which the agreement decrees (WHORF, 1956, p. 212–214. Grifo meu).*

Actually, thinking is most mysterious, and by far the greatest light upon it that we have is thrown by the study of language. This study shows that the forms of a person's thoughts are controlled by inexorable laws of pattern of which he is unconscious. These patterns are the unperceived intricate systematizations of his own language [...]. And **every language is a vast pattern-system, different from others, in which are culturally ordained**

the forms and categories by which the personality not only communicates, but analyzes nature, notices or neglects types of relationship and phenomena, channels his reasoning, and builds the house of his consciousness (WHORF, 1956, p. 252. Grifo meu).

É possível perceber, nesses trechos, a influência de duas correntes do pensamento linguístico, chamadas de "relativismo linguístico" e de "determinismo linguístico". De acordo com o determinismo linguístico, a linguagem determina processos cognitivos não linguísticos, de modo que o aprendizado de uma língua implica mudanças na forma de pensar. Já o relativismo linguístico consiste na ideia de que esses processos cognitivos determinados pela linguagem são diferentemente determinados a depender da língua que se aprende/fala. Nesse sentido, falantes de diferentes línguas pensariam de maneiras diferentes, pois cada língua formataria a realidade à sua maneira (CARROLL, 2008).

Em 1972, Julia Penn publica o livro *Linguistic Relativity Versus Innate Ideas: The Origins of the Sapir-Whorf Hypothesis in German Thought*, ao longo do qual elabora uma crítica à hipótese Sapir-Whorf. Penn (1972) remonta as origens do relativismo linguístico na era moderna a Locke e afirma que o objetivo do relativismo linguístico é, assim como propunha o empirismo, "nos libertar da noção de categorias inatas, i.e., das categorias de Kant" (PENN, 1972, p. 11. Tradução minha).

Principalmente graças a essa obra, foi popularizada a distinção entre as versões "forte" e "fraca" do relativismo linguístico, que Penn (1972) chama de "whorfianismo". De acordo com as versões fortes, a linguagem determina o pensamento no sentido de que o rege em absoluto. Já as versões fracas sustentam apenas que a linguagem influencia o pensamento em alguma medida. As versões fortes são geralmente descartadas pela sua implausibilidade. E as versões fracas, embora dotadas de um teor mais moderado, são igualmente descartadas por sua "banalidade" (SCHOLZ et al., 2011).

"Banalidade" porque, ainda que possivelmente haja alguma influência da linguagem no pensamento, nenhuma das chamadas "versões fracas" do relativismo linguístico formulou hipóteses passíveis de serem de fato testadas. Até porque, conforme apontam Scholz et al. (2011), para testar a hipótese Sapir-Whorf seria necessário realizar um esforço multidisciplinar em Linguística e em Psicologia a fim de produzir dados válidos para avaliar as duas hipóteses distintas e independentes –

o determinismo linguístico e o relativismo linguístico – que compõem a HSW. E daí poderia acontecer ainda de uma hipótese se sustentar e a outra não.

Apesar das dificuldades de testar a hipótese Sapir-Whorf e apesar de a "versão forte" da hipótese Sapir-Whorf não ser mais tão popular e sua "versão fraca" ser alvo das críticas que expusemos, o que é importante ressaltar para fins deste trabalho de pesquisa é que essa hipótese, conforme Berrios (1996) observa, estava de acordo com uma determinada maneira de conceber a relação entre pensamento e linguagem que igualmente influenciou as pesquisas sobre o "transtorno do pensamento" no sentido em que este é deduzido e considerado com base em desvios da produção da fala.

E até hoje, conforme podemos perceber na definição de "transtorno do pensamento formal"/"fala desorganizada" realizada pelas últimas três edições do DSM (1980; 1994; 2013), adota-se de uma concepção acerca da relação pensamento-linguagem específica, que coloca a produção linguística, a atividade enunciativa, como reflexo do pensamento do indivíduo. Isto é, seja a linguagem considerada como o reflexo do pensamento ou seja a linguagem considerada como o sistema culturalmente adquirido que estrutura diretamente o pensamento, o que está subentendido nessas duas concepções acerca da relação pensamento-linguagem é que pensamento e linguagem são processos equivalentes.

Isso porque, de acordo a definição que o DSM nos apresenta, a partir da constatação da "fala desorganizada" do paciente é deduzido o transtorno do pensamento formal ("desorganização do pensamento"). Ou seja, o TPF é um construto baseado na ideia de que, para haver fala, há pensamento; que aquela é um reflexo deste; e que o pensamento, assim como a fala, tem sua origem em processos internos e individuais. Essa visão, contudo, não é declarada, até porque o DSM se apresenta, a partir sobretudo de sua terceira edição (DSM-III), como um manual atóricico (APA, 1980), como que destituído de posicionamentos e valores.

No entanto, uma noção sobre linguagem e sobre a relação entre pensamento e linguagem estruturante de um critério diagnóstico – no caso, o TPF – possui uma dimensão valorativa, na medida em que possui "consequências de valor", isto é, provoca efeitos com base nos quais determinadas ações são tomadas. A esse respeito, diversos autores já apontaram que as diferentes edições do manual são repletas de teorias e valores (RUSSO et al., 2006; GONÇALVES, 2016), afinal

os valores estão presentes nas atividades humanas, inclusive na ciência e na medicina. No contexto médico, isso significa que **os valores estão envolvidos** não somente em atividades avaliatórias mais óbvias, como a seleção de focos de pesquisa, julgamentos éticos na medicina ou decisões sobre uso de tecnologias particulares, mas também **em atividades médico-científicas como a escolha de teorias, a definição de critérios para se selecionar ou rejeitar determinados tratamentos, os julgamentos práticos sobre determinados dados e observações (para a pesquisa científica) ou sobre a relevância de determinadas observações clínicas (para a prática médica)** (GONÇALVES, 2016, p. 42, grifo meu).

Com efeito, a partir sobretudo da década de 1970, com a difusão das abordagens biologizantes e fisicalistas dos transtornos mentais, os processos de "pensamento" passam a ser compreendidos em termos de processos neuronais e bioquímicos, ocorrendo a nível cerebral. Como já mencionamos, a publicação do DSM-III (APA, 1980) é considerada um marco importante da ascensão dessa abordagem bio-organicista na Psiquiatria, que ficou conhecida como Psiquiatria Biológica.

Essa vertente dita biológica difundiu-se com a promessa de que causas biológicas dos transtornos mentais seriam identificadas em pesquisas futuras. "Em pesquisas futuras" porque, ao contrário do que se tenderia a presumir, não havia nenhuma descoberta, nenhum resultado de pesquisa que apontasse uma suposta origem biológica dos transtornos mentais.

No próprio DSM III, em uma decisão aparentemente contraditória, foi mantida a seção intitulada "Transtornos Mentais Orgânicos", como que deixando implícito que há transtornos mentais de natureza não-orgânica. Contudo, os autores reafirmam sua aposta na fisicalidade, isto é, na origem cerebral dos transtornos mentais, ao advertir que a presença dos "Transtornos Mentais Orgânicos" como uma classe separada

does not imply that nonorganic ("functional") mental disorders are somehow independent of brain processes. On the contrary, it is assumed that all psychological processes, normal and abnormal, depend on brain function (APA, 1980, p. 101).

No DSM-IV, essa designação de "Transtornos Mentais Orgânicos" deixou de ser adotada, com o argumento de que *"it incorrectly implies that the other mental disorders in the manual do not have a biological basis"* (APA, 1994, p. 10). E assim deixou de operar a divisão entre o "psíquico" e o "orgânico" (RUSSO et al, 2006) com o argumento de que todo transtorno mental é orgânico.

Segundo essa lógica, o "pensamento" é entendido em termos de circuitos neuronais e a própria produção linguística corresponderia a uma manifestação externa

desses processos orgânicos cerebrais. Assim, a concepção da relação pensamento-linguagem subjacente ao construto do transtorno do pensamento formal passou a ser formulada, sobretudo nas últimas décadas, como uma relação entre funcionamento biológico cerebral e suas manifestações linguísticas externalizadas.

A adoção dessa concepção, assim como a adoção de quaisquer pressupostos teóricos, teve suas consequências de valor, isto é, teve seus impactos na abordagem do TPF enquanto um problema a ser investigado. Decorre daí, por exemplo, a suposição de que o TPF deve ser estudado e analisado por meio de métodos das ciências naturais.

Ou seja, uma das consequências de se partir do princípio de que o TPF é uma entidade natural – ou seja, um fenômeno da natureza cujo mecanismo causal está localizado no tecido cerebral e na maneira como este tecido funciona e está configurado anatomicamente – é justamente a ideia de que, se quisermos detectar as causas do TPF, devemos buscá-las no cérebro.

Não faz parte do escopo deste trabalho de pesquisa analisar as investigações mais recentes acerca do TPF a fim de entender como as abordagens biologizantes exercem seus efeitos sobre os métodos investigativos de que os pesquisadores lançam mão a fim de compreender este transtorno, até porque Barrera e Berrios (2001) já procedem a uma análise de pesquisas sobre o TPF que se alinham com essa perspectiva biologizante, revelando seus pressupostos e apontando as consequências desse ponto de vista para a produção de conhecimento sobre o tema.

De maneira geral, os autores percebem que o TPF é considerado, nesses trabalhos, como (i) um fenômeno do pensamento/da linguagem, (ii) homogêneo, (iii) estável, (iv) específico da esquizofrenia e (v) derivado de um único mecanismo causal. Assume-se que o TPF seja indício de uma alteração localizada, linguística, relativa à forma mesmo do pensamento, enquanto os delírios, por exemplo, decorreriam de uma alteração relativa ao conteúdo do pensamento. Logo, o TPF é um construto pautado na ideia de que "forma" e "conteúdo" são dimensões distintas e independentes do pensamento/da linguagem.

Após examinar esse conjunto de pesquisas, Barrera e Berrios (2001) observam que os estudos que pretendem definir as causas biológicas deste transtorno não são capazes de fazê-lo. E afirmam que isso ocorre devido a problemas conceituais e "da maneira como estes 'sintomas mentais' foram concebidos, em particular seu status ontológico e epistemológico" (BARRERA; BERRIOS, 2001, p. 1278), ressaltando

então a necessidade de um conceito de linguagem que considere fatores neurobiológicos, interacionais e culturais.

Ignorando essa condição básica para a compreensão do TPF, que é a condição de levar em consideração o caráter primordialmente social da linguagem (BAKHTIN, 2006), é comum que estudos sobre o TPF se limitem a explicar o fenômeno pela via da descrição e quantificação de alterações/anormalidades linguísticas típicas de pessoas diagnosticadas com esquizofrenia.

Embora hoje já se questione a ideia de que o TPF seja uma alteração específica ou patognomônica da esquizofrenia, os debates acerca da "natureza" do TPF estão em estreita relação com debates em torno do próprio construto da esquizofrenia. Afinal, o TPF é tradicionalmente considerado uma manifestação característica da esquizofrenia e, atualmente, ainda é um critério diagnóstico importante também para os outros transtornos do espectro da psicose.

Essa tendência de tentar explicar e definir o fenômeno descrevendo-o foi observada por Barrera e Berrios (2001), que apontam que, comumente, pesquisadores dedicados a estabelecer a causa do TPF apenas descrevem as anormalidades comunicativas que identificam nas pessoas diagnosticadas com esquizofrenia e, a partir daí, dão por concluída a tarefa de encontrar "a causa" do transtorno.

Para que os autores destes estudos realizem esse tipo de descrição a que se propõem, é necessário que se fundamentem em um determinado conceito de linguagem. No entanto, como o manual diagnóstico cujo uso é mais difundido – no caso, o DSM –, se proclama ateuórico, não se filiando de maneira declarada a uma concepção de linguagem específica, como acontece a escolha do conceito de linguagem subjacente a estes estudos? Em que termos os fenômenos linguísticos são descritos? Como são quantificados? Quais são as categorias de análise linguística dentro das quais os "desvios" característicos do TPF são quantificados?

Além destes estudos descritivos, há aqueles estudos objetivando encontrar possíveis anomalias neuroanatômicas em regiões específicas do cérebro que possam "explicar" o TPF, isto é, por que o TPF surge. Nessa linha de pensamento, Eric Tan e Susan Rossell (2015) sugerem que o TPF deveria ser reclassificado como um transtorno neurocognitivo, e não considerado apenas um mero traço de psicose, e que *"the change in nosology is important as it results in clearer diagnostic criteria that better reflect the nature of the symptom as well as schizophrenia itself"* (TAN; ROSSELL,

2015, p. 759). Ou seja, segundo os autores, o TPF é uma manifestação da esquizofrenia cuja causa é neurológica e, ao classificá-lo em função dessa sua suposta etiologia, os manuais diagnósticos permitiriam uma compreensão mais clara da própria natureza da esquizofrenia.

A ideia implícita no enunciado de Tan e Rossell (2015) é a de que há uma "causa neurológica" do TPF que, por sua vez, é também a causa da esquizofrenia. Contudo, algumas objeções podem ser feitas a esse pressuposto. Primeiramente, nem todo caso diagnosticado de esquizofrenia cursa com as características de TPF. Em segundo lugar, se fosse possível encontrar correlatos neuroanatômicos específicos para as manifestações de esquizofrenia, esta deveria ser reclassificada como uma doença neurológica, e não como um transtorno psiquiátrico do espectro da psicose.

E, em terceiro lugar, mesmo se considerarmos apenas os casos de esquizofrenia que cursam com TPF, isto é, em que se observa este critério diagnóstico, não há um "padrão de anormalidade" no comportamento linguístico das pessoas diagnosticadas, de modo que variações de comportamento linguístico de diferentes tipos são enquadradas como TPF. No próprio DSM-IV (APA, 1994), após reconhecida a dificuldade inerente à elaboração de uma definição objetiva de "transtorno do pensamento", a pessoa com "fala desorganizada" é caracterizada da seguinte maneira:

The person may "slip off the track" from one topic to another ("derailment" or "loose associations"); answers to questions may be obliquely related or completely unrelated ("tangentiality"); and, rarely, speech may be so severely disorganized that it is nearly incomprehensible and resembles receptive aphasia in its linguistic disorganization ("incoherence" or "word salad") (APA, 1994, p. 276).

E lembramos que, já na década de 1970, Andreasen enumerou 18 diferentes tipos de comportamentos linguísticos "empiricamente observáveis" que poderiam ser considerados evidências factuais de transtorno do pensamento formal. E dessa maneira, como mencionou Pinto (2012), a lógica do empirismo atribui ao "fato observável" status de "verdade", de realidade, permitindo a criação de classes sintomáticas alicerçadas nos fenômenos observáveis. E as teorias hoje hegemônicas no campo psiquiátrico tentam explicar esses "fatos", reunidos em classes sintomáticas, por meio de hipóteses biológicas, que alocam as causas desses fatos –

e portanto dessas classes sintomáticas, sendo o TPF uma delas – em processos cerebrais, biológicos.

A noção de que o TPF é um fenômeno biologicamente determinado e que deve ser compreendido e explicado como tal só existe e "funciona", isto é, só faz sentido, dentro de um paradigma médico-científico vigente e hegemônico que, como já apresentamos, enraizou-se no campo da Psiquiatria a partir de fins do século XX e predomina até hoje. Este paradigma está em consonância com o modelo de racionalidade em que está assentada a ciência moderna.

Esse modelo de racionalidade, conforme explica Boaventura de Sousa Santos (1988), é mecanicista, isto é, é um modelo de investigação dos fenômenos observáveis e de produção de conhecimento que opera com explicações segundo as quais "a causa de um evento não é o seu objetivo ou a sua causa final, mas a sua causa eficiente, algum acontecimento anterior no tempo" (BEISER, 2000, p. 19).

O modelo mecanicista, constituído a partir da revolução científica do século XVI, procura descobrir leis de funcionamento do mundo material com base na observação de determinadas regularidades. "Descobrir" porque supõe-se que tais leis já existam, e que portanto precisam apenas ser identificadas. Além de mecanicista, é um modelo de racionalidade totalitário, no sentido de que nega o estatuto de verdade aos saberes que não estejam pautados por seus princípios epistemológicos e metodológicos (SANTOS, 1988).

Esse modelo de racionalidade científica, uma vez transposto para as ciências médicas – e, portanto, para os estudos científicos sobre os fenômenos relativos ao corpo humano – é hoje em dia representado pelas abordagens ditas biologizantes e organicistas. A abordagem bio-organicista preconiza que as doenças decorrem de anormalidades nos processos físico-químicos ou de lesões em algum órgão. No que diz respeito especificamente aos transtornos mentais, o órgão lesionado ou físico-quimicamente alterado seria o cérebro, e assim busca-se elaborar definições dos transtornos mentais em bases neurobiológicas.

No entanto, as causas biológicas do TPF permanecem desconhecidas (RIVKIN; BARTA, 2017). Com efeito, em 2002, um grupo de psiquiatras então contribuindo para a elaboração do DSM-5 afirmou que, até então, ainda não havia sido possível, apesar das tentativas, "identificar um único marcador neurobiológico fenotípico ou gene que fosse útil para fazer um diagnóstico de um transtorno

psiquiátrico ou para prever a resposta ao tratamento psicofarmacológico” (CHARNEY et al., 2002, p. 33 apud AGUIAR et al., 2012, p. 891).

Ainda assim, persiste a hipótese de que os transtornos mentais se desenvolvem devido à presença de características anatômicas "anormais" em regiões cerebrais específicas ou devido a anomalias a nível genético ou devidos a alterações funcionais na secreção de determinados hormônios/neurotransmissores. Porém persiste não como mera hipótese a ser investigada e confirmada ou refutada, mas como um fato. Szasz (1979, p. 58) explica este fenômeno afirmando que "teorias familiares têm o hábito de fazer-se passar, mais cedo ou mais tarde – pelo menos àqueles que acreditam nelas – por 'verdades objetivas'".

Associada a essa dificuldade de definir e explicar em termos causais o que é o TPF, há a constatação, por parte de alguns autores, de que esse transtorno não pode ser compreendido apenas em termos neurobiológicos. Um estudo recente de De Sousa et al. (2015) foi dedicado a avaliar a relação entre isolamento social e TPF, após a constatação da ausência de pesquisas empíricas em psiquiatria social explorando essa possível correlação. O autor sustenta a necessidade desse tipo de pesquisa argumentando que o TPF é, como já sabemos, bastante prevalente em pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro da Psicose e está associado a prejuízos ocupacionais e sociais, a pior qualidade de vida, a maior taxa de internação e a desfechos menos favoráveis.

De Sousa et al. (2015) concluíram que o isolamento social é, de fato, um fator fortemente associado ao desenvolvimento de TPF. Já se supunha tal associação devido a achados anteriores evidenciando maior índice de isolamento social em comunidades com incidência elevada de esquizofrenia, especialmente em ambientes urbanos, e evidenciando também determinados fatores psicossociais favoráveis ao desenvolvimento de TPF, como comunicação familiar disfuncional, adversidades na infância e institucionalização.

Embora este trabalho não se dedique especificamente a tratar do construto da esquizofrenia, e sim do Transtorno do Pensamento Formal, é inegável que a trajetória do construto TPF está intimamente vinculada com a trajetória da categoria "esquizofrenia", de maneira que não é possível pensar a história do TPF em desarticulação com a história da categoria "esquizofrenia".

É verdade que, mais recentemente, o TPF começou a ser considerado uma possível manifestação de qualquer transtorno do espectro da psicose e que existem,

ainda, propostas no sentido de categorizá-lo como um transtorno mental isolado. No entanto, (i) a esquizofrenia ainda é considerada o transtorno prototípico dos transtornos do espectro da psicose, (ii) o TPF ainda é fortemente pensado e estudado em associação com a esquizofrenia e (iii) a esquizofrenia ainda é uma categoria comumente definida em função do TPF, que é, por sua vez, definido em função da fala dos pacientes.

Encontramos um exemplo disso no artigo publicado por Gina Kuperberg (2010), integrante do Departamento de Psicologia da Tufts University e do Departamento de Psiquiatria do Hospital Geral de Massachusetts, ao longo do qual a autora se propõe a apresentar um panorama dos estudos acerca das alterações de linguagem presentes em pacientes com esquizofrenia para posteriormente discutir as alterações de ordem linguística e semântica características da esquizofrenia. Logo na introdução ao artigo, Kuperberg (2010, p. 1, grifo meu) afirma, sobre a esquizofrenia, que *"thought, language and communication dysfunction characterize all its symptoms, but **manifest at their most extreme as positive thought disorder, with disorganized and sometimes unintelligible speech**".*

É de se esperar, portanto, que os resultados das investigações acerca da esquizofrenia influenciem os estudos subsequentes a respeito do TPF e vice-versa, afinal esses dois construtos estão interrelacionados. Devido a essa interrelação, é frequente que se parta do princípio, assim como o fazem Tan e Rossell (2015), de que a esquizofrenia e o TPF, sendo este um "sintoma" daquela, derivem de um mesmo fator causal. E, de acordo com a concepção de transtorno mental como transtorno cerebral/neurológico amplamente aceita graças a difusão das abordagens bio-organicistas em Psiquiatria, aposta-se que este fator causal seja uma alteração genética ou neuroanatômica.

Entretanto, essa causa hipotética de cunho genético, neuroanatômico ou neurofuncional até hoje não foi identificada para a esquizofrenia. O que as pesquisas têm revelado, ao contrário, é a ausência de correlação entre a presença de características genéticas que hipoteticamente seriam responsáveis pela esquizofrenia e o desenvolvimento deste transtorno (ZHANG et al., 2015; CAPRINI et al., 2011; MUNAFO et al., 2005; FRIEBOES et al., 2001; ITO et al., 2000; VIRGOS et al., 1999; STÖBER et al., 1998; JÖNSSON et al., 1993). Ainda assim,

the American Psychiatric Association, which publishes the DSM, on its website describes schizophrenia as "a chronic brain disorder", and academic journals describe it as a "debilitating neurological disorder", a "devastating,

highly heritable brain disorder" or a "brain disorder with predominantly genetic risk factors" (VAN OS, 2016, p. 1).

Além disso, pesquisas realizadas ao longo das últimas décadas por diversos autores (LIN; KLEINMAN, 1988; ADENPOLE et al., 2012; KALRA et al., 2012; ELIACIN, 2016; VAN OS, 2016; GULOXSUZ et al., 2017) e em diferentes territórios têm evidenciado a grande relevância de fatores socioculturais na etiologia, no curso clínico, nas manifestações, nos desfechos e, acima de tudo, na própria existência da esquizofrenia como categoria diagnóstica.

Os achados que apontam o caráter social da esquizofrenia e de suas manifestações, inclusive o TPF, já constituem em si um motivo para que os esforços de compreensão do TPF partam de uma perspectiva que leve em consideração esses fatores socioculturais. Outro motivo é o próprio fato de o TPF ser diagnosticado com base no comportamento linguístico/verbal do paciente, afinal consideramos que o fenômeno da enunciação verbal e a relação fala-pensamento têm uma dimensão intrinsecamente social e não podem ser entendidos em sua completude se são tomados como produto ou reflexo de uma "mente" determinada exclusivamente por mecanismos fisiobiológicos cuja compreensão caberia às ciências naturais. Com efeito,

não basta colocar face a face dois Homo sapiens quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que os indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se (BAKHTIN, 2006, p. 33).

E é graças a esse sistema de signos socialmente construído que a esfera do pensamento verbal adquire forma e existência, de modo que, "se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada" (BAKHTIN, 2006, p. 34). Ou seja, sem este material semiótico, a o pensamento verbal não existe. Aqui, Bakhtin (2006) chega a subverter a fórmula pensamento-causa-linguagem, argumentando que estas esferas – pensamento/mente e linguagem – estão em uma relação marcada pela reciprocidade, havendo uma contra-ação em que linguagem-causa-pensamento. As palavras, enquanto signos linguísticos, não seriam meros reflexos do pensamento. Pelo contrário, a linguagem "produz" pensamento, e o terreno da linguagem é o social, o interacional, assim como o do pensamento.

A própria ideia de que a atividade mental é de natureza individual é uma construção, afinal os processos que a determinam não se desenvolvem na esfera do

organismo individual, mas na esfera interacional. Nos termos de Bakhtin (2006, p. 58), "o indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, [...] enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico". Daí ele afirmar que, ao contrário do que supõe o materialismo mecanicista ingênuo, o fenômeno psíquico "é explicável exclusivamente por fatores sociais, que determinam a vida concreta de um dado indivíduo, nas condições do meio social" (BAKHTIN, 2006, p. 47).

Os postulados de Bakhtin (2006) são trazidos aqui porque constituem um contraponto radical à ideia ainda forte no campo psiquiátrico de que os fenômenos psíquicos devem ser concebidos em termos estritamente biológicos, como se fossem fenômenos da alçada das ciências naturais. No que poderia ser considerado o extremo oposto dessa visão biologizante dos fenômenos psíquicos, este autor sustenta que estes fenômenos devem ser compreendidos em função exclusivamente de fatores sociais. No entanto, concordamos com Jurandir Freire Costa quando, em entrevista a Benilton Bezerra Jr., pontua que

um dos processos mais surpreendentes e promissores das últimas décadas no cenário intelectual tem sido o **progressivo desmantelamento da antiga divisão que opunha o biológico ao social, o natural ao cultural**, propiciado pelas descobertas da biologia contemporânea, em especial os estudos sobre a neuroplasticidade e os fenômenos epigenéticos. Esses estudos vêm delineando uma perspectiva contextualista e dinâmica para a biologia. Nesse sentido, **o horizonte atual difere em muito daquele vigente nos anos 1970/80, em que biologia e psicologia, ciências da vida e ciências humanas repartiam seus campos opondo determinismo do corpo e autonomia do sujeito**, causas orgânicas e razões psíquicas, etc. O impacto dessas mudanças é igualmente desafiador tanto para as ciências da vida quanto para as ciências do espírito. **Curiosamente, porém, no cenário psiquiátrico parece haver certo atraso na percepção dessa realidade** (Bezerra Jr. Costa, 2014, p. 1031, grifo meu).

Segundo Barrera e Berrios (2001), um dos fatores que dificultam o avanço da compreensão do TPF é justamente a ausência de um conceito de linguagem que leve em consideração esses fatores sociointeracionais e culturais que Bakhtin (2006) não só valoriza, mas acima de tudo considera essenciais, e que, como afirma Costa (2014), não podem ser dissociados dos fatores biológicos. Os autores se propõem, então, a examinar comparativamente as três principais concepções linguísticas às quais se filiam as pesquisas que tentam estabelecer as causas psicopatológicas do TPF.

Primeiramente, há a corrente segundo a qual o TPF decorreria de um déficit semântico associado a anormalidades na representação neural dos significados. Um

dos problemas desta abordagem é sua incapacidade para explicar o TPF por si só, afinal pessoas com doença de Alzheimer, por exemplo, também possuem uma forma de perda da memória semântica e, apesar disso, não recebem tipicamente o diagnóstico de TPF. Em segundo lugar, há uma corrente que vincula o TPF a funções executivas. E, como terceira corrente de importância maior, há aquela que concebe o TPF como uma incapacidade de produzir enunciados coesos.

Barrera e Berrios (2001) salientam que esta última perspectiva, que redefine o TPF como uma incapacidade do falante de gerar coesão, é reveladora de como a natureza do fenômeno psicopatológico muda de acordo com os fundamentos teóricos adotados. Os procedimentos de pesquisa para compreensão do TPF, nesta abordagem, consistem em gravar e transcrever a fala das pessoas diagnosticadas com esquizofrenia para, em seguida, quantificar e qualificar os vínculos coesivos utilizados. No entanto, a análise é realizada por pessoas que não dispõem de informações sobre os interlocutores e os contextos em que estão inseridos.

Assim, ao ignorar o contexto em que os enunciados foram produzidos, como o fato de a conversa entre os atores envolvidos na interação – no caso, paciente e médico – ter acontecido em um hospital, esta abordagem despreza um elemento essencial para determinar sua (in)coerência. Acrescente-se a isso que centrar a análise em elementos coesivos é limitá-la, afinal a coesão não garante, por si só, a coerência do enunciado, que tem lugar, por sua vez, "em um nível mais conceitual e é parcialmente construída pelo interlocutor" (BARRERA; BERRIOS, 2001, p. 1284. Tradução minha).

Além disso, o julgamento realizado pelo médico de que a fala do paciente é característica do Transtorno do Pensamento Formal depende de sua formação geral, de sua capacidade de compreender e tolerar significados ambíguos e metafóricos, de sua familiaridade com o paciente e de outros fatores mais transitórios, como o tempo que tem disponível. Logo, muitas das condições necessárias ao diagnóstico de TPF são, grosso modo, "externas ao transtorno" (BARRERA; BERRIOS., 2001).

É, ainda, digno de nota que, por um lado, pessoas com demência ou com afasia por lesão no hemisfério direito também apresentam falhas de coesão, porém estes desvios linguísticos não são caracterizados como TPF. E, por outro lado, o TPF tem sido detectado tanto em pessoas com outros transtornos psiquiátricos além de esquizofrenia quanto em pessoas sem diagnóstico psiquiátrico. Daí a conclusão de que o TPF é um transtorno altamente inespecífico.

Além disso, como já apontamos, pessoas com diagnóstico de TPF têm comportamentos linguísticos e comunicativos muito diferentes, de modo que, se é possível falar em Transtorno do Pensamento Formal, este é necessariamente muito heterogêneo e instável. Instável porque, além das variações observadas entre os sujeitos, percebem-se flutuações, mesmo a curto prazo, no comportamento linguístico de cada sujeito individualmente.

Além de inespecífico, heterogêneo e instável, o TPF, tal como é definido, não se associa de forma sistemática a traços específicos da linguagem ou a situações e temas determinados, de modo que é imprevisível. Já no DSM-IV (1994), reconheceu-se a existência de uma dificuldade inerente à elaboração de uma definição objetiva do TPF, afirmando-se que

[t]he speech of individuals with Schizophrenia may be disorganized in a variety of ways. The person may "slip off the track" from one topic to another ("derailment" or "loose associations"); answers to questions may be obliquely related or completely unrelated ("tangentiality"); and, rarely, speech may be so severely disorganized that it is nearly incomprehensible and resembles receptive aphasia in its linguistic disorganization ("incoherence" or "word salad") (APA, 1994, p. 276).

Apesar do reconhecimento desta dificuldade, a visão sobre o TPF manteve-se alicerçada sobre dois pressupostos básicos que não foram questionados e que Barrera e Berrios (2001) designaram por "pressuposto ontológico" e "pressuposto epistemológico". Os pressupostos ontológicos, explicam Alarcón e Freeman (2015), dizem respeito aos pressupostos acerca da existência e do processo de desenvolvimento de ideias, conceitos, construtos e categorias. Esses pressupostos estão presentes e têm "enorme vigência", portanto, no campo psiquiátrico.

La base teórica de todos los esfuerzos de clasificación y diagnóstico médico a lo largo de la historia ha seguido lineamientos filosóficos nacidos no solo de la necesidad de "hacer algo" o "dar un nombre" al sufrimiento del paciente sino también del afán de poner fin a incertidumbres paralizantes e inducir alguna forma de intervención terapéutica. En sus aplicaciones prácticas, estos esfuerzos han marchado casi siempre en paralelo con el clima cultural, el nivel de conocimiento técnico de cada época y la subsecuente terminología sea ésta demonológica, religiosa, clínica, heurística o tecnológica. A manera de ejemplo, durante los siglos XVIII y XIX en los Estados Unidos, la nosología (psiquiátrica) usaba palabras tales como "vagabundo", "ruidoso", "ocioso", "indolente, etc. y términos o frases tales como "locura industrial", "melancolía religiosa", "idiocia", "nostalgia" o neurastenia para describir diversas condiciones clínicas (ALARCÓN; FREEMAN, 2015, p. 36).

O pressuposto ontológico relativo ao TPF apontado por Barrera e Berrios (2001) consiste na crença de que há um conjunto de comportamentos que constituem

o TPF por si, de forma intrínseca. Isto é, pressupõe-se que o TPF existe, que é um fenômeno da natureza, e não um construto sociohistórico.

E, associado a este pressuposto ontológico, há um pressuposto epistemológico que consiste na crença de que o enquadramento de determinados comportamentos como um transtorno independe da(s) teoria(s) em que está fundamentada a avaliação de tais comportamentos e a definição de tal transtorno. Ou seja, há o pressuposto epistemológico de que é possível definir e explicar esse fenômeno ateoricamente, digamos assim. Sendo que a pretensão de ausência de teoria já é uma posição epistemológica e uma posição de valor.

A noção de que o TPF é uma entidade natural e estável, um fenômeno isento de atravessamentos teóricos, leva a crer que as variadas teorias que se debruçam sobre esta categoria nosológica se referem ao mesmo fenômeno. No entanto, o TPF não existe de forma independente na natureza. O próprio atributo de "desorganização" da fala/do pensamento não é uma propriedade inerente às palavras utilizadas pelo sujeito. É, sim, uma construção, uma maneira de interpretar a fala deste sujeito

basada en el contexto lingüístico y socio-cultural, en las características del interlocutor, y en claves derivadas de lo verbalizado por el sujeto, que permiten o impiden atribuirles coherencia a los actos de habla realizados por el hablante por medio de sus palabras, gestos, y afectos movilizados (BARRERA; BERRIOS, 2001, p. 1286, grifo meu).

Sendo assim, cada abordagem teórica seleciona quais comportamentos linguísticos são relevantes e definidores do transtorno. Pode-se afirmar, então, a partir disso, que o sintoma também é uma construção, visto que cada teoria determina que itens, isto é, que comportamentos observáveis, serão incluídos na lista de sintomas – ou dela retirados – característicos de determinado transtorno.

Podemos observar esse caráter de "construção do construto" no artigo de Andreasen (1979) intitulado *Thought, language, and communication disorders. II. Diagnostic significance*. Neste trabalho, a autora se propõe a apresentar os resultados do estudo que realizou com 113 pacientes com diagnóstico de mania, depressão e esquizofrenia a fim de analisar a frequência de vários subtipos de comportamentos linguísticos por ela designados como "transtornos do pensamento, da linguagem e da comunicação" e avaliar sua relevância diagnóstica⁷. Ao fim do estudo, Andreasen

⁷ Este estudo realizado por Andreasen (1979) possui algumas lacunas e características que podem ser consideradas problemáticas em termos metodológicos, como a própria autora reconhece ao afirmar que várias advertências devem ser feitas com relação à generalização e à validade dos achados desse estudo. Por exemplo, ela trabalha com categorias de pacientes já diagnosticados com base em critérios

(1979) conclui que alguns tipos de transtornos do pensamento (*thought disorders*) então considerados importantes para diagnóstico de esquizofrenia, como neologismos, têm pouco valor diagnóstico.

Essa conclusão de que alguns "transtornos do pensamento", isto é, alguns comportamentos linguísticos então reconhecidos como característicos de determinado transtorno mental, são pouco relevantes em termos diagnósticos constitui uma maneira de colocar em questão determinados conhecimentos então difundidos acerca do TPF e de evidenciar, assim, seu status de construto, de categoria mutável.

A history of the concept of thought disorder shows that the "symptom" refers to a heterogeneous group of behaviours which, during the last 100 years, have been given uniformity and unity by the Procrustean device of applying to them successive theories of thinking (BERRIOS, 1996, p. 80).

Diferentes abordagens, portanto, definem de maneiras diferentes quais são as fronteiras do transtorno. Dar-se conta disso significa reconhecer que a definição de um transtorno psiquiátrico implica necessariamente uma filiação teórica. Daí resulta que o TPF não é sempre o "mesmo", apesar de o "mito de continuidade" fazer parecer que o é, e tampouco pode ser analisado e "quantificado" de forma neutra.

Por isso, Berrios (1996) afirma que o transtorno do pensamento é um construto dependente de teorias do pensamento e principalmente de teorias acerca da relação pensamento-linguagem, podendo ser definido conforme teorias associacionistas, teorias de processamento de informações, modelos computacionais e até mesmo como um transtorno da fala. E que uma consequência disso é a improbabilidade de que ele seja de fato "localizável no cérebro".

Quando o TPF é apresentado como um fenômeno autônomo e existente de forma independente na natureza e sua descrição/definição é realizada de maneira pretensamente ateórica, a ideia aí presente é a de que a descrição do transtorno é

cujas validade está sendo posta em questão pelo próprio estudo. Além disso, os pacientes foram avaliados, em sua maioria, na primeira semana de internação e só participaram do estudo aqueles pacientes que se encontravam "severamente sintomáticos", "manifestando uma síndrome maníaca, esquizofrênica ou depressiva completa e típica no momento da avaliação" (ANDREASEN, 1979, p. 1326). Contudo, evidências apontam que essa maneira de selecionar os sujeitos de pesquisa produz o viés de Berkson, também chamado de "viés de hospitalização" ou "viés de concentração de morbidade", que decorre da seleção de uma amostra limitada a pessoas que buscam ajuda médica e que estão apresentando formas graves do transtorno em estudo. Ademais, a autora admite que "*although every effort was made to keep the raters blind, design requirements did not permit perfect blindness, and consequently judgments of the raters may have been affected by diagnostic cues*" (ANDREASEN, 1979, 1329).

apenas a constatação transparente das coisas tais como elas são. E essa é uma forma de omitir pressupostos teóricos.

Portanto, o movimento no sentido de conferir aos critérios diagnósticos do DSM um teor mais descritivo – tornando-os, dessa maneira, supostamente objetivos e neutros – ignora que descrever um fenômeno já é uma forma de interpretá-lo. Conforme observa Berrios (1996) a respeito da substituição da expressão "transtorno do pensamento formal" por "fala desorganizada" a partir do DSM-III (APA, 1980), "***disorganized speech is no less a construct than thought disorder and hence its validity will depend on a good theory of language and thought***" (BERRIOS, 1996, p. 91, grifo meu).

A descrição, portanto, já é realizada a partir de um lugar teórico, ainda que este não seja explicitado e que sua existência seja negada. A ideia de que o TPF, assim como a esquizofrenia e outros transtornos psiquiátricos, é um fato da natureza, um fenômeno biologicamente determinado, e que deve ser investigado como tal, isto é, como um fenômeno da alçada das ciências naturais, é uma ideia articulada com (i) determinada concepção de transtorno mental que só faz sentido segundo uma abordagem biologizante e (ii) determinada concepção acerca da relação pensamento-linguagem que assume a equivalência entre pensamento e linguagem.

Então, a fim de contribuir para a discussão teórico-filosófica acerca dos pressupostos epistemológicos que alicerçam categorias nosológicas em Psiquiatria, trazendo elementos para o debate que eventualmente nos permitam realizar novos questionamentos e formular novas respostas acerca dos "sintomas" psiquiátricos, dentre eles o TPF, e reconhecendo que os "fatos observáveis" também são construtos, apresentaremos a teoria de Lev Semyonovich Vygotsky a respeito da relação entre pensamento e linguagem.

Contrapondo-se aos métodos de pesquisa que pretendem investigar a relação entre pensamento e linguagem como um problema das ciências naturais e que concebem essa relação de formas que considera inadequadas e insuficientes para dar conta da questão, o psicólogo russo Vygotsky, conhecido como o principal proponente da corrente conhecida como Psicologia Histórico-Cultural, afirma que a resolução do problema do pensamento e da linguagem está para além dos limites metodológicos das ciências naturais.

Com efeito, a resolução desse problema, de acordo com o autor, só é possível sob a condição de estendermos a este problema "todas as teses metodológicas que

o materialismo histórico estabelece para todos os fenômenos históricos na sociedade humana" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 149), porque o pensamento verbalizado não pode ser compreendido como mera continuação do desenvolvimento biológico, e sim como o resultado de uma mudança no tipo de desenvolvimento – do biológico para o histórico-social.

Portanto, essa relação deve ser estudada conforme os princípios de uma Psicologia historicamente fundamentada, ou seja, levando-se em conta seu caráter de desenvolvimento, seu caráter histórico. Explicando o que entende por "psicologia historicamente fundamentada", Vygotsky (2010) salienta que estudar algum fenômeno historicamente não significa estudá-lo no passado, mas sim estudá-lo

no **processo de mudança**: esse é o requisito básico do método dialético. Numa pesquisa, **abranger o processo de desenvolvimento de determinada coisa**, em todas as suas fases e mudanças – do nascimento à morte –, **significa, fundamentalmente, descobrir sua natureza**, sua essência, uma vez que "**é somente em movimento que um corpo mostra o que é**". Assim, o estudo histórico do comportamento não é um aspecto auxiliar do estudo teórico, mas sim sua verdadeira base (VYGOTSKY, 2010, p. 68, grifo meu).

Nos capítulos a seguir, serão apresentadas algumas críticas realizadas por Vygotsky à maneira como o problema da relação entre pensamento e linguagem foi tradicionalmente concebido e estudado. Posteriormente, apresentaremos a teoria do autor a respeito desse tema. Antes disso, porém, convém apresentarmos brevemente o autor e sua abordagem.

3 CONSIDERAÇÕES DE LEV VYGOTSKY E DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL SOBRE AS TEORIAS ACERCA DA RELAÇÃO PENSAMENTO-LINGUAGEM

Em *A construção do pensamento e da linguagem* (2001), obra publicada originalmente por Lev Vygotsky no ano de 1934 após cerca de uma década de trabalho, o autor se propõe a apresentar os métodos e os resultados dos estudos que realizou sobre o problema do pensamento e da linguagem a fim de contribuir "para uma teoria geral do pensamento e da linguagem em termos de novos fatos psicológicos estabelecidos por via experimental" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. XVIII).

Mais especificamente, Vygotsky busca empreender uma análise genética das relações entre o pensamento e a palavra, por considerar o método genético o único capaz de introduzir a perspectiva histórica na análise experimental. E por considerar a perspectiva histórica, por sua vez, a única capaz de dar conta dessa questão, isto é, de resolver o problema da relação entre pensamento e linguagem. Mais adiante veremos de maneira explicada por quê.

Vygotsky reconhece as dificuldades inerentes ao estudo da relação pensamento-linguagem, que toca uma série de campos do conhecimento científico e que é considerado por ele próprio um dos mais complexos da psicologia experimental. Essas dificuldades decorrem de vários fatores, dentre eles o próprio método de investigação.

Antes de expormos propriamente as críticas do autor às abordagens tradicionais do problema da relação entre pensamento e linguagem e sua própria abordagem do problema, convém realizarmos uma breve apresentação de Vygotsky e de seu contexto histórico de produção de conhecimentos.

Vygotsky nasceu na Bielorrússia em 1896. Neste momento, este território ainda se encontrava sob domínio do Império Russo Czarista e assim permaneceria até a Revolução Russa de fevereiro de 1917, quando se tornou uma das repúblicas constituintes da antiga União Soviética. Vygotsky realizou seus estudos universitários, que incluíram passagens pelos cursos de Medicina, Direito, Literatura e História da Arte, durante a década de 1910. Em 1917, ano da Revolução Russa, graduou-se em Direito. Foi, então, na Rússia pós-revolução de 1917, num contexto de necessidade

de construção de uma Psicologia alinhada com os princípios do materialismo histórico-dialético, que Vygotsky realizou suas pesquisas.

Até então, predominavam duas principais abordagens na Psicologia russa que estavam alinhadas com a Psicologia de outras regiões do mundo: "uma psicologia científico-natural e a outra idealista" (VYGOTSKY, 1996 [1927], p. 338). O principal representante da corrente idealista na psicologia russa foi Georgi Chelpanov, catedrático de Filosofia da Universidade de Moscou que foi o responsável pela criação do Instituto de Psicologia de Moscou, fundado em 1912 e inaugurado oficialmente em 1914 (REY, 2012).

Chelpanov chegou a visitar os laboratórios de psicologia de importantes instituições europeias e empregou, em seus experimentos, os princípios da teoria psicológica alemã do século precedente, cujo representante de maior destaque foi Wundt, com quem Chelpanov estabeleceu boas relações pessoais durante sua estadia em Leipzig.

Orientado pela tradição psicológica idealista, Chelpanov afirmava que "os defensores do materialismo, falando sobre os processos psíquicos, de fato, sempre pensam nos processos fisiológicos" (CHELPANOV, 1912, p. 108) e advertia contra os "perigos" do reducionismo fisiologista, argumentando que o estudo da "mente" a partir de uma perspectiva materialista era inútil e que "a 'psicologia propriamente dita' deveria estudar as leis da alma, que se servem do funcionamento cerebral, mas não se confundem com ele e têm vida própria" (RIVIÈRE, 1985, p. 23).

Compartilhando da crítica às tentativas de redução dos processos psíquicos aos processos neurofisiológicos porém contrapondo-se ao idealismo anti-materialista de Chelpanov, seu antigo discípulo Kornilov propõe a abordagem psicológica que ficou conhecida como reactologia. "Reactologia" porque Kornilov buscou a "materialidade" do psiquismo humano no princípio do reflexo. Segundo esse princípio, a consciência é o reflexo do mundo externo e, portanto, haveria uma identidade entre o "externo" e o "interno", isto é, entre o externo e o "propriamente psicológico". Nos termos de Kornilov (1925, p. 93-94), "nossas percepções não são mais nada do que o reflexo subjetivo do ser que existe independentemente da consciência".

Embora Rivière (1985) afirme que o objetivo da Reactologia era estudar objetivamente as reações humanas em seu ambiente biosocial, evitando tanto o reducionismo social quanto o reducionismo físico, de acordo com Rey (2012),

a partir desse princípio [do reflexo], o externo passa a ter um caráter hegemônico, razão pela qual a compreensão da gênese e desenvolvimento da psique se orienta mais por um determinismo mecanicista do que por um posicionamento dialético. O interno passa a ser considerado apenas como uma imagem do externo, o que favorece uma psicologia centrada no objeto, onde sujeito e relações passam a ter um lugar completamente secundário (REY, 2012, p. 265).

Os embates entre a corrente idealista e as correntes materialistas emergentes naquele início do século XX na Rússia pós-revolucionária tiveram como um de seus momentos marcantes o I Congresso de Psiconeurologia da Rússia, ocorrido em 1923. Nesse mesmo ano, o cargo de diretor do Instituto de Psicologia de Moscou passa de Chelpanov a Kornilov, que o exerceu de 1923 a 1930 e, depois, de 1928 a 1941. Foi Kornilov, inclusive, que levou Vygotsky para a Universidade de Moscou em 1924, logo após o II Congresso de Psiconeurologia da Rússia, ocorrido em 1924.

Embora Vygotsky tenha conseguido um espaço na Universidade de Moscou graças às intervenções de Kornilov, ele não concordava com o "método experimental cuja estrutura geral era a do E-R", isto é, estímulo-reflexo. Segundo Vygotsky, ainda que este método possa ser considerado "adequado para o estudo dos comportamentos elementares, não pode servir de base para o estudo de processos complexos, como as formas de comportamento especificamente humanas" (MARTINS, 1994, p. 289).

Com efeito, nesse contexto de enfrentamentos filosófico-metodológicos na Psicologia soviética, Vygotsky considerava que nenhuma das principais correntes então vigentes era capaz de explicar o que havia de "especificamente humano no ser humano a partir da sua própria condição" (BARROS et al., 2009, p. 177). A esse respeito, escreveu em 1926/1927 seu trabalho intitulado *O Significado Histórico da Crise na Psicologia: uma investigação metodológica* (VYGOTSKY, 1999 [1926]). Segundo Lordelo (2011), este é o texto que melhor representa as preocupações de Vygotsky com os fundamentos e caminhos da Psicologia e está situado "numa posição intermediária entre seus primeiros escritos e os trabalhos em que já formulava mais claramente os primeiros postulados de uma nova teoria da origem social das funções psíquicas superiores" (LORDELO, 2011, p. 537).

Configurando, portanto, um importante marco da trajetória epistemológica de Vygotsky, *O Significado Histórico da Crise da Psicologia* lançou as bases para a constituição da Psicologia Histórico-Cultural a partir de 1928. Neste manuscrito, Vygotsky (1999 [1926]) empreendeu uma análise dos métodos então vigentes para a

produção de conhecimentos sobre o psiquismo humano, tecendo comentários e críticas às principais correntes da época, tais quais: a fisiologia de Pavlov, a reflexologia de Bekhterev, a reactologia de Kornilov, o behaviorismo watsoniano, a Psicologia da Gestalt etc (BARROS et al., 2009).

Vygotsky observou que, naquele cenário caracterizado pela disputa entre diferentes abordagens, "os processos psicológicos ora eram tratados como processos biológicos ou mesmo físicos, ora como fenômenos transcendentais e metafísicos" (BARROS et al., 2009, p. 175). O primeiro grupo era composto pelas chamadas abordagens naturalistas e pautava-se no postulado de que não havia fenômeno psíquico sem fenômeno físico correspondente.

Nesse sentido, buscava explicar e prever os comportamentos humanos servindo-se dos métodos investigativos das ciências naturais, situando seu interesse "nas unidades simples e nos processos psicológicos naturais passíveis de mensuração e observação" (BARROS et al., 2009, p. 176). Contudo, esta abordagem significava a falência da Psicologia como ciência independente e dotada de problemas próprios na medida em que concebia os problemas psicológicos como problemas neurofisiológicos.

Já as abordagens idealistas, tomando a Psicologia como uma ciência da "alma", partiam de pressupostos epistemológicos radicalmente opostos àqueles das quais partiam as abordagens naturalistas, dentre os quais dois merecem ênfase particular: (i) o pressuposto segundo o qual haveria uma "diferença radical entre a natureza física e a existência psíquica" (VYGOTSKY, 1996 [1926], p. 377) e (ii) o pressuposto segundo o qual os processos psíquicos propriamente humanos não são passíveis de ser investigados de forma objetiva. Partindo desses fundamentos, a abordagem idealista buscava descrever e compreender os comportamentos, porém não explicá-los (VYGOTSKY, 1996 [1926]). Vygotsky mostrou assim

que a divisão de trabalho entre os psicólogos da ciência natural e os psicólogos fenomenológicos havia produzido um acordo implícito segundo o qual as funções psicológicas complexas, aquelas mesmas funções que distinguiam os seres humanos dos animais, não podiam ser estudadas cientificamente. Os naturalistas e os mentalistas haviam artificialmente desmembrado a psicologia (LURIA, 1988, p. 24).

Isso significava, então, que tanto os métodos elementaristas das abordagens científico-naturais quanto os métodos mentalistas das abordagens idealistas não só forneciam obstáculos, como de fato inviabilizavam o estudo dos processos psíquicos

de maneira adequada. Por esse motivo, Vygotsky afastou-se dessas perspectivas e apostou no método materialista histórico-dialético como um possível caminho para compreender o psiquismo humano, afirmando seu desejo de "aprender na globalidade do método de Marx como se constrói a ciência, como focar a análise da psique" (VYGOTSKY, 1996 [1926], p. 395).

O emprego do método materialista histórico-dialético possibilitaria, assim, nos termos de Alexander Luria (1988, p. 26), a transposição do "abismo existente entre as explicações científicas e naturais dos processos elementares e as descrições mentalistas dos processos complexos" ao nos permitir desvendar por que meios "os processos naturais, como a maturação física, e os mecanismos sensoriais se entrelaçam aos processos culturalmente determinados para produzir as formações psicológicas dos adultos".

Dessa maneira, Vygotsky se serve de um "método inverso" ao método da natureza, conforme designação do próprio autor, no sentido de que ele não parte das funções psicológicas já existentes nos demais animais a fim de compreender a constituição das funções psicológicas propriamente humanas sob um viés cumulativo, como o faziam Darwin, Pavlov e os reactologistas/reflexologistas.

Nos diversos estudos realizados sobre as leis que regem o desenvolvimento do psiquismo animal e humano pela Psicologia Histórico-Cultural, concebe-se que, entre os animais, as leis que governam tal desenvolvimento são as da evolução biológica; **a partir do processo de hominização, as leis que regem o desenvolvimento do psiquismo humano são as leis do desenvolvimento sócio-histórico** (BERNARDES, 2011, p. 325. Grifo meu).

O ponto de vista "cumulativo" é insuficiente, portanto, porque "só podemos compreender cabalmente uma determinada etapa do processo de desenvolvimento – ou, inclusive, o próprio processo – se conhecemos o resultado ao qual se dirige esse desenvolvimento, a forma final que adota e a maneira como o faz" (VYGOTSKY, 1996 [1926], p. 207). Ou seja, a compreensão e a análise da gênese das funções psicológicas caracteristicamente humanas só é possível caso se considere o seu "ponto de chegada", isto é, caso se leve em conta, desde o início da análise, as particularidades humanas.

Dito isso, Vygotsky elenca três princípios que devem nortear a implementação do materialismo histórico-dialético como nova abordagem metodológica na Psicologia. O primeiro princípio é a atenção à história dos processos, isto é, deve-se ter em conta

o caráter de fato processual das funções psíquicas superiores, afinal as transformações são inerentes ao processo de desenvolvimento humano.

O segundo princípio é o esforço explicativo, não bastando que a "nova psicologia" seja meramente descritiva. E este esforço explicativo deve se orientar pelo objetivo de explicitar as relações internas constitutivas dos fenômenos humanos. O terceiro princípio é análise dos comportamentos fossilizados a partir de suas "origens", porque, de acordo com a concepção vygostskiana, é na origem desses comportamentos automatizados no processo histórico de desenvolvimento que "o passado e o presente se confundem e o presente é visto à luz da história" (MARTINS, 1994, p. 289).

Essa nova abordagem de investigação psicológica, fundamentada no materialismo histórico-dialético e nos três princípios que acabamos de elencar, era caracterizada por Vygotsky como cultural, histórica e instrumental. Cultural no sentido de que não despreza a importância dos "meios socialmente estruturados pelos quais a sociedade organiza os tipos de tarefa que a criança em crescimento enfrenta, e os tipos de instrumentos, tanto mentais como físicos, de que a criança dispõe para dominar aquelas tarefas" (LURIA, 1988, p. 26). Histórica porque se baseia na compreensão de que "os instrumentos que o homem usa para dominar seu ambiente e seu próprio comportamento [...] foram inventados e aperfeiçoados ao longo da história social do homem" (LURIA, 1988, p. 25). E "instrumental" diz respeito à natureza mediada das funções psicológicas complexas, que "incorporam os estímulos auxiliares, que são tipicamente produzidos pela própria pessoa" (LURIA, 1988, p. 26). Daí a utilização da designação *Psicologia Histórico-Cultural* para fazer referência a esta abordagem, que

reflete a **posição de Vygotsky de que a consciência e as funções superiores se enraízam no espaço social, na relação com os objetos e pessoas, e nas condições objetivas de vida social**, e que a psicologia deveria, ao elucidar os processos subjacentes ao desenvolvimento humano, levar em conta tais relações (MARTINS, 1994, p. 290. Grifo meu).

É importante salientar, contudo, que a ênfase nesta dimensão sócio-histórica do desenvolvimento humano não significa uma filiação ao ponto de vista do determinismo cultural. Vygotsky afirma, de fato, que as funções psicológicas tipicamente humanas se desenvolvem num processo histórico e vão se constituindo graças às relações sociais que se estabelecem entre o indivíduo e o seu meio circundante, de modo que a formação da consciência se dá por um processo de

internalização. No entanto, para este autor, não há tirania do coletivo sobre o individual, porque a dimensão sócio-histórica não funciona como

uma força opressora que se impõe monoliticamente ao indivíduo. (Como veremos, Vygotsky inclusive critica essa visão sobre o social presente em Piaget.) O sócio-histórico é pensado, isso sim, como processo, onde o mundo cultural, em seus múltiplos recortes macroscópicos e microscópicos, apresenta-se ao sujeito como o outro, a referência externa que permite ao ser humano constituir-se como tal (OLIVEIRA, 1992c, p. 67).

Sendo assim, o processo de formação da consciência pelo processo de internalização é um processo de constituição da subjetividade a partir da intersubjetividade. Nesse sentido, a internalização não é um processo de transposição de uma realidade externa para um plano interior já existente e previamente "vazio" (WERTSCH, 1988).

Ao contrário, a internalização corresponde a uma passagem do nível interpsicológico para o intrapsicológico, passagem esta que depende de relações interpessoais mediadas simbolicamente (OLIVEIRA, 1992b), sendo a linguagem o sistema simbólico fundamental das sociedades humanas e o principal mediador entre sujeito e objeto de conhecimento (OLIVEIRA, 1992a). Ou seja, para Vygotsky, a "mente", a esfera intrapsicológica, não pode ser tomada como um âmbito interno dotado de uma suposta existência a priori do qual derivaria a linguagem.

Outra mostra de que a teoria vygotskiana não está baseada em uma tal tirania do coletivo, e que tampouco recusa o papel dos mecanismos fisiobiológicos, são os esforços de Vygotsky no sentido de desvelar os mecanismos cerebrais subjacentes ao funcionamento psicológico. Essa linha de pesquisa foi desenvolvida conjuntamente com o pesquisador Alexander Luria⁸, colega de trabalho, de estudo e de pesquisa de Vygotsky desde 1924, quando Luria conquistou um cargo no Instituto de Psicologia de Moscou.

⁸ Alexander Romanovich Luria foi um neuropsicólogo russo que viveu entre os anos de 1902 e 1977 e cuja carreira teve início nos primeiros anos da "grande Revolução Russa" (LURIA, 1992, p. 23). Integrou o "círculo de Vygotsky" (BOVO et al., 2019) e é considerado, junto a Vygotsky e a Alexei Nikolaievich Leontiev, um dos fundadores da Psicologia Histórico-Cultural. É até hoje tido como um dos mais proeminentes personagens na história dos estudos dos processos psíquicos e suas investigações em Neurologia distinguiram-se - e ainda distinguem-se - pelo "senso que tinha de que até mesmo as funções mais elementares do cérebro e da mente não eram de natureza inteiramente biológica, mas sim condicionadas pelas experiências, as interações, a cultura do indivíduo - sua crença em que as faculdades humanas não podiam ser estudadas ou compreendidas isoladamente, mas tinham sempre de ser compreendidas em relação às influências vivas e formativas" (OLIVEIRA; REGO, 2010, p. 107). Foi esse o motivo, inclusive, de seu afastamento em relação a Pavlov e a Skinner, cujas abordagens Luria considerava muito mecânicas. Propôs uma forma de fazer ciência que designou como "ciência romântica" e cujo objetivo seria possibilitar métodos de produção de conhecimento que escapassem ao reducionismo inerente à análise dos fenômenos em seus componentes elementares.

Com efeito, Vygotsky reconhece no cérebro humano a base material para o funcionamento psicológico, porém ressalta que "o cérebro humano é um sistema aberto, de grande plasticidade, moldado ao longo da história da espécie e do desenvolvimento individual" (OLIVEIRA, 1992c, p. 69). Essa visão do cérebro como sistema biológico aberto em interação permanente com o meio em que o sujeito está inserido era compartilhada com Luria. E o pressuposto da plasticidade, contudo, não significa desordem absoluta; na verdade, pressupõe a existência de uma estrutura básica estabelecida ao longo da história da espécie, isto é, constituída no plano filogenético, que cada indivíduo traz consigo ao nascer.

Vygotsky foi compreendendo, assim, o relevante papel desempenhado pelos fatores sociais e biológicos, contextuais e cerebrais, para o desenvolvimento psíquico. E, portanto, a importância de se ter tais fatores em conta quando do estudo desses mesmos processos. No entanto, foi em fins da década de 1920 que Vygotsky começou a atribuir centralidade aos processos de significação – isto é, aos processos de "atribuição de significados", de formação de conceitos – para a constituição das funções psicológicas propriamente humanas.

Foi essa compreensão da centralidade dos significados que proporcionou às pesquisas do autor um grande salto qualitativo e o levou a tratar, em seus estudos sobre o psiquismo humano, da relação entre pensamento e linguagem (BARROS et al., 2009).

Na intersecção entre processos psicológicos e desenvolvimento cultural, **a questão da linguagem, especialmente no que diz respeito às suas relações com o pensamento, destaca-se como particularmente relevante para os autores da abordagem histórico-cultural.** Nos escritos de Luria, essa temática emerge de diferentes maneiras. Em dois de seus livros publicados no Brasil, a linguagem ocupa lugar central, desde o título da obra até o conteúdo nela explorado. O primeiro deles denomina-se *Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria* e foi publicado no Brasil em 1985. Consiste numa sistematização de questões relativas ao desenvolvimento da linguagem, sua base neurológica e suas relações com processos psicológicos, das quais Luria se ocupou durante toda sua vida de pesquisador. Explicitando inicialmente os pressupostos da psicologia histórico-cultural, com a qual dialoga ao longo de todo o volume, ele se debruça a seguir sobre tópicos mais específicos como a função reguladora da linguagem, o desenvolvimento dos conceitos, as estruturas verbais e os problemas da fala resultantes de lesões cerebrais (OLIVEIRA; REGO, 2010, p. 114-115. Grifo meu).

Tendo se dado conta, portanto, da importância do problema da relação entre pensamento e linguagem, Vygotsky se empenha em estudar as produções então

existentes a respeito. Após analisá-las, o autor formula algumas críticas, que apresentaremos na próxima seção, e desenvolve sua própria abordagem do tema.

3.1 Sobre os métodos de investigação da relação entre pensamento e linguagem: uma crítica a partir da Psicologia Histórico-Cultural

Tendo procedido à leitura crítica das obras dedicadas a tratar da relação entre o pensamento e a linguagem e tendo, também, realizado suas próprias investigações a respeito desse problema, Vygotsky conclui que as tentativas de resolver essa questão sofrem de algumas falhas, sobretudo metodológicas. Os métodos tradicionais de investigação da relação entre o pensamento e a linguagem, afirma o autor, oscilam entre dois extremos. Um extremo consiste na completa identificação do pensamento com a palavra; o outro, na completa dissociação entre esses dois elementos.

A primeira corrente, que funde pensamento e linguagem, não só é considerada pelo autor como incapaz de resolver a questão como é, antes de tudo, incapaz de colocar a questão. Afinal,

se o pensamento e a linguagem coincidem, são a mesma coisa, não pode surgir nenhuma relação entre eles nem a questão pode constituir-se em objeto de estudo, uma vez que é impossível imaginar que a relação do objeto consigo mesmo possa ser objeto de investigação (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 3).

A outra corrente, por sua vez, ao distinguir pensamento e palavra e ao concebê-los como independentes entre si, vê na palavra nada mais do que a expressão externa do pensamento. Como os representantes desta segunda corrente não admitem uma equivalência completa entre pensamento e linguagem e reconhecem que esses dois fenômenos não são "a mesma coisa", já são capazes de colocar o problema da relação entre pensamento e linguagem e, por isso, parecem estar em posição mais favorável.

No entanto, esta posição mais favorável é apenas aparente, porque o método de decomposição do problema em "linguagem" e "pensamento", como se estes processos fossem dois elementos isolados, separados, entre os quais não houvesse nenhum tipo de relação interna, inviabiliza justamente o estudo das relações internas entre pensamento e palavra.

Ao decompor o pensamento discursivo nos elementos que o constituem e que são heterogêneos – o pensamento e a palavra – esses estudiosos, depois que estudam as propriedades puras do pensamento como tal, independentemente da linguagem, e a linguagem como tal, independentemente do pensamento, interpretam a relação entre eles como uma dependência mecânica puramente externa entre dois processos diferentes (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 4).

Vygotsky (2001 [1934]) designa esse tipo de análise como atomística e funcional. Esse tipo de análise é baseado no método de decomposição das totalidades psicológicas complexas em elementos e incorre em que as funções psicológicas são analisadas de forma isolada e particularizada enquanto a relação interfuncional permanece fora do campo de investigação. Assim, a própria relação entre as diferentes funções psicológicas, como "pensamento" e "linguagem", não é estudada.

A análise atomística, portanto, consiste em um obstáculo ao estudo da relação entre pensamento e linguagem, afinal esta questão "situa-se entre aquelas questões de psicologia em que aparece em primeiro plano a relação entre as diversas funções psicológicas, entre as diferentes modalidades de atividade da consciência" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 1).

A decomposição das totalidades psicológicas complexas em elementos pode ser comparada, segundo Vygotsky (2001 [1934]), à análise química da água que a decompõe em hidrogênio e oxigênio. Esse método de análise é incapaz de explicar as propriedades do todo porque o decompõe em elementos heterogêneos que não comportam, em si, as propriedades desse todo; porque não se atenta às relações entre os elementos. Como explicar a propriedade da água de apagar o fogo ao analisar isoladamente o oxigênio – que conserva a combustão – e o hidrogênio – que é autocombustível? Da mesma maneira, não é possível explicar as relações entre pensamento e linguagem partindo da decomposição do problema nos elementos "pensamento" e "linguagem" e ignorando suas relações internas.

Nesse sentido, um método de análise capaz de dar conta do problema da relação entre pensamento e palavra deve decompor a totalidade complexa em *unidades*. A diferença entre a *unidade* e o *elemento* é que a *unidade*, ao contrário do *elemento*, é indecomponível e constitui um produto de análise que comporta todas as propriedades do todo. Mas qual seria então a unidade que contém em si as propriedades do pensamento verbalizado, isto é, de "pensamento" e de "palavra" simultaneamente?

Esta unidade é, conforme o autor, o significado. O significado é parte inalienável da palavra como tal, afinal "sem significado a palavra não é palavra mas som vazio. Privada do significado, ela já não pertence ao reino da linguagem" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 9). Ao mesmo tempo, o significado é um ato de pensamento porque toda palavra é em si uma generalização, um conceito. E a generalização é um ato do pensamento, afinal a palavra não é a "coisa em si" à qual faz referência e que representa, ou seja, seu significado é uma abstração.

Por esse motivo, Vygotsky estabelece que a investigação sobre o problema da relação entre pensamento e linguagem deve se voltar para a análise semântica, isto é, para a análise do significado da palavra. Porque neste aspecto da palavra está a unidade da linguagem e do pensamento. Para estudar adequadamente a relação entre pensamento e palavra, portanto, é preciso entender as particularidades da palavra e o papel que a linguagem desempenha no processos de pensamento. A respeito das propriedades da palavra, Bakhtin (2006) comenta que

embora a realidade da palavra, como a de qualquer signo, resulte do consenso entre os indivíduos, uma palavra é, ao mesmo tempo, produzida pelos próprios meios do organismo individual, sem nenhum recurso a uma aparelhagem qualquer ou a alguma outra espécie de material extracorporal. Isso determinou o **papel da palavra como material semiótico da vida interior, da consciência (discurso interior)**. Na verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material. **A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior**; pode funcionar como signo sem expressão externa (BAKHTIN, 2006, p. 35).

Tendo em vista, então, que o estudo da relação entre pensamento e linguagem demanda um método específico, Vygotsky realizou, ele próprio, uma série de estudos experimentais, ao longo de mais de uma década, a fim de elucidar a relação entre pensamento e linguagem, cujas conclusões serão apresentadas no próximo capítulo.

Antes disso, porém, dando continuidade à apresentação dos comentários formulados por Vygotsky a respeito das principais teorias vigentes acerca da relação pensamento-linguagem, vamos apresentar agora as considerações que elaborou a partir da leitura das obras de Jean Piaget. A apresentação dos contrapontos vygotkianos às teorias piagetianas são importantes porque nos permitem, ao longo da leitura desta crítica, entrever os pressupostos de que Vygotsky irá partir não só para executar suas próprias pesquisas, mas também para analisar os dados fornecidos por tais pesquisas.

Jean Piaget nasceu na Suíça em 1896, mesmo ano em que Vygotsky, e é até hoje considerado um importante teórico e pesquisador, particularmente nas áreas de Psicologia e Pedagogia. Realizou seus estudos universitários primeiramente em Biologia e depois dedicou-se ao estudo de temas em Educação, em Filosofia e em Psicologia, tendo chegado a atuar como professor do curso de Psicologia da Universidade de Genebra de 1929 a 1954. Além disso, entre 1925 e 1931, teve três filhos, o que o permitiu ter contato próximo com crianças em desenvolvimento e a observar seu processo de maturação, de desenvolvimento de capacidades cognitivas e de aquisição de conhecimentos.

Ao longo desses anos de paternidade, de pesquisa e de magistério, formulou e lançou as ideias que viriam a constituir as bases da chamada "Concepção Piagetiana" ou "Epistemologia Genética", uma teoria do conhecimento que se propunha a revelar "as raízes das diversas variedades de conhecimento, desde às suas formas mais elementares, e seguir sua evolução até os níveis seguintes, até, inclusive, o pensamento científico" (PIAGET, 1970/1976, p. 4).

Suas observações levaram ao surgimento de um novo campo de investigação experimental que visava compreender como o sujeito passa de um conhecimento mais simples para um conhecimento mais complexo; como se passa de um conhecimento A para um conhecimento A+. Em outras palavras, como se dá o conhecimento, como é possível o conhecimento; como é possível passar de um conhecimento "menor" para um "maior" (OBANA, 2015, p. 16).

Então, para tentar explicar como os sujeitos adquirem conhecimentos e se tornam progressivamente capazes de explicar os fenômenos do mundo de maneira mais abrangente e completa, Piaget realizou pesquisas psicogenéticas com o objetivo de compreender as origens e o desenvolvimento do processo de estruturação do conhecimento. Nessas pesquisas, buscou identificar especificamente o papel da linguagem. E foi assim que, impelido por essas preocupações teóricas, Piaget realizou os primeiros estudos sobre o desenvolvimento do pensamento e da linguagem da criança (MONTROYA, 2006).

Vygotsky (2001 [1934]) opta, então, por trazer as teorias de Piaget e também as de Wilhelm Stern por considerá-las as teorias mais elaboradas e mais fortes acerca da relação entre pensamento e linguagem. E, ao apresentá-las, o autor já teria a oportunidade de, desde o princípio, contrapor seu enfoque do problema e seu método

de investigação ao enfoque e ao método tradicionais⁹ para, dessa maneira, "traçar o que especificamente nos caberia pesquisar durante o nosso trabalho e o fim a que pretendíamos chegar" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. XVII).

Ao realizar o estudo crítico das teorias de Piaget acerca do pensamento e da linguagem, Vygotsky reconhece Piaget como o primeiro pesquisador a estudar de forma sistemática e aprofundada o processo de desenvolvimento da linguagem e do pensamento. Em suas pesquisas a respeito desse tema, interessou-se particularmente pelas peculiaridades do pensamento infantil e buscou encontrar uma origem comum a todas essas peculiaridades.

Comprometido com o máximo possível de rigor científico e disposto a permanecer no terreno do "empírico puro", Piaget procurou se ater aos fatos e não ultrapassar os limites do que considerava "estritamente psicológico". Entretanto, a análise dos fatos é feita sempre à luz de determinada teoria, de modo que "os fatos estão inseparavelmente entrelaçados com a filosofia" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 24). Assim, "quem quiser encontrar a chave desse rico acervo de fatos novos deve, antes de tudo, **descobrir a filosofia do fato**, da sua obtenção e assimilação. **Sem isso os fatos permanecerão mudos e mortos**" (VYGOTSKY, 2001 [1934], grifo meu).

Um exemplo de que a análise dos fatos – por mais que se tente permanecer no terreno daquilo que é puramente empírico – não é isenta de uma filosofia reside na própria solução de Piaget ao questionamento acerca das origens das peculiaridades do pensamento infantil. O autor atribui essas características ao "egocentrismo do pensamento infantil", o qual deduz a partir da constatação do egocentrismo da fala infantil. Ou seja, Piaget coloca, na origem dos vários traços particulares da lógica infantil, uma causa única: o egocentrismo do pensamento infantil. E esse egocentrismo do pensamento se manifesta no egocentrismo da fala, de modo que é

⁹ Vygotsky (2001) apresenta seus contrapontos às teses piagetianas acerca do desenvolvimento da relação entre pensamento e linguagem publicadas com base nos estudos que Piaget realizou sobretudo na década de 1920. É importante observar, contudo, que Piaget deu continuidade aos estudos sobre esse tema ao longo das décadas de 1930 e 1940, de modo que podemos interrogar se houve "mudança de perspectiva entre as pesquisas feitas na década de 1920 e aquelas feitas nas duas décadas seguintes" (MONTROYA, 2006, p. 119). Segundo Montoya (2006, p. 120), houve "uma evolução do seu pensamento científico, não no sentido de simples ruptura com o passado nem de simples prolongamento, mas de superação no sentido hegeliano do termo: continuidade com reconstrução ("aufhebung"), pois as conquistas da primeira fase serão incorporadas num sistema maior, como consequência de reconstruções em função de novas descobertas". Entretanto, o objetivo aqui não é apresentar a trajetória das teses piagetianas, mas sim as formulações de Vygotsky para cuja realização foi importante a leitura dos trabalhos de Piaget e a reflexão a respeito destes.

a partir da fala da criança que o traço fundamental que caracteriza sua lógica é identificado.

Estendendo-se na explicação do que é esse egocentrismo, Piaget o define como uma etapa do processo de desenvolvimento do pensamento situado entre o "pensamento individual" e o "pensamento social". Segundo Piaget, o processo de desenvolvimento do pensamento consiste em uma subordinação progressiva do pensamento, a princípio individual, às "leis da experiência e da lógica pura" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 28).

O pensamento individual é aqui tomado como ponto de partida do processo de desenvolvimento do pensamento e é considerado uma espécie de fabulação, um pensamento regido pelo princípio do prazer e fruto da própria natureza psicológica egoísta da criança. Enquanto isso, o pensamento social é tido como um pensamento realista, racional, uma forma de pensamento imposta "de fora para dentro" por meio da coação sistemática que o meio social exerce sobre a criança.

Assim, quando ele se refere à sucessão evolutiva do pensamento "autístico" (individual e incomunicável) para o pensamento "dirigido" (socializada, orientada pela adaptação progressiva dos indivíduos uns aos outros), o progresso é atribuído à ação do meio social e da linguagem (MONTROYA, 2006, p. 120).

Piaget julga que o egocentrismo do pensamento infantil é um fato fundamental; que o egocentrismo é o traço primário de todo o pensamento e todo o comportamento da criança; que, por decorrer da natureza psicológica, o egocentrismo é um fato universal que existe e se manifesta independentemente da experiência. E constatamos, assim, que as conclusões de Piaget sobre o egocentrismo do pensamento infantil não são apenas empíricas, como ele pretende, mas sobretudo teóricas e filosóficas.

As conclusões às quais Piaget chegou foram criticadas por outros teóricos, como Stern e o próprio Vygotsky, por sua tentativa de conceber o desenvolvimento do pensamento lógico desprezando a prática social da criança e por não compreender que as leis que identificou e buscou demonstrar são leis sociohistóricas, e não naturais.

Ao analisar criticamente a concepção de egocentrismo infantil na teoria piagetiana, Vygotsky já aponta como problemática a noção básica segundo a qual o "pensamento individual" é voltado para a autossatisfação e é o primeiro degrau no desenvolvimento do pensamento. Vygotsky afirma que, do ponto de vista tanto do

desenvolvimento ontogenético quanto filogenético, isto é, tanto do desenvolvimento de cada ser individualmente quanto da evolução da espécie, essa tese não faz sentido, afinal "a forma primária da atividade intelectual é o pensamento efetivo, prático, voltado para a realidade e constituinte de uma das formas fundamentais de adaptação a novas condições, às situações mutantes do meio exterior" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 39).

Uma evidência de que a forma primária de atividade intelectual é voltada para fins práticos é que os animais não humanos, salvo raras exceções, operam somente com a chamada função real. Portanto, uma forma de pensamento individual voltada para a autossatisfação não pode ser o estágio primário a partir do qual se desenvolvem todas as outras formas de pensamento.

Ainda segundo o esquema piagetiano, a linha de desenvolvimento do pensamento se daria no seguinte sentido: do estritamente individual para o egocêntrico e, daí, para o social. Aqui, o social age como uma força exterior que reprime e gradualmente substitui as características naturais, biológicas, intrínsecas, do pensamento da criança. O processo de socialização é visto como um processo de coerção em que o egocentrismo, essa forma "natural" do pensamento infantil, é superada e em que ocorre o desenvolvimento do pensamento lógico, voltado para a realidade.

De acordo com Vygotsky, contudo, no desenvolvimento do pensamento o plano individual não antecede o plano social, e com isso o "pensamento egocêntrico" não pode ser uma etapa da transição do pensamento individual para o pensamento social. Vygotsky comenta, ainda, que é curioso que essa concepção segundo a qual o desenvolvimento do pensamento acontece do plano individual para o plano social seja sustentada justamente por pesquisadores de orientação biológica, como Eugen Bleuler¹⁰.

Além disso, em relação à função e ao destino da linguagem egocêntrica – a partir da qual o autor deduz o pensamento egocêntrico –, Piaget elabora duas teses interrelacionadas. A primeira tese trata da função da linguagem egocêntrica. Piaget considera que a linguagem egocêntrica não exerce nenhum efeito sobre o comportamento da criança. Sob essa perspectiva, a linguagem [egocêntrica] não é

¹⁰ Jean Piaget chegou a travar contato com Bleuler quando, em fins da década de 1910, pouco após terminar seu bacharelado em Biologia em 1918, viajou para Zurique a fim de realizar sua formação em Psicologia.

nada mais do que a expressão do pensamento [egocêntrico], um produto secundário da atividade infantil, uma forma de descarga que não possui nenhuma função objetiva.

A segunda tese piagetiana a respeito da linguagem egocêntrica trata do destino dessa modalidade de linguagem no curso do desenvolvimento. Segundo Piaget, como a linguagem egocêntrica não se presta a nenhuma função e é apenas uma expressão da imaturidade do pensamento infantil, seu destino é extinguir-se no processo de socialização.

Apresentaremos a seguir e de maneira mais aprofundada os contra-argumentos de Vygotsky a Piaget. Esse diálogo é importante porque se dá em torno da "origem" de uma modalidade de linguagem chamada de "linguagem interior" e que, de acordo com Vygotsky (2001) serve aos objetivos do pensamento.

A distinção fundamental entre os autores reside em que Piaget compreende que a linguagem interior é uma linguagem "individual" em que ficaria evidente determinada primazia do biológico sobre o social nos primeiros anos de vida. E, conforme o passar dos anos, o âmbito social suplantaria progressivamente esse âmbito biológico e assim se daria o desenvolvimento da linguagem social. Vygotsky (2001) se contrapõe a essa concepção de que a linguagem interior e a linguagem exterior têm origens distintas e sustenta que a linguagem interior surge justamente a partir da internalização da linguagem exterior/social.

4 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL À COMPREENSÃO DA RELAÇÃO ENTRE PENSAMENTO E LINGUAGEM

4.1 Crítica a Piaget: sobre a origem e o desenvolvimento da linguagem interior

Em contraposição às teses piagetianas acerca do desenvolvimento da linguagem e da origem e do destino da linguagem egocêntrica, Vygotsky apresenta uma concepção distinta acerca da natureza psicológica da linguagem egocêntrica da criança. Para tal, toma como fundamento os estudos que realizou com Alexander Luria, Alexei Leontiev e outros parceiros de pesquisa.

Nesses estudos experimentais, de modo geral semelhantes aos que Piaget realizou, estes pesquisadores buscaram compreender as causas da linguagem egocêntrica e logo perceberam que o coeficiente de linguagem egocêntrica da criança aumenta significativamente, quase dobra, quando a criança é confrontada com obstáculos à execução de determinadas tarefas.

Essa constatação serviu de base à hipótese de que a linguagem egocêntrica, ao contrário do que Piaget supunha, não apenas acompanha a atividade da criança, mas de fato tem uma função objetiva de servir de meio de pensamento, ou seja, tem a função de formar o plano de solução de uma tarefa real. Isso significa que as operações no plano da linguagem não refletem de forma secundária as operações no plano do pensamento, podendo não haver relação alguma entre a linguagem egocêntrica e o caráter egocêntrico do pensamento.

E significa ainda que, ao contrário do que Piaget afirmava, a linguagem egocêntrica não está dissociada da atividade prática, da necessidade de adaptação real; não é a expressão de um pensamento individual voltado para a autossatisfação, mas um elemento constituinte da atividade racional da criança, exercendo assim uma função "diametralmente oposta ao pensamento egocêntrico – a função de pensamento realista" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 60).

Além disso, se a linguagem egocêntrica decorre diretamente do egocentrismo do pensamento e é função de uma socialização insuficiente, é de se esperar que, em uma situação em que a "pressão social" esteja ausente, o coeficiente de linguagem

egocêntrica aflore. O coeficiente de linguagem egocêntrica, então, de acordo com o que postula Piaget, deveria aumentar consideravelmente diante de

qualquer debilitamento dos momentos sociais na situação, qualquer garantia do isolamento da criança e de sua libertação em face do grupo coletivo, qualquer contribuição para o seu isolamento psicológico e para a perda do contato psicológico com outras pessoas, qualquer liberação da necessidade de adaptar-se aos pensamentos dos outros e, conseqüentemente, de aproveitar-se da linguagem socializada (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 437).

Do ponto de vista da teoria de Piaget, quanto menos expresso é o contato psicológico da criança com as outras que a rodeiam, quanto mais fraca é a sua ligação com o grupo, quanto menos a situação exige da linguagem socializada e da adaptação das suas idéias aos pensamentos das outras, tanto mais livremente deve manifestar-se o egocentrismo no pensamento e, conseqüentemente, na linguagem da criança (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 440)

Contudo, não é isso o que acontece. Sempre que, nas investigações experimentais, as situações às quais a criança era submetida eram privadas de suas características sociais, observava-se um declínio acentuado do coeficiente de linguagem egocêntrica. Esses dados de pesquisa evidenciaram o seguinte: a princípio, a linguagem egocêntrica, que é uma linguagem para si, não se distingue com clareza da linguagem social, que é uma linguagem para os outros.

Com efeito, a linguagem egocêntrica, sobretudo em crianças menores, é dotada de três características importantes que a aproximam da linguagem social. A primeira dessas características é seu formato de "monólogo coletivo", ou seja, a linguagem egocêntrica tende a se manifestar apenas quando a criança está em grupo, compartilhando a execução de uma atividade com outras crianças, e não quando a criança está sozinha.

A segunda característica também foi observada por Piaget é a seguinte: esse monólogo coletivo é acompanhado da ilusão de compreensão, ou seja, "os circundantes entendem aquilo em que a criança crê e que supõe serem os seus enunciados egocêntricos dirigidos a alguém" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 438). E, por fim, a terceira característica fundamental da linguagem egocêntrica – e talvez a mais evidente – é seu caráter de linguagem exterior, sua manifestação externa.

A ilusão de compreensão, o monólogo coletivo e a exteriorização da linguagem egocêntrica são características compartilhadas com a linguagem social. No monólogo coletivo associado à ilusão de compreensão, a criança acredita que fala com as outras e que as outras a compreendem. E essa característica não só não é insignificante, como é funcionalmente intrínseca à linguagem egocêntrica.

Quando, numa situação experimental que se mantém inalterada em todos os demais quesitos, o monólogo coletivo e/ou a ilusão de compreensão são excluídos, o coeficiente de linguagem egocêntrica cai consideravelmente. Ou seja, quando a situação experimental é destituída de seus traços sociais, a linguagem egocêntrica – que deveria aflorar segundo o esquema piagetiano – declina e tende a desaparecer.

Essas três características, conforme pontua Vygotsky (2001 [1934]), não decorrem do acaso, e sim do fato de que a linguagem egocêntrica ainda não está, para a criança, separada da linguagem social. E essas peculiaridades da linguagem egocêntrica já deveriam servir como uma dica de que esta forma de linguagem não deriva da insuficiência de socialização da criança. Ao contrário, deriva do insuficiente isolamento da linguagem para si em relação à linguagem para os outros. E assim o autor conclui que

a linguagem egocêntrica da criança é uma forma específica de linguagem que já se distingue em termos funcionais e estruturais e, não obstante, por sua manifestação ainda não se destacou definitivamente da linguagem social em cujo seio esteve sempre se desenvolvendo e amadurecendo (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 443. Grifo meu).

No que concerne ao destino da linguagem egocêntrica, os resultados dos experimentos de Vygotsky e seus colaboradores levam à hipótese de que essa linguagem não desaparece, como sugere Piaget, e sim constitui um estágio transitório no desenvolvimento da linguagem, uma etapa entre a linguagem exterior/social e a linguagem interior.

De acordo com a teoria vygotskiana, portanto, a linguagem exterior antecede a linguagem interior. E a linguagem egocêntrica consiste em um estágio do processo de interiorização da linguagem exterior, isto é, de constituição da linguagem para si. Segundo essa hipótese,

a linguagem egocêntrica surge com base na linguagem social, com a criança **transferindo formas sociais de pensamento e formas de colaboração coletiva para o campo das funções psicológicas pessoais** [...] O processo de formação da linguagem interior se realiza através da divisão das funções da linguagem, do isolamento da linguagem egocêntrica, de sua abreviação gradual e, por último, de sua transformação em linguagem interior (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 63. Grifo meu).

Logo, a trajetória do desenvolvimento poderia ser assim esquematizada: a partir da linguagem social constitui-se a linguagem egocêntrica e, em seguida, a linguagem interior. Dessa forma, o desenvolvimento não se dá do individual para o social, como postula Piaget, mas em sentido inverso.

A concepção piagetiana do processo de desenvolvimento está associada, portanto, à falsa ideia de que o pensamento individual e o pensamento social têm origens distintas e de que o primeiro antecede o segundo. A polarização entre pensamento individual e pensamento social está aqui pautada na polarização entre o biológico e o social, que agiriam como duas forças hostis entre si.

Segundo Piaget, existe um comportamento primário biologicamente determinado revelado na "linguagem individual" e ainda predominante na "linguagem egocêntrica" que é paulatinamente reprimido e suplantado por uma forma de comportamento social, revelada na "linguagem social", que é imposta de fora para dentro e que anula aquelas formas primárias/biológicas. Segundo esse sistema teórico, "a linguagem para si, isto é, a linguagem interior, é levada para fora com a socialização" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 436).

Quando Piaget apresenta os argumentos que sustentam sua teoria, ele deduz o desaparecimento da linguagem egocêntrica do desaparecimento de sua manifestação externa – mais especificamente, de sua vocalização. Ou seja, sob a ótica da teoria piagetiana, a linguagem egocêntrica é uma forma de linguagem que se manifesta porque o comportamento da criança ainda é regido sobretudo por sua natureza biológica individual. E, quando a linguagem egocêntrica desaparece, retira-se daí a conclusão de que houve um processo de socialização bem sucedido. Caberia esperar, então, que

o processo de extinção da linguagem egocêntrica encontrasse sua expressão também na extinção das suas peculiaridades estruturais internas (que a tornam inteligível), isto é, que essa linguagem, também por sua estrutura interna, viesse a se aproximar mais da linguagem socializada e, especialmente, se tornasse mais compreensível (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 431).

Entretanto, ao longo das investigações experimentais realizadas por Vygotsky e seus colaboradores, percebeu-se justamente o oposto, isto é, que "as peculiaridades estruturais da linguagem egocêntrica, que traduzem os seus desvios em relação à linguagem social e determinam a sua inteligibilidade para os outros, não declinam mas crescem com o desenvolvimento" (idem). Ou seja, o declínio no coeficiente de linguagem egocêntrica observado por Piaget significa apenas um declínio de sua manifestação exterior, porque ocorre paralelamente a acentuação de suas características estruturais e funcionais e seu, digamos assim, "crescimento interior".

Nesse sentido, a redução do coeficiente de manifestação externa da linguagem egocêntrica não deve ser interpretada como consequência ou como evento relacionado ao declínio da linguagem egocêntrica em si, de sua estrutura e função, e sim como consequência

da diferenciação progressiva da linguagem egocêntrica em relação à linguagem comunicativa; como traço da crescente capacidade da criança para pensar e imaginar as palavras em vez de pronunciá-las, para operar com a imagem da palavra em vez da própria palavra (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 434).

A linguagem egocêntrica representa, portanto, uma transição das funções interpsicológicas para as intrapsicológicas, um momento entre a linguagem para os outros e a linguagem para si.

A capacidade de abstrair o aspecto sonoro externo da palavra acompanha o momento de diferenciação definitiva entre a linguagem exterior e a linguagem interior. E a linguagem interior, que se desenvolve a partir da acentuação das peculiaridades da linguagem egocêntrica, assim como a linguagem egocêntrica, "serve aos objetivos da orientação intelectual, da tomada de consciência, da superação das dificuldades e dos obstáculos, da reflexão e do pensamento, em suma, é uma linguagem para si, que da forma mais íntima serve o pensamento" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 430).

4.2 Análise genética da relação pensamento-linguagem: do desenvolvimento biológico ao histórico-social

Na segunda parte de *A construção do pensamento e da linguagem*, Vygotsky (2001 [1934]) apresenta uma análise teórica sobre o desenvolvimento do pensamento e da linguagem nos planos filogenético e ontogenético com base nos dados então disponíveis. O autor declara ter recorrido a essa modalidade de análise a fim de apontar algumas concepções equivocadas acerca das raízes genéticas do pensamento e da linguagem e mostrar como tais concepções frequentemente resultam em erros teóricos nesse campo de estudo.

Nas análises ontogenética e filogenética do pensamento e da linguagem, Vygotsky constata que a relação entre esses dois processos não é constante, e sim variável, modificando-se ao longo do processo de desenvolvimento tanto em termos

quantitativos quanto qualitativos. Isso significa que esses processos se desenvolvem de forma não paralela e suas curvas "convergem e divergem constantemente, cruzam-se, nivelam-se em determinados períodos e seguem paralelamente, chegam a confluir em algumas de suas partes para depois tornar a bifurcar-se" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 111).

Isso ocorre, antes de tudo, porque o pensamento e a linguagem possuem raízes genéticas distintas. A essa conclusão chegaram diversas pesquisas no campo da psicologia animal, particularmente as investigações de Wolfgang Köhler e Robert Yerkes, ambos psicólogos interessados no comportamento animal que realizaram pesquisas sobre a "inteligência" de antropóides nas décadas de 1910 e 1920.

Esses pesquisadores constataram que chimpanzés são dotados de rudimentos de intelecto que lhes permitem fabricar e empregar instrumentos, além de resolver tarefas por diferentes vias. Essa capacidade evidencia "uma fase primária absolutamente indiscutível no desenvolvimento do pensamento, mas uma fase de pré-linguagem" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 112) Ou seja, existem traços de pensamento nesses animais que independem completamente do desenvolvimento da linguagem.

Embora nos chimpanzés seja possível identificar uma espécie de linguagem antropomórfica bem desenvolvida em alguns aspectos, sobretudo no aspecto fonético, essa linguagem não demonstra ter relação alguma com seu pensamento, com seus rudimentos de intelecto, de modo que esses processos funcionam de maneira independente.

Köhler inclusive atribui as diferenças existentes entre as capacidades intelectuais do ser humano mais primitivo e o mais desenvolvido dos chimpanzés a essa ausência de linguagem. Embora Köhler – e tampouco outros psicólogos – não elabore uma teoria do intelecto/do pensamento e de suas relações com a linguagem bem estruturada e convincente, por ora o importante é

estabelecer apenas uma coisa: **não há fundamentos para se negar no reino animal a existência de raízes genéticas do pensamento e da linguagem, e essas raízes, como mostram todos os dados disponíveis, são diferentes para o pensamento e a linguagem.** Não há fundamentos para se negar, no reino animal, a existência de vias genéticas para o intelecto e a linguagem do homem, e essas vias mais uma vez se revelam diferentes (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 143, grifo meu)

A grande capacidade para o estudo da linguagem no papagaio, por exemplo, não tem nenhuma relação direta com o desenvolvimento mais elevado dos embriões de pensamento nessa ave e, inversamente, o elevado desenvolvimento desses embriões no reino animal não tem nenhum vínculo visível com os êxitos da linguagem. **Ambos se desenvolvem por suas vias**

específicas, ambos têm diferentes linhas de desenvolvimento (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 144, grifo meu).

O que fica de mais importante como conclusão factual desses experimentos, portanto, é a descoberta da independência das funções intelectuais ditas rudimentares em relação à fala. Antes do surgimento propriamente dito da fala, há uma forma de pensamento associada à utilização de instrumentos, isto é, ocorre a compreensão de determinadas relações mecânicas com "a criação de meios mecânicos para fins mecânicos: ou, em resumo, antes do aparecimento da fala a ação se torna subjetivamente significativa – em outras palavras, conscientemente intencional" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 129).

Após realizadas essas experiências com chimpanzés, que atestaram a existência de um pensamento pré-verbal entre esses animais, foram realizadas experiências com crianças que ainda não haviam aprendido a falar e constatou-se igualmente a existência de uma fase pré-verbal no desenvolvimento do pensamento entre seres humanos.

Além disso, já havia sido documentada previamente a existência de um momento pré-intelectual da fala, o que fica evidente no balbucio da criança e em suas primeiras palavras. A partir desses estudos, Vygotsky (2001 [1934]) chega à conclusão não só de que pensamento e linguagem possuem diferentes raízes genéticas, mas que pensamento e linguagem têm vias de desenvolvimento distintas e independentes, sendo a relação entre pensamento e linguagem de grandeza variável.

No entanto, apesar de estabelecido o fato de que as raízes genéticas e as vias de desenvolvimento do pensamento e da linguagem são até certo ponto diferentes, essas duas vias de desenvolvimento se cruzam. E é essa a descoberta mais importante sobre o desenvolvimento do pensamento e da fala: a descoberta de que, em dado momento, por volta dos dois anos de idade, "as curvas da evolução do pensamento e da fala, até então separadas, cruzam-se e coincidem para iniciar uma nova forma de comportamento" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 130). A partir daí, o pensamento se torna verbal e a fala se torna intelectual. E é nesse ponto de cruzamento que se situa o problema do pensamento e da linguagem e de suas relações.

Até esse ponto de cruzamento, a criança, assim como alguns animais, é capaz de assimilar algumas palavras e aplicá-las conforme exige a situação. No entanto, até

então, tais palavras funcionam como "estímulos condicionados ou substitutos de alguns objetos, pessoas, ações, estados e desejos. Nessa idade, a criança conhece apenas as palavras que aprende com outras pessoas" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 131).

A partir do cruzamento das linhas de desenvolvimento do pensamento e da linguagem, a criança passa a manifestar a necessidade da palavra e pergunta, diante de novos objetos, "como isso se chama?" ou "qual é o nome disso?". Ou seja, busca ativamente saber o signo referente a cada objeto. Segundo Vygotsky, essa descoberta de que "cada coisa tem seu nome", considerada por Stern a maior descoberta da criança, só pode ocorrer quando já foi atingido determinado nível de desenvolvimento do pensamento e da linguagem. Então, a partir desse ponto de cruzamento, a fala se torna intelectual e o pensamento se torna verbalizado.

Para resolver o problema do cruzamento entre esses dois processos, para responder à questão sobre como essa conexão se estabelece, se desenvolve e se transforma, Vygotsky considera primordial "**reconhecer a importância decisiva e exclusiva dos processos de linguagem interior para o desenvolvimento do pensamento**" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 133, grifo meu). De acordo com o autor, a importância da linguagem interior é tão grande no desenvolvimento do pensamento que muitos psicólogos equiparam esses dois planos, identificando a linguagem interior com o pensamento, como se o pensamento fosse uma forma silenciosa de linguagem.

E como surge a linguagem interior? Como se dá seu nascimento? A linguagem interior, conforme já explicado anteriormente, é uma forma de linguagem que surge a partir da interiorização e da individualização da linguagem exterior, ou social. E o elo entre a linguagem exterior e a linguagem interior é, segundo Vygotsky, a linguagem egocêntrica descrita por Piaget. A linguagem egocêntrica é, em termos funcionais, uma linguagem interior, uma linguagem para si, embora ainda se manifeste externamente. Daí o autor dizer que "a linguagem se torna psicologicamente interior antes de tornar-se fisiologicamente interior" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 136).

O desenvolvimento da linguagem, afirma Vygotsky, está subordinado às mesmas leis ao qual está subordinado o desenvolvimento de qualquer operação psicológica baseada no emprego de signos. Em termos práticos, isso significa que a palavra é primeiro assimilada pela criança em sua estrutura externa para só depois ser assimilada sua estrutura interna, ou seja, a palavra é primeiro assimilada como

uma propriedade do objeto ao qual ela se refere, e não como um símbolo deste objeto¹¹.

Só com o desenvolvimento passa a ser possível o emprego funcional do signo. Antes disso, porém, a pessoa passa necessariamente pelo estágio da assimilação da estrutura puramente externa do signo, chamado de estágio da "psicologia ingênua". O estágio da psicologia ingênua é o segundo estágio, de um total de quatro, do desenvolvimento da linguagem.

O primeiro estágio é o chamado estágio natural ou primitivo, e tem como manifestações correspondentes a linguagem pré-intelectual e o pensamento pré-verbal. O segundo estágio – ou estágio da psicologia ingênua – é caracterizado pela apreensão de estruturas e formas gramaticais sem a apreensão das operações lógicas às quais essas formas gramaticais equivalem. O terceiro estágio é o estágio manifesto na linguagem egocêntrica e é caracterizado pela presença de "signos exteriores", isto é, de operações externas que auxiliam na resolução de problemas que se colocam no plano interno. É nesse mesmo estágio que a criança conta nos dedos, por exemplo.

Por fim, o último estágio do desenvolvimento da linguagem, que equivale ao último estágio de quaisquer operações psicológicas baseadas no emprego de signos, é o estágio de "crescimento para dentro", de interiorização das operações externas. É nesse estágio que se estabelece a capacidade de operar com relações interiores em forma de signos interiores, e é assim que a pessoa começa, por exemplo, a contar mentalmente. No campo da linguagem, é nesse estágio que surge a linguagem interior.

A linguagem interior se desenvolve gradualmente por meio do acúmulo de transformações estruturais e funcionais, distinguindo-se da linguagem exterior "ao mesmo tempo que ocorre a diferenciação das funções social e egocêntrica da linguagem" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 143). Com a assimilação das estruturas da linguagem pela pessoa, estas passam a ser também as estruturas básicas de seu

¹¹ Vygotsky (2001 [1934]) dedica um extenso capítulo da obra *A construção do pensamento e da linguagem* para tratar do processo de desenvolvimento de conceitos servindo-se, para tal, da sua abordagem genética. Não cabe aqui detalhar esse processo de desenvolvimento da habilidade de formar conceitos, isto é, de generalizar. Por isso, apenas apresentaremos brevemente os estágios desse processo que o autor estabelece. O importante aqui é ter a noção de que a própria capacidade de generalizar, de operar com os significados das palavras, é um desenvolvimento, o que significa que o emprego funcional do signo é uma habilidade que demanda determinado tempo e determinadas condições propícias para amadurecer, dentre elas as experiências socioculturais.

pensamento. Mas linguagem interior, ao contrário do que pode parecer, não é sinônimo de pensamento.

A relação entre pensamento e linguagem pode ser concebida como a interseção entre dois círculos. Com essa imagem esquemática, é possível entender que esses dois fenômenos – o pensamento e a linguagem – coincidem parcialmente, formando o pensamento verbalizado. Mas o "pensamento verbalizado" não é a única forma de pensamento. O próprio pensamento instrumental e prático presente nos chimpanzés é uma forma de pensamento não-verbalizado. Tampouco o "pensamento verbalizado" é a única forma de linguagem, ou seja, nem todas as formas de atividade verbal, de emprego da palavra, são derivadas do pensamento. Um exemplo disso é quando repetimos um texto aprendido de cor.

De acordo com Vygotsky (2001 [1934]), assim como ocorre nas crianças e nos animais, também nos adultos o pensamento e a linguagem não estão necessariamente relacionados. É um fato fundamental da teoria vygotskiana, portanto, que em qualquer ser humano

a fusão de pensamento e linguagem é uma manifestação parcial que só vigora e se aplica no campo do pensamento verbalizado, ao passo que outros campos do pensamento não-verbalizado e da linguagem não-intelectual sofrem influência apenas distante e indireta dessa fusão e não mantêm com ela nenhuma relação causal (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 140).

Além desse fato fundamental, há outro, que já abordamos e que consiste em que

o desenvolvimento do pensamento e da linguagem depende dos instrumentos de pensamento e da experiência sociocultural da criança. Basicamente, **o desenvolvimento da linguagem interior depende de fatores externos: o desenvolvimento da lógica na criança é uma função direta de sua linguagem socializada. O desenvolvimento do pensamento da criança depende de seu domínio dos meios sociais do pensamento, isto é, da linguagem** (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 149, grifo meu).

A esse respeito, Bakhtin (2006) faz uma crítica às tendências que designa por "idealismo" e "psicologismo". Segundo este autor, estas correntes situam a produção da linguagem em uma consciência abstrata e individual, ignorando que "a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos" (BAKHTIN, 2006, p. 32). Sendo assim, não se pode conceber o psiquismo, a realidade do "mundo interior", sem signos, sem material semiótico.

Bakhtin sustenta, assim como Vygotsky, que a consciência só se torna de fato consciência no processo de interação social, afinal a assimilação dos signos,

particularmente da linguagem, só ocorre a partir das experiências socioculturais. E, ainda que os signos só possam surgir no âmbito interindividual,

não basta colocar face a face dois *Homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que os indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social (BAKHTIN, 2006, p. 33).

Se a consciência só adquire existência nos signos, se é constituída de conteúdo semiótico, ela não pode derivar diretamente da natureza. Logo, a explicação da consciência depende da compreensão de seus fundamentos semióticos – logo, da compreensão de seu caráter social – e sua única definição possível, segundo Bakhtin, é de ordem sociológica. Daí o autor afirmar que os métodos de investigação dos processos psicológicos não podem ser tomados das ciências naturais, afinal

os processos que, no essencial, determinam o conteúdo do psiquismo, desenvolvem-se não no organismo, mas fora dele, ainda que o organismo individual participe deles. O psiquismo subjetivo do homem não constitui um objeto de análise para as ciências naturais, como se se tratasse de uma coisa ou de um processo natural (BAKHTIN, 2006, p. 47).

De maneira semelhante, Vygotsky afirma que o pensamento verbal, essa forma de pensamento que só existe em função de sua composição semiótica, não é natural e inato, e sim um fenômeno de caráter histórico-social. Isso significa, portanto, que suas propriedades e seus modos de funcionamento não podem ser deduzidos a partir da análise das ditas "formas naturais do pensamento e da linguagem" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 149).

De acordo com o autor, o pensamento verbalizado não pode ser compreendido como a continuação do desenvolvimento biológico, e sim como o resultado de uma mudança no tipo de desenvolvimento – do biológico para o histórico-social. Daí que, assim como Bakhtin, Vygotsky afirma que a resolução do problema do pensamento e da linguagem está para além dos limites metodológicos das ciências naturais, e só é possível sob a condição de estendermos a este problema "todas as teses metodológicas que o materialismo histórico estabelece para todos os fenômenos históricos na sociedade humana" (idem).

4.3 Sobre a mutabilidade dos significados/conceitos e o caráter cambiante da relação pensamento-linguagem: a crítica vygotkiana ao anti-historicismo

Vimos então que as relações entre pensamento e palavra

não são uma grandeza primordial e dada antecipadamente, premissa, fundamento ou ponto de partida de todo um ulterior desenvolvimento, mas **surgem e se constituem unicamente no processo do desenvolvimento histórico da consciência humana**, sendo, elas próprias, um produto e não uma premissa da formação do homem (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 395, grifo meu).

Entretanto, embora o pensamento e a palavra não estejam interligados por um vínculo primário, estabelece-se um vínculo que se altera conforme ocorre o desenvolvimento do pensamento e da palavra. E este vínculo que se estabelece não é de natureza externa, isto é, pensamento e linguagem não se relacionam como dois fenômenos independentes que transcorrem paralelamente ou interagem mecanicamente.

Inclusive, Vygotsky salienta, como já expusemos, que a principal falha metodológica das pesquisas acerca da relação pensamento-linguagem consiste em considerar pensamento e linguagem como dois elementos autônomos, como se a análise isolada de cada um desses elementos pudesse ser capaz de explicar as propriedades do todo, ou seja, as propriedades da relação que se estabelece entre pensamento e linguagem.

Reconhecendo esse problema metodológico, Vygotsky propõe substituição do método da decomposição da totalidade complexa em elementos pelo método que decompõe esta totalidade complexa em unidades, porque as unidades são produtos de análise dotados das propriedades do todo. No caso da relação pensamento-linguagem, a unidade-objeto de análise é o significado da palavra.

O significado da palavra, como tentamos elucidar anteriormente, é uma unidade indecomponível de ambos os processos e não podemos dizer que ele seja um fenômeno da linguagem ou um fenômeno do pensamento. A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. É a própria palavra vista no seu aspecto interior. Deste modo, parece que temos todo o fundamento para considerá-la como um fenômeno de discurso. Mas, do ponto de vista psicológico o significado da palavra não é senão uma generalização ou conceito. Generalização e significado da palavra são sinônimos. Toda generalização, toda formação de conceitos é o ato mais específico, mais autêntico e mais indiscutível de pensamento. Conseqüentemente, estamos autorizados a considerar o significado da palavra como um fenômeno de pensamento (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 398, grifo meu).

Também conseqüentemente, o estudo acerca da relação pensamento-linguagem deve abranger o estudo do conceito/significado. E, com efeito, Vygotsky procede à análise dos conceitos e de sua formação ao longo do desenvolvimento das funções psicológicas nos seres humanos. Tendo feito essa análise, constata que os significados das palavras se desenvolvem, isto é, passam por transformações ao longo de sua constituição, têm uma história.

Vygotsky considera essa descoberta da mudança dos significados das palavras o principal achado de sua pesquisa. Este achado "permite, pela primeira vez, **superar definitivamente o postulado da constância e da imutabilidade do significado da palavra, que servira de base a todas as teorias anteriores do pensamento e da linguagem**" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 399, grifo meu).

De acordo com essas teorias pré-existentes às quais Vygotsky se contrapõe, significado e palavra têm entre si uma ligação puramente associativa, e o significado, o aspecto semântico da linguagem, se restringe às mudanças da referencialidade das palavras, de seu conteúdo concreto. De fato, o conteúdo concreto da palavra se transforma ao longo de seu desenvolvimento.

Mas, além disso, transforma-se também a maneira como a realidade é representada e generalizada na palavra, o que Vygotsky demonstra cuidadosamente na seção de sua obra dedicada à explicação do processo de formação de conceitos. E, graças a esse processo de mudança da estrutura semântica e da natureza psicológica dos significados das palavras, "o pensamento linguístico passa das formas inferiores e primitivas de generalização a formas superiores e mais complexas, que encontram expressão nos conceitos abstratos" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 400).

Sob a ótica do associacionismo, portanto, como o próprio nome já deixa transparecer, a relação entre palavra e significado é uma relação associativa mecânica. Dessa maneira, a compreensão da palavra, da linguagem, se daria pela evocação de uma cadeia de associações a partir das imagens semióticas das palavras. E, em sentido inverso, porém percorrendo as mesmas cadeias associativas, o pensamento seria expresso por palavras que designassem objetos representados mentalmente.

A associação sempre assegura esse vínculo bilateral entre duas representações: uma vez o casaco pode lembrar o homem que o usa, outra vez a aparência do homem pode fazer lembrar o seu casaco. Na interpretação da linguagem e na expressão do pensamento na palavra não há, conseqüentemente, nada de novo e nada de específico em comparação a

qualquer ato de memorização e vinculação associativa (#, 2001 [1934], p. 401, grifo meu).

Dessa premissa, a perspectiva associacionista deduz que o funcionamento do pensamento verbal se dá como movimento linear, uniforme e contínuo. E assim não consegue explicar o desenvolvimento do aspecto semântico da linguagem. Tais lacunas e inconsistências teóricas já foram apontadas e criticadas, porém, segundo Vygotsky, a percepção da insuficiência das teorias associacionistas não impactou "de nenhuma maneira no destino da concepção associativa da natureza da palavra e do significado" (idem). Ou seja, apesar de se reconhecer que os princípios do associacionismo representam um obstáculo à compreensão e à explicação da relação entre pensamento e linguagem, esses mesmos princípios permanecem fundamentando teorias a respeito do tema em questão.

Uma das correntes críticas desse ponto de vista associativo foi a Escola de Würzburg¹². A Escola de Würzburg buscou demonstrar que as leis que regem o fluxo do pensamento e a concatenação das ideias não podem ser reduzidas a leis associativas. No entanto, a superação do associacionismo empreendida pela Escola de Würzburg só se deu no âmbito do pensamento. Dissociando o pensamento de tudo o que é material, inclusive da própria linguagem, e concebendo-o com um ato exclusivamente espiritual e metafísico, essa Escola caiu na armadilha do idealismo subjetivo na teoria do pensamento e acabou reforçando ainda mais as concepções associacionistas na sua teoria da linguagem, que continuou entendendo o vínculo entre a palavra e seu significado como um vínculo associativo.

Igualmente, a psicologia estrutural tentou superar os postulados associacionistas subordinando-os a leis distintas, às leis da formação estrutural. No entanto, um problema de princípio da perspectiva estrutural foi a manutenção do

¹² A Escola de Würzburg foi fundada na década de 1890 a partir dos trabalhos do psicólogo e filósofo alemão Oswald Külpe, que viveu entre 1862 e 1915. Essa escola psicológica se contrapôs ao estruturalismo de Wilhelm Wundt, em cujo laboratório - fundado em 1879 no Instituto Experimental de Psicologia da Universidade de Leipzig - Külpe trabalhou por quase uma década antes de se mudar para Würzburg. Distanciando-se dos postulados de Wundt segundo os quais as funções psíquicas complexas/superiores só poderiam ser estudadas mediante a observação, enquanto os métodos experimentais em Psicologia só seriam aplicáveis ao estudo das funções psíquicas mais básicas/simples, Külpe propunha uma nova abordagem investigativa dos processos mentais que defendia a possibilidade de utilização do método experimental para fins de compreensão e explicação dos processos psíquicos superiores, como os processos de pensamento. Os principais representantes da Escola de Würzburg são, além do próprio Külpe, os pesquisadores Narziss Ach, August Messer e Karl Bühler. Mencionaremos mais adiante as contribuições de Ach ao estudo dos do processo de formação de conceitos.

completo divórcio entre pensamento e linguagem. Assumindo que pensamento e linguagem são fenômenos análogos, ainda que desprovidos de relação interna, a psicologia estrutural reduz ambos a um denominador estrutural comum.

Assim, o vínculo entre palavra e significado passa a ser compreendido não como associativo, mas como estrutural, o que, em termos práticos, não implica grandes diferenças. E a palavra continua não sendo percebida em suas especificidades, isto é, ainda não se busca entender exatamente o que é que torna a palavra uma palavra, quais são suas propriedades distintivas.

A psicologia estrutural reduziu, assim, "a um denominador estrutural comum as percepções de uma galinha, as operações intelectuais do chimpanzé, a primeira palavra consciente da criança e o desenvolvido pensamento produtivo do homem" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 406), concluindo que a relação da palavra com o significado não difere em nenhum aspecto de nenhuma outra relação entre objetos. Dessa maneira, a abordagem estrutural do problema da relação entre palavra e significado excluiu qualquer possibilidade de resolução e explicação efetiva dessa questão.

Constata-se, portanto, que as principais teorias acerca da relação entre pensamento e linguagem não só se pautam em abordagens metodológicas "atomísticas" – e, portanto, problemáticas –, como apoiam-se sobre os mesmos fundamentos teórico-filosóficos. Além da cisão entre pensamento e linguagem e entre palavra e significado, essas teorias desprezam o caráter histórico da relação entre pensamento e linguagem. Tanto a perspectiva associacionista quanto a estruturalista e tanto a behaviorista quanto a idealista compartilham como comum característica fundamental "um anti-historicismo sumamente profundo e de princípio. Todas elas oscilam entre os pólos do naturalismo puro e do espiritualismo puro. Todas elas abordam igualmente o pensamento e a linguagem fora da sua história" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 484).

Ou seja, além de ignorar a existência de uma relação interna entre pensamento e linguagem, ignoram ainda que esta relação tem caráter histórico e que deve ser compreendida como um desenvolvimento. Ademais,

nenhuma dessas correntes consegue captar na natureza psicológica da palavra aquele elemento fundamental e central que faz da palavra palavra e sem o qual a palavra deixa de ser o que é: a generalização nela contida como modo absolutamente original de representação da realidade na consciência (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 407).

O que o autor quer dizer neste trecho – lembrando que, segundo Vygotsky, generalização e significado são sinônimos – é que o significado da palavra é um modo bastante específico de representação da realidade na consciência. Daí decorre que apenas uma abordagem que leve em consideração a natureza mutável do significado é capaz de tirar da estagnação as teorias do pensamento e da linguagem.

Isso significa, em outros termos, que uma teoria acerca da relação entre pensamento e linguagem capaz de dar conta da complexidade do problema em questão deve reconhecer o dinamismo dos processos de generalização, de representação da realidade na consciência. Nesse sentido, dado que o significado é a unidade do pensamento e da linguagem, quando ocorrem mudanças na natureza interior do significado da palavra, ocorrem também mudanças na própria relação entre pensamento e linguagem.

Dito de outro modo, o significado de uma palavra é o seu conceito e, por sua vez, corresponde a uma maneira específica de representar a realidade na consciência. Essa maneira específica não é imutável e a-histórica. Ao contrário, as formas de representação da realidade na consciência se transformam ao longo do desenvolvimento do ser humano. E a essas transformações dos modos de representação, dos conceitos, correspondem transformações na própria relação entre pensamento e palavra. Como esboçaremos melhor logo em seguida, "em cada fase do desenvolvimento, existe não só a sua estrutura peculiar de significado verbal mas também a sua relação específica entre pensamento e linguagem, determinada por essa estrutura" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 408).

Vamos apresentar, agora, algumas considerações acerca do processo de formação de conceitos a partir dos resultados das pesquisas realizadas por Vygotsky. Assim conseguiremos mostrar o que o autor quer dizer quando afirma que um conceito é uma forma de representação da realidade na consciência que muda ao longo do desenvolvimento.

O processo de formação de conceitos é um processo de transformações na maneira como a realidade é significada, generalizada, e essa significação não diz respeito apenas ao conteúdo concreto, ao objeto ao qual determinado conceito se refere, mas também à relação de cada conceito com outros conceitos. Diz respeito, então, a uma estrutura de generalização, como ficará mais claro adiante.

A conclusão fundamental dessas pesquisas, conforme já mencionamos, é que a forma de significar a realidade se modifica. Logo, mais importante do que a

apreensão exata e detalhada de cada etapa desse processo e de cada estrutura de generalização específica é a compreensão das implicações dessas descobertas, isto é, dos impactos desses resultados de pesquisa na teorização acerca da relação entre pensamento e linguagem.

O significado da palavra, isto é, seu conceito, é aquele plano em que palavra e pensamento se encontram. E a descoberta de sua mutabilidade significa a descoberta da própria mutabilidade das relações entre pensamento e palavra. É importante ainda perceber que essas mudanças na relação pensamento-linguagem ocorrem em função de experiências reais, sociohistóricas, e por isso devem ser estudadas com base em um método/abordagem que leve em consideração esse seu caráter sociohistórico, o que nem sempre se faz.

Sendo assim, além dos desafios ao estudo da história da formação dos conceitos/significados – isto é, à história das transformações na relação entre pensamento e palavra – impostos pela adoção de algum dos pressupostos epistemológicos criticados por Vygotsky, seja o associacionismo ou o estruturalismo ou qualquer outro, existem ainda problemas relativos aos procedimentos metodológicos bem comuns na abordagem deste problema. Com efeito, segundo Vygotsky (2001 [1934]), o maior problema nesse campo de estudos é exatamente a ausência de procedimentos de pesquisa adequados à elucidação de como acontece a formação dos conceitos e de qual é sua natureza psicológica.

Existem duas formas conhecidas de abordar o problema da formação de conceitos. Uma delas é o "método de definição". O método de definição concebe o conceito exclusivamente no plano verbal, considerando apenas a palavra dissociada da realidade material e voltando-se assim ao produto final do processo. Sua insuficiência reside, então, em não abordar justamente o processo, o desenvolvimento, o fluxo da formação do conceito, ignorando "que o conceito está vinculado ao material sensorial de cuja percepção e elaboração ele surge" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 152).

Além disso, embora demonstre uma certa valorização da palavra, o método de definição toma a palavra fora de seu momento funcional. Dessa maneira, ao arrancar a palavra de seus vínculos reais, isto é, ao tomar a palavra sob uma forma engessada, o método de definição não permite compreender como esta mesma palavra é empregada no processo vivo de solução de um problema.

Uma segunda forma de abordar este problema é o chamado "método de abstração". Esta abordagem, tentando sanar as insuficiências do método de definição, constitui um esforço de levar em consideração as experiências diretas que fundamentam as funções e os processos psicológicos, dentre eles o processo de formação de conceitos. Contudo, ao voltar o olhar para as experiências diretas de cuja abstração deriva o conceito, o método de abstração ignora o papel da palavra nesse processo, ou seja, ignora que o processo de formação de conceitos ocorre por meio de símbolos.

Sendo assim, ambos os métodos mencionados incorrem em um mesmo problema: desvincular a palavra da matéria objetiva, operando "ou com palavras sem matéria objetiva [- o que é o caso do método de definição], ou com matéria objetiva sem palavras [- caso do método de abstração]" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 153). Com o objetivo de superar esse problema metodológico de base, Ach criou um método que "merece plenamente o nome de método sintético-genético, uma vez que estuda o processo de construção do conceito, de síntese de uma série de traços que formam o conceito, e o processo de desenvolvimento do conceito" (idem) levando em consideração tanto o papel específico desempenhado pela palavra quanto o material objetivo a partir do qual o conceito é abstraído.

Em conferência proferida em 1928 por Leonid Sakharov¹³ e publicada em 1930 sob o título *Methods for investigating concepts*, o autor afirma que os estudos de Ach, que foram realizados com crianças e adultos, representaram um avanço decisivo na investigação da formação dos conceitos. Esse avanço foi possibilitado por quatro postulados teórico-metodológicos que Ach tomava como princípios, a saber:

1. **One cannot be limited to the study of ready made concepts; the process of formation of new concepts is important.**
2. **The method of experimental investigation should be genetic-synthetic; during the course of the experiment, the subject must gradually arrive at the construction of a new concept** – hence the need to create experimental concepts with an artificial grouping of attributes that belong to them.
3. **It is necessary to study the process by which words acquire significance, the process of transformation of a word into a symbol** and a representation of an object or of a group of similar objects – hence the necessity of using artificial experimental words that are initially nonsense to the subject, but acquire meaning for him during the course of the experiment.
4. **Concepts cannot be regarded as closed, self-sufficient structures, and they cannot be abstracted from the function they serve in the sequence of mental processes.** The processes of the objective conditions, i.e. a set of objects possessing common properties, is not sufficient for concept formation.

¹³Sakharov foi um dos integrantes do "círculo de Vygotsky" e trabalhou no Instituto de Psicologia de Moscou até 1928, ano de sua morte.

[...] Concept formation also has subjective preconditions and requires the presence of a definite (psychological) need, which it is the function of the concept to satisfy. In thought and action, the development of a concept plays the role of an instrument for achieving certain ends. This functional aspect must be taken into account in an investigatory procedure; a concept must be studied in its functional context. [...] [!]n an experiment, the subject must be confronted with tasks that can be accomplished only if the subject develops certain concepts. The development of those concepts will require the use of a series of nonsense verbal signs to solve the problem, and as a result those signs will acquire a specific sense for the subject (SAKHAROV, 1994, p. 82-83, grifo meu)

Ach considera, então, que, ao negligenciar aquele momento funcional de emprego da palavra na situação real e viva, o método de definição subentende que o conceito é uma formação imutável. Contrapondo-se a esse pressuposto, Ach defende que o lugar do conceito é o "processo mais ou menos vivo e mais ou menos complexo de pensamento" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 154). Partindo deste princípio, Ach realizou suas pesquisas experimentais, que o levaram a rechaçar a ideia de que o processo em si de formação de conceitos se realiza por via associativa.

Seus estudos revelaram que "a formação de conceitos é um processo de caráter produtivo e não reprodutivo, que um conceito surge e se configura no curso de uma operação complexa voltada para a solução de algum problema" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 156), de modo que não basta que existam condições externas para que um conceito se forme. De acordo com Ach, para que o conceito surja, é preciso haver uma condição interna específica, que funciona como um fio condutor do processo de formação do conceito, e a esse fio condutor Ach chama de "tendência determinante".

A tendência determinante consiste em um objetivo. Ou seja, o processo de formação de um conceito só se desenrola e se concretiza de fato se houver um fim que o orienta, e assim o processo de formação de conceitos é constituído por um conjunto de operações por intermédio das quais se tenta resolver um problema.

Ach demonstrou que os atos de pensamento intencionais e conscientemente regulados, voltados para a solução de algum problema, são regulados não tanto pelos atos de reprodução das imagens por via associativa (...), mas por uma tendência especial determinante, que parte da representação do todo. Ele tornou a mostrar que o momento central, sem o qual nenhum conceito jamais surge, é a ação reguladora da tendência determinante cujo ponto de partida consiste em propor a tarefa ao sujeito da experiência (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 157).

Vygotsky reconhece que a teoria de Ach representa um grande avanço em relação àquelas outras teorias previamente elaboradas por se atentar tanto ao

processo propriamente dito de formação de conceitos quanto a seu momento funcional, superando assim a lógica mecanicista que impregnava e estruturava as teorias anteriores. No entanto, restam progressos a serem feitos, afinal Ach não chegou a desvelar "a efetiva natureza genética, funcional e estrutural desse processo" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 163). Ou seja, Ach não conseguiu prover uma explicação dinâmico-causal.

A teoria de Ach, ao apontar o papel do objetivo, mostra que esta é a força que aciona o processo de formação de conceitos. Contudo, o objetivo, ainda que necessário, não é por si só suficiente para alavancar e dar continuidade a todo o processo de realização do próprio objetivo. Dito de maneira sucinta: para realizar um objetivo, não basta ter um objetivo. Sendo assim, Ach ainda não dá conta de explicar quais são as forças que regulam o próprio fluxo desse processo e que criam as diferenças entre as formas de pensamento caracteristicamente infantis e caracteristicamente adultas, por exemplo.

De fato, a existência de um problema e do objetivo de resolvê-lo são condições indispensáveis para que seja desencadeado o processo que leva à sua solução. Contudo, essas condições devem estar igualmente presentes tanto em crianças quanto em adolescentes e adultos, e isoladamente não são capazes de explicar por que entre crianças e adultos os processos de solução de um problema que envolve a formação de conceitos decorrem de maneiras tão distintas.

Vygotsky constata, assim, que os fatores condicionantes da "substancial diferença genética" entre o pensamento por conceitos do adulto e as formas de pensamento típicas da criança de tenra idade não são o objetivo ou a tendência determinante. E menciona os trabalhos de Dimitri Uznadze, eminente psicólogo georgiano que, tratando do problema da formação de conceitos,

chamou a atenção para um dos momentos funcionais, colocados em primeiro plano pelos estudos de Ach: o momento da comunicação, da compreensão entre as pessoas com o auxílio da linguagem. **A palavra é um meio de compreensão mútua entre as pessoas.** Diz Uznadze: Na formação dos conceitos é precisamente essa circunstância que desempenha o papel decisivo; diante da necessidade de estabelecer uma compreensão mútua, um determinado complexo de sons adquire certa significação e, assim, torna-se palavra ou conceito. **Sem esse momento funcional de compreensão mútua nenhum complexo de sons poderia tomar-se veículo de significado algum e nenhum conceito poderia surgir** (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 158-159, grifo meu).

E assim começa-se a esclarecer aquela que Vygotsky considera a questão central relacionada ao processo de formação de conceitos, que é a questão dos meios

pelos quais esse processo se realiza. Do mesmo modo como ocorre com quaisquer outras funções psíquicas superiores, o processo de formação de conceitos é mediado e estruturado por signos. No caso específico da formação de conceitos, é a palavra que assume a função de signo. Segundo Vygotsky, a palavra primeiro atua como meio na formação de um conceito e posteriormente torna-se o símbolo daquele conceito.

Uma vez constatada a importância fundamental da palavra para o desenvolvimento dos conceitos, Vygotsky declara que, a fim de compreender em sua integralidade o processo de formação de conceitos, é preciso estudar o "emprego funcional da palavra e do seu desenvolvimento, das suas múltiplas formas de aplicação qualitativamente diversas em cada fase etária mas geneticamente interrelacionadas" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 162). Então, para identificar o complexo papel da palavra, Vygotsky e seus colegas pesquisadores se basearam no chamado método funcional de dupla estimulação¹⁴, proposto por Sakharov.

O método de dupla estimulação é organizado de forma oposta ao método sintético-genético de Ach, no sentido de que o problema a ser resolvido, isto é, o objetivo a ser alcançado, está dado desde o princípio da experiência, enquanto os meios para solucioná-lo são introduzidos no decorrer da experiência. Essa maneira de estruturar a experiência está pautada na ideia, já apresentada aqui, de que "a colocação do problema e o surgimento do objetivo são premissas indispensáveis para o surgimento de todo o processo" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 164). E o processo em si de solução do problema experimentalmente proposto corresponde justamente ao processo de formação de conceitos tal qual ocorre na realidade.

Após realizadas diversas pesquisas a fim não só de situar o lugar e a função da palavra no processo de formação de conceitos, mas também de delinear e comparar todo o processo de gênese dos conceitos em diferentes faixas etárias, Vygotsky e seus colaboradores estabeleceram algumas leis básicas que conduzem esse processo. Essas leis básicas podem ser sintetizadas na seguinte lei geral:

o desenvolvimento dos processos que finalmente culminam na formação de conceitos começa na fase mais precoce da infância, mas as funções intelectuais que, numa combinação específica, constituem a base psicológica do processo de formação de conceitos amadurecem, configuram-se e se desenvolvem somente na puberdade (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 167).

¹⁴Para melhor compreender em que consiste o método de dupla-estimulação e os porquês de sua formulação, ler Sakharov (2013) e Toassa e Delari Júnior (2013).

Na infância, é possível identificar formações intelectuais originais que equivalem funcionalmente aos conceitos autênticos, que surgem apenas na puberdade. Contudo estas formações mais precoces "têm tanta relação com os conceitos quanto um embrião com o organismo maduro" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 168). Mas qual é a razão para que só a partir da adolescência a pessoa se torne capaz de desenvolver conceitos maduros? O que acontece na transição da infância para a adolescência que constitui causa psicológica dessa transformação no modo de pensamento?

Algumas teorias tentam atribuir o surgimento desse modo específico de pensamento que é o pensamento por conceitos à ação de processos psicológicos elementares, como a atenção, a associação etc. Entretanto, segundo Vygotsky, nenhuma função psicológica elementar surge ou se transforma perceptivelmente na adolescência. Logo, o que institui essa nova forma de pensamento "não é nem a associação, nem a atenção, nem o juízo e a representação, nem a tendência determinante" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 169), ainda que todas essas funções sejam indispensáveis ao processo de formação de conceitos e dele participem.

Mas essa participação das funções psicológicas elementares no processo de formação de conceitos não se dá segundo uma lógica própria a cada função particular, sendo sempre uma participação necessariamente mediada pela palavra. Daí Vygotsky afirmar que

nem a acumulação de associações, nem o desenvolvimento do volume e da estabilidade da atenção, nem o acúmulo de grupos de representações, nem as tendências determinantes, em suma, nenhum desses processos em si, por mais que tenham avançado em seu desenvolvimento, pode levar à formação de conceitos e, conseqüentemente, nenhum deles pode ser considerado fator genético essencialmente determinante no desenvolvimento dos conceitos. **O conceito é impossível sem palavras, o pensamento em conceitos é impossível fora do pensamento verbal;** em todo esse processo, **o momento central, que tem todos os fundamentos para ser considerado causa decorrente do amadurecimento de conceitos, é o emprego específico da palavra, o emprego funcional do signo como meio de formação de conceitos** (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 170, grifo meu).

Em relação à participação das funções psicológicas elementares, Vygotsky ressalta que elas participam do processo de formação de conceitos assumindo uma configuração específica, constituindo uma estrutura integrada e complexa que não resulta apenas de mudanças quantitativas, de uma suposta intensificação, de um aumento quantitativo isolado de uma ou algumas dessas funções elementares. Isto é,

a formação de conceitos não é possibilitada por haver maior quantidade de alguma função elementar ou um vínculo mais forte entre diferentes funções elementares.

Mais do que isso, os resultados dos estudos acerca da ontogênese dos conceitos realizados por Vygotsky e seus colaboradores mostram que a formação de conceitos – até por ser um tipo de atividade intelectual superior, que tem como característica fundamental a mediação pela palavra – é uma atividade de gênero distinto, regida por princípios diversos daqueles que regem as funções elementares.

A passagem das funções imediatas, ou elementares, para as funções mediatas, ou superiores, não acontece então em função de um aumento quantitativo dos vínculos entre elas, e sim em função de uma reestruturação qualitativa desses vínculos. Quando passa a integrar a estrutura das funções psicológicas condicionando o surgimento das funções superiores, a linguagem não o faz "por via associativa como uma função que transcorre paralelamente mas por via funcional como meio racionalmente utilizado" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 174). Só assim a linguagem pode determinar a complexificação qualitativa dos vínculos entre as funções elementares.

Vygotsky observa que a própria linguagem é uma função psicológica superior cujo desenvolvimento "não se funda em vínculos puramente associativos mas requer uma relação essencialmente nova, efetivamente característica dos processos intelectuais superiores entre o signo e o conjunto da estrutura intelectual" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 174). Então, para que ocorra a formação dos conceitos, isto é, para que se desenvolva esse processo de atribuição de um significado a determinado complexo sonoro, é imprescindível o emprego funcional de um signo – no caso em questão, este signo é a palavra.

A palavra, então, funciona como "meio de orientação ativa da compreensão, do desmembramento e da discriminação de traços, de sua abstração e síntese" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 168). É pela palavra que a pessoa domina o fluxo das próprias operações psicológicas e o dirige a um determinado fim, à resolução de algum problema. E é só na adolescência que se consolida essa habilidade, essa capacidade de gerir os próprios processos de comportamento via utilização de meios auxiliares.

Embora esteja na palavra a chave para a resposta da questão acima colocada – por que a forma de pensamento por conceitos maduros só se estabelece na adolescência? –, Vygotsky não nega o papel do objetivo, já ressaltado por Ach. O

objetivo é, de fato, um fator imprescindível ao processo da formação de conceitos, afinal

onde o meio não cria os problemas correspondentes, não apresenta novas exigências, não motiva nem estimula com novos objetivos o desenvolvimento do intelecto, o pensamento do adolescente não desenvolve todas as potencialidades que efetivamente contém, [de modo que é somente mediante] o auxílio dos problemas propostos, da necessidade que surge e é estimulada, dos objetivos colocados perante o adolescente que o meio social circundante o motiva e o leva a dar esse passo decisivo no desenvolvimento do seu pensamento (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 171, grifo meu).

Ao enxergar o meio social como um fator desencadeante necessário ao processo de desenvolvimento do pensamento, Vygotsky conclui que a força que impulsiona este processo

não está radicada dentro mas fora do adolescente e, neste sentido, **os problemas que o meio social coloca diante do adolescente em processo de amadurecimento e estão vinculados à projeção desse adolescente na vida cultural, profissional e social [...] tornam a reiterar o intercondicionamento, a conexão orgânica e a unidade interna [...] do conteúdo e da forma no desenvolvimento do pensamento** (idem, grifo meu).

Entendendo, então, que a formação de conceitos é uma função sociocultural do desenvolvimento, a tarefa do pesquisador é compreender justamente essa unidade interna existente entre esses elementos – o conteúdo e a forma do desenvolvimento do pensamento. Em outros termos, compreender como, no processo de formação de conceitos, forma e conteúdo se intercondicionam, se determinam mutuamente. Para isto, faz-se necessário lançar mão da pesquisa experimental, da análise morfológica das formações psicológicas, que deve ser complementada com a análise genética e histórica.

Como as pesquisas realizadas em laboratório não dispõem de condições que sejam exatamente equivalentes às condições da "vida real", digamos assim, o modelo de pesquisa experimental não pode reproduzir o processo genético de desenvolvimento dos conceitos tal qual ele se dá na realidade. No entanto, conforme Vygotsky (2001 [1934]) salienta, embora o processo de formação de conceitos desencadeado experimentalmente não corresponda exatamente ao processo real, isso não é um defeito ou um demérito. Pelo contrário, é uma vantagem, porque só assim permite a realização de uma análise morfológica independente "dos acasos históricos que perturbam a harmonia da exposição, [isto é, permite identificar] em

forma abstrata a própria essência do processo genético de formação de conceitos" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 200).

Porém, sabe-se que "o estudo puramente morfológico é tanto mais impossível quanto maiores são a organização e a diferenciação psicológicas" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 201), porque a formação de conceitos é uma função psicológica superior e complexa que, assim como qualquer outra função desse tipo, só pode ser compreendida à luz do seu desenvolvimento. E o desenvolvimento

não é uma função simples, inteiramente determinada por X unidades de hereditariedade mais Y unidades do meio. **Isto é um complexo histórico**, que reflete em cada estágio o passado nele contido. Noutros termos, **o dualismo artificial meio-hereditariedade nos desvia para o falso caminho**. Esconde de nós o fato de que o desenvolvimento é um processo autocondicionado constante e não um boneco manuseado por outros cordões (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 202, grifo meu).

Portanto, a formação de conceitos é histórica e deve ser analisada como tal. Daí que, para apreender efetivamente a "lógica" da forma, é preciso apreendê-la em relação a uma lógica histórica. A análise morfológica deve necessariamente, então, ser acompanhada das análises funcional e genética, da introdução da perspectiva histórica na abordagem do processo, porque "quanto mais complexos são os processos a serem estudados tanto mais eles têm como premissa as vivências anteriores" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 201).

Nesse caso, a compreensão da lógica do processo é uma compreensão histórica, de modo que "os momentos fundamentais do desenvolvimento dos conceitos, revelados na análise experimental, devem ser interpretados como reflexo dos estágios mais importantes por que passa o processo real de desenvolvimento da criança" (idem).

Uma vez constatada a importância do âmbito sociocultural para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e tendo abordado as implicações metodológicas dessa constatação, Vygotsky retoma a discussão acerca do papel da palavra na formação de conceitos para tratar exatamente das transformações que ocorrem ao longo do desenvolvimento e mostrar como tais transformações se expressam na forma como a própria palavra é empregada.

O autor observa que "as palavras da criança coincidem com as palavras do adulto em sua referencialidade concreta, ou seja, referem-se aos mesmos objetos, a um mesmo círculo de fenômenos. Entretanto, não coincidem em seu significado" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 210). Isso significa que, tanto entre crianças quanto

entre adultos, as palavras sugerem o mesmo referente, designam os mesmos fenômenos da realidade, isto é, compartilham a função nominativa, porém as operações mentais de significação seguem caminhos diferentes.

Isso quer dizer que as estruturas de significação se encontram em etapas diferentes do desenvolvimento e não são as mesmas. Segundo Vygotsky (2001 [1934]), essa distinção entre a referencialidade concreta da palavra – sua função nominativa – e o significado propriamente dito é essencial para a análise do desenvolvimento do pensamento.

Como já mencionamos, as pesquisas experimentais revelaram a necessidade e a relevância da palavra na formação dos conceitos. É com a palavra que

a criança orienta arbitrariamente a sua atenção para determinados atributos, com a palavra ela os sintetiza, simboliza o conceito abstrato e opera com ele como lei suprema entre todas aquelas criadas pelo pensamento humano. **O conceito surge quando uma série de atributos abstraídos torna a sintetizar-se, e quando a síntese abstrata assim obtida se torna forma basilar de pensamento com o qual a criança percebe e toma conhecimento da realidade que a cerca** (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 226, grifo meu).

E, mesmo antes do desenvolvimento dos conceitos verdadeiros, que só ocorre na puberdade, o papel da palavra já é evidente. Enquanto o pensamento ainda opera segundo a lógica dos complexos, são as palavras que desempenham a função de nomes de família, de categorias, unificando determinados grupos de objetos. E a diferença entre a lógica dos complexos e a lógica dos conceitos é determinada, segundo Vygotsky, pelo caráter do emprego da palavra.

Não é suficiente, contudo, apenas perceber que a palavra exerce um papel fundamental tanto no pensamento por complexos quanto no pensamento por conceitos e que este papel é de algum modo diferente se quisermos identificar exatamente que papéis são esses e onde reside sua diferença.

As duas formas de pensamento, por complexos e por conceitos, são estruturas de generalização. Porém, cada estrutura de generalização se distingue por uma utilização específica da palavra. O pensamento por complexos, especificamente, resulta de um emprego meramente funcional da palavra. Contudo, essa forma de pensamento vai sendo paulatinamente substituída pela lógica dos conceitos, caracterizada pelo emprego significativo da palavra.

De acordo com Vygotsky, a palavra é um signo que pode ser usado de diferentes maneiras, servindo "como meio para diferentes operações intelectuais, e

são precisamente essas operações, realizadas por intermédio da palavra, que levam à distinção fundamental entre complexo e conceito" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 227). E essa transição gradual de uma forma de pensamento à outra se dá mediante um processo que não pode ser concebido mecanicamente.

Porque o uso da palavra é inicialmente nominativo e não conceitual, Vygotsky concorda com a afirmação de Tolstoi segundo a qual a palavra se apresenta antes do conceito, geralmente já estando pronta antes de o conceito estar pronto. Quando uma nova palavra é assimilada,

o processo de desenvolvimento do conceito correspondente não só não se conclui como está apenas começando. Quando está começando a ser apreendida, a nova palavra não está no fim mas no início do seu desenvolvimento. Nesse período ela é sempre uma palavra imatura. O gradual desenvolvimento interno do seu significado redundando também no amadurecimento da própria palavra (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 394).

Esse amadurecimento da palavra corresponde ao desenvolvimento de seu aspecto semântico, isto é, de sua função significativa, conceitual. Até então, antes do desenvolvimento dos conceitos verdadeiros, o pensamento não se realiza enquanto atividade autônoma e independente da percepção, e é por isso que uma característica constitutiva do pensamento por complexos é sua relação de dependência direta com a percepção.

Daí Vygotsky afirmar que, na lógica do pensamento infantil, que é exatamente essa lógica por complexos, só são possíveis entre os embriões de conceitos as relações possíveis entre os próprios objetos, de modo que os juízos da criança são de natureza estritamente empírica e constatatória. E é só com o desenvolvimento dos conceitos e, associada a eles, de determinada estrutura de generalização, que "tornam-se possíveis o pensamento como tal e a ampliação gradual dos vínculos e relações que o constituem, como a passagem para tipos novos e superiores de vínculo e transições antes impossíveis entre os conceitos" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 377).

É inclusive dessa imaturidade da lógica por conceitos e do insuficiente desenvolvimento das relações de generalidade entre esses conceitos que Vygotsky deduz as peculiaridades de pensamento infantil, antes atribuídas por Piaget ao egocentrismo. Dentre essas peculiaridades, estão a dificuldade de estabelecer encadeamento lógico de ideias e a presença de contradições, que são explicadas, respectivamente, pelo "atraso no desenvolvimento dos vínculos entre os conceitos pela variante longitudinal e pelas linhas verticais da relação de generalidade"

(VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 381) e pela ausência de uma estrutura de generalidade em que conceitos isolados estejam "subordinados a um conceito superior e único, situado acima deles" (idem).

Com efeito, quaisquer operações de pensamento tais quais a comparação entre conceitos e o estabelecimento de vínculos lógicos entre conceitos só é possível pelo intermédio de "linhas que vinculam entre si os conceitos e as relações de generalidade e determinam as vias eventuais de movimento de um conceito a outro" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 377).

Por isso os conceitos, isto é, os significados, não podem ser compreendidos como elementos isolados e autônomos, mas somente a partir de sua relação com uma generalidade, de sua inserção no "tecido do pensamento". Isso significa que os conceitos, por princípio, só existem em relação com outros conceitos, integrando uma estrutura de generalização específica.

Em resumo, o processo de formação de conceitos, de maturação semântica da palavra, é marcado por transformações e, por isso, passa por diferentes estágios. Cada estágio é caracterizado por um uso específico da palavra, ao qual corresponde uma estrutura de generalização e, portanto, permite um conjunto restrito de operações intelectuais, de movimentos do pensamento dentro daquela estrutura de generalização. Logo,

a cada estrutura da generalização corresponde o seu sistema de relações de generalidade, uma vez que as generalizações de estrutura diferente não podem encontrar-se em diferentes sistemas de relações de generalidade entre si. **Logo, a cada estrutura da generalização corresponde também o seu sistema específico de operações lógicas de pensamento, possíveis nessa estrutura.** Essa lei das mais importantes de toda a psicologia dos conceitos significa, em essência, a unidade da estrutura e da função do pensamento, a unidade do conceito e das operações possíveis para ele (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 379, grifo meu).

4.4 Análise funcional da relação entre pensamento e palavra

Tendo então chegado à conclusão da mutabilidade das estruturas de generalização/significação e, assim, constatado a mutabilidade da relação entre o pensamento e a palavra, Vygotsky propõe deixar temporariamente em segundo plano a abordagem genética e as questões relativas ao desenvolvimento dessa relação para passar a uma abordagem funcional.

Reconhecendo a importância de elucidar o papel funcional do significado no ato de pensamento, Vygotsky analisa as relações entre pensamento e palavra na chamada "consciência desenvolvida", ou seja, em adolescentes e adultos. Isso porque, segundo o autor, como já mencionamos, "as funções intelectuais que, numa combinação específica, constituem a base psicológica do processo de formação de conceitos amadurecem, configuram-se e se desenvolvem somente na puberdade" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 167), de modo que é só na adolescência que se assimila de fato o processo de formação de conceitos.

Partindo então para uma abordagem funcional a fim de entender como acontece o processo de funcionamento dos significados no curso vivo do pensamento verbal, Vygotsky relembra que **"a relação entre o pensamento e a palavra é, antes de tudo, não uma coisa mas um processo, é um movimento do pensamento à palavra e da palavra ao pensamento"** (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 409, grifo meu), movimento bidirecional este que é, ele próprio, um desenvolvimento. Uma tese básica do autor é que o pensamento não é "expresso" pela palavra, não é refletido pela linguagem tal qual uma imagem no espelho. Pode-se dizer, de maneira mais adequada, que o pensamento é formado na palavra e nela se realiza.

O fluxo do pensamento consiste, nesse sentido, em um movimento através de uma série de planos internos, "como uma transição do pensamento para a palavra e da palavra para o pensamento" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 410). Por isso, para entender como se dá o movimento do pensamento à palavra, é necessário antes de tudo estudar como se dá a passagem do pensamento por esse vários planos até sua materialização na palavra, compreendendo assim as fases desse movimento.

Em relação à própria palavra, é preciso distinguir seus dois planos constituintes: o plano fásico, material, exterior e o plano semântico, interior. É verdade que ambos os âmbitos constituem uma unidade complexa. Porém, cada um tem seu desenvolvimento próprio.

Se observarmos o desenvolvimento do aspecto externo da linguagem, perceberemos que a criança primeiro se serve de palavras isoladas para em seguida concatenar palavras na elaboração de frases simples, para só depois concatenar frases simples e começar a produzir enunciados mais complexos. Daí Vygotsky afirmar que, "por seu significado, a primeira palavra da criança é uma frase inteira: uma oração lacônica" (idem). Já no desenvolvimento do aspecto semântico, observamos o sentido inverso:

a criança começa pelo todo, por uma oração, e só mais tarde passa a apreender as unidades particulares e semânticas, os significados de determinadas palavras, desmembrando em uma série de significados verbais interligados o seu pensamento lacônico e expresso em uma oração lacônica (idem).

Com base nessa observação, conclui-se que o desenvolvimento dos planos interior e exterior da palavra, isto é, de seu aspecto semântico e de seu aspecto fásico, transcorre em sentidos opostos e não coincide: o plano interno se desenvolve do todo para a parte, da oração para a palavra, enquanto o plano externo se desenvolve da parte para o todo, da palavra para a oração.

O pensamento da criança surge inicialmente como um todo confuso e inteiro, e precisamente por isso deve encontrar na linguagem a sua expressão em uma palavra isolada. O pensamento da criança se desmembra e passa a construir a partir de unidades particulares na medida em que ela caminha das partes para o todo desmembrado em sua linguagem. Ocorre também o contrário: na medida em que, em sua linguagem, a criança passa das unidades para o todo decomposto na oração, no pensamento ela pode passar do todo não decomposto para as partes. Deste modo, **desde o início o pensamento e a palavra não se estruturam, absolutamente, pelo mesmo modelo** (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 411-412, grifo meu)

Isso mostra que a linguagem, em sua estrutura, "**não é um simples reflexo especular da estrutura do pensamento**" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 412, grifo meu). No que diz respeito especificamente a esse processo de transformação do pensamento em palavra, Bakhtin (2006) discorda de Vygotsky, afirmando que

entre a atividade psíquica interior e sua expressão, não há ruptura qualitativa, não existe um abismo entre a atividade psíquica interior e sua expressão, não há ruptura qualitativa de uma esfera da realidade à outra. A passagem da atividade mental interior à sua expressão exterior ocorre no quadro de um mesmo domínio qualitativo, e se apresenta como uma mudança quantitativa (BAKHTIN, 2006, p. 51).

Já Vygotsky aponta que, se a estrutura e o fluxo do pensamento coincidissem com a estrutura e o fluxo da linguagem, jamais nos defrontaríamos com a dificuldade de encontrar palavras para exprimir nossos pensamentos. No entanto, essa situação eventualmente se apresenta a nós, mostrando que, "em realidade, **o pensamento tem a sua estrutura específica e o seu fluxo, e a passagem deste para a estrutura e para o fluxo da linguagem representa grandes dificuldades**" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 476, grifo meu).

Portanto, uma implicação imediata dessa discrepância entre a estrutura do pensamento e a estrutura da palavra é que a fala, a produção verbal, não se dá automaticamente. No movimento até sua materialização em palavras, no caminho que

percorre até a verbalização, o pensamento se reestrutura e se modifica. E essa reestruturação é necessária porque as unidades de discurso e as unidades de pensamento não coincidem, não se sobrepõem, não mantêm entre si uma relação de identidade.

Daí a afirmação de que dificilmente iremos encontrar uma via menos adequada do que a via da interpretação gramatical à interpretação daquilo que Vossler chama de "sentido espiritual" de algum fenômeno linguístico. Porque, pela via da interpretação gramatical, "surgem inevitavelmente erros de interpretação, determinados pela discrepância entre a articulação psicológica e a articulação gramatical do discurso" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 413).

Então, analogamente à enunciação, que é um processo de transição do plano interior para o plano exterior, a compreensão é um processo de assimilação que pressupõe a transição do plano exterior para o plano interior. Para começar a entender como e por quais meios essa transição é possível, é necessário entender o que é a linguagem interior, como essa forma de linguagem se constitui, se estrutura e qual é sua função.

Ao longo da crítica que realiza à teoria de Piaget, Vygotsky trata dessas questões, salientando que a linguagem interior é uma forma de linguagem que surge a partir da individualização e interiorização da linguagem social. Esse movimento de interiorização corresponde a uma especificação de função, ou seja, a linguagem interior é uma modalidade de linguagem dotada de estrutura e funções particulares, bastante específicas.

A linguagem interior está em relação constante e complexa com o pensamento e com a palavra, com a linguagem exterior/social, e não deve ser confundida com nenhum destes outros fenômenos. A linguagem interior, ao contrário da linguagem exterior, é uma linguagem para si e não para os outros, ela não se destina à comunicação e, por sua função, pode ser considerada "um plano interior específico de pensamento verbal, que medeia a relação dinâmica entre pensamento e palavra" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 473).

A essa diferença de função, como é de se esperar, está associada uma diferença estrutural. No entanto, como estudar a linguagem interior? Vygotsky ressalta que a linguagem interior é um dos fenômenos psicológicos de mais difícil investigação, principalmente pela dificuldade de coleta de dados factuais, e por esse motivo as teorizações em torno desse fenômeno são predominantemente especulativas.

Contudo, se nos atentarmos à história do desenvolvimento da linguagem interior, que já foi apresentada previamente, lembraremos que a linguagem egocêntrica constitui um estágio anterior ao surgimento da linguagem interior. Essa conclusão acerca da linguagem egocêntrica se baseia em reflexões

de um tríplice caráter: funcional (descobrimos que **a linguagem egocêntrica desempenha funções intelectuais semelhantes à linguagem interior**), estrutural (descobrimos que **a linguagem egocêntrica se aproxima estruturalmente da interior**) e genético (comparamos o fato da extinção da linguagem egocêntrica no início da idade escolar com uma série de fatos que nos levam a inserir nesse momento o início do desenvolvimento da linguagem interior, e daí concluímos que, em realidade, no limiar da idade escolar **ocorre não a extinção da linguagem egocêntrica, mas a sua transição e transformação em linguagem interior**) (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 426-427, grifo meu).

Portanto, a linguagem egocêntrica pode ser considerada uma linguagem exterior em sua manifestação e interior em sua função. Assim sendo, Vygotsky toma a linguagem egocêntrica como a chave do problema do método de investigação da linguagem interior e argumenta que

a linguagem egocêntrica se desenvolve no sentido da linguagem interior, e todo o curso do seu desenvolvimento não pode ser entendido senão como o curso de aumento progressivo de todas as propriedades distintivas da linguagem interior (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 436)

Assim sendo, o estudo da linguagem egocêntrica e de suas peculiaridades é o meio necessário para conhecermos e compreendermos a linguagem interior, sua estrutura, suas funções e suas características particulares.

O principal traço da linguagem interior, segundo Vygotsky, sua característica mais marcante e distintiva é sua sintaxe. A linguagem interior é dotada de uma sintaxe específica, e inclusive esse é um dos motivos pelos quais a linguagem interior não encontra equivalência estrutural na linguagem exterior. A sintaxe da linguagem interior é aparentemente fragmentada, desconexa e é extremamente abreviada em relação à linguagem exterior. Essas características, contudo, não surgem "do nada", não surgem prontas em sua forma final, mas são fruto do desenvolvimento.

Em suas pesquisas experimentais, Vygotsky observa que a linguagem egocêntrica, no curso de sua transformação em linguagem interior, para além de sua tendência à abreviação e à omissão de palavras, revela uma tendência no sentido da abreviação das próprias frases. E tais tendências são observadas com regularidade, e não em caráter excepcional.

Quanto à tendência à abreviação das frases, é perceptível que os sujeitos das orações, assim como os elementos a ele relacionados, vão progressivamente sendo omitidos, de modo que são mantidos apenas os termos que compõem o predicado. Daí Vygotsky conclui que a forma sintática basilar da linguagem interior é a forma predicativa, ou seja, que a predicatividade é típica da linguagem interior.

O que se observa, portanto, é que a linguagem egocêntrica ainda é inteiramente social em termos estruturais. Porém, no curso do seu desenvolvimento, sua estrutura vai se modificando à medida que aumenta seu grau de diferenciação funcional, até chegar ao ponto da completa anulação das características sintáticas da linguagem exterior.

Observa-se ainda que, quanto mais a linguagem egocêntrica se diferencia em linguagem interior, manifestando-se como tal "em seu sentido funcional [ou seja, com a função de linguagem interior], tanto mais claramente se manifestam as peculiaridades da sua sintaxe em termos da sua simplificação e da perceptividade" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 462).

De fato, a linguagem egocêntrica ainda se funde inteiramente com a linguagem social em termos estruturais. Mas, na medida em que se desenvolve e se destaca funcionalmente como forma autônoma e independente de discurso, ela revela cada vez mais a tendência para a abreviação, para o enfraquecimento da decomposição sintática, para a condensação. No momento de sua extinção e de sua transformação em linguagem interior, ela já produz a impressão de linguagem fragmentária, uma vez que já está quase inteiramente subordinada à sintaxe puramente predicativa (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 461).

Essa predicatividade absoluta da linguagem interior, isto é, a abreviação completa dos sujeitos das orações e dos termos a ele vinculados, só é possível porque sempre conhecemos o tema do nosso diálogo interior. Já que sabemos qual é o tema do nosso pensamento, ele não precisa ser expresso para nós mesmos. Essa mesma tendência para a abreviação surge eventualmente na linguagem comunicativa, no diálogo com outras pessoas, quando o sujeito da enunciação é previamente conhecido pelos interlocutores.

Mas o surgimento de elisões e abreviações numa tal situação de comunicação depende de circunstâncias específicas – circunstâncias estas que são regra, que estão sempre presentes quando da produção da linguagem interior. A tendência para a predicatividade e sua sintaxe reduzida em relação à linguagem exterior já permitem supor que as leis sintáticas que regem essas duas formas de linguagem são diferentes

e que, portanto, a exteriorização de uma produção interior não é um processo automático.

Mencionadas as peculiaridades sintáticas da linguagem interior, Vygotsky parte para a apresentação de suas peculiaridades semânticas. No aspecto semântico, uma característica fundamental da linguagem interior é preponderância do sentido¹⁵ da palavra sobre seu significado: na linguagem interior, "o predomínio do sentido sobre o significado, da frase sobre a palavra, de todo o contexto sobre a frase não é exceção mas regra constante" (Vygotsky, 2001 [1934], p. 467). Concordando com Paulham, Vygotsky afirma que

o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. [...] Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. Como se sabe, em contextos diferentes a palavra muda facilmente de sentido (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 465).

Assim sendo, o sentido é aquilo que a palavra representa quando inserida em determinado contexto, é uma forma de "enriquecimento" que o contexto confere à palavra, justamente porque a palavra é permeável e seu sentido é fluido, modificando-se em função dos conteúdos intelectuais, afetivos e volitivos do contexto¹⁶. Na linguagem interior, portanto, a palavra é tão mais carregada de sentido do que na linguagem exterior que seu aspecto semântico é alargado de forma quase ilimitada. Daí que a linguagem interior, se pudesse ser gravada exatamente da maneira como é produzida, seria incompreensível.

Essa ininteligibilidade deriva "de uma infinidade de fatos [...], como a sintaxe original da linguagem interior, a redução de seu aspecto fonético e a sua estrutura semântica específica" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 471). Para ser compreendida,

¹⁵ Para compreender melhor o conceito de sentido em Vygotsky, sugerimos a leitura de Rey (2003, 2004), Smolka (2004), Góes e Cruz (2006) e Barros et al. (2009). Segundo esses autores, o conceito de "sentido" constitui um divisor de águas na teoria vygotkiana, porém ainda desfruta de pouca notoriedade no conjunto das obras do autor, sendo necessário, por esse motivo, "dar maior visibilidade a tal conceito, para entender não só de que maneira ele retroalimenta as bases das teorizações vygotkianas e redimensiona outros pontos que a precederam, mas também que possibilidades ele oferece às investigações psicológicas que enfocam os processos de significação" (BARROS et al., 2009, p. 175).

¹⁶ É com base na tese da dinamicidade/contextualidade do significado que surge o conceito de "sentido", que não está "nem na mente, nem na natureza, nem em instâncias transcendentais aprioristicamente" sendo produzido "nas práticas sociais, através da articulação dialética da história de constituição do mundo psicológico com a experiência atual do sujeito" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 179).

portanto, a linguagem interior deve ser "traduzida" em linguagem exterior. Não só sintaticamente, como já comentamos, mas também semanticamente. Contudo, esse processo não é simples.

A dificuldade para traduzir semanticamente a linguagem interior em linguagem exterior acontece porque,

no plano da linguagem interior, sempre podemos exprimir todos os pensamentos, todas as sensações e inclusive reflexões profundas inteiras com apenas um nome. E, naturalmente, neste caso o significado desse nome único para pensamentos complexos, sensações e reflexões acaba sendo intraduzível para a linguagem do discurso exterior, acaba sendo incomensurável com o significado habitual da mesma palavra (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 472).

Ou seja, para dar conta de tal tarefa de tradução, de exteriorização, é necessário desdobrar todos os sentidos fundidos em uma única palavra em uma série de palavras cuja coerência depende de uma concatenação que obedeça às regras lógicas da linguagem exterior. A exteriorização da linguagem interior, portanto,

não é uma simples incorporação do aspecto sonoro ao aspecto silencioso da fala, não é uma simples vocalização da linguagem interior mas a reestruturação da linguagem, a transformação de uma sintaxe absolutamente original, da estrutura semântica e sonora da linguagem interior em outras formas estruturais inerentes à linguagem exterior. Como a linguagem interior não é uma fala menos som, a linguagem exterior não é linguagem interior mais som. A passagem da linguagem interior para a exterior é uma complexa transformação dinâmica – uma transformação da linguagem predicativa e idiomática em uma linguagem sintaticamente decomposta e compreensível para todos (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 473-474, grifo meu).

Muito já foi dito sobre a linguagem interior, sua origem, suas especificidades funcionais e estruturais, a trajetória do seu desenvolvimento. No entanto, a fim de aprimorar o entendimento sobre a relação entre pensamento e linguagem, Vygotsky propõe que a análise do problema avance em direção ao "plano seguinte" e mais profundo do pensamento verbal, que é o plano da ideia, isto é, o plano do próprio pensamento.

Aqui, Vygotsky argumenta que, se a linguagem exterior surge a partir da realização do pensamento em palavras, então o plano do pensamento surge a partir de um caminho em sentido inverso. A partir desta perspectiva, o pensamento surge pelo caminho de fora pra dentro, como "um processo de evaporação da linguagem no pensamento" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 474). E a linguagem interior, nesse esquema, é exatamente aquele plano dinâmico situado entre as duas extremidades.

O plano do pensamento, ao contrário do plano da linguagem, não é constituído por unidades isoladas que se apresentam sucessivamente. O pensamento sempre se apresenta como uma simultaneidade, em sua integralidade. Daí Vygotsky comparar o pensamento a uma nuvem parada que descarrega uma chuva de palavras, fornecendo o seguinte exemplo:

Se desejo comunicar o pensamento de que hoje vi um menino descalço, de camisa azul, correndo rua abaixo, não vejo cada aspecto isoladamente: o menino, a camisa, a cor azul, a sua corrida, a ausência de calçados. Vejo tudo isso em um só ato de pensamento, mas o exprimo em palavras separadas (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 477-478).

É esse o motivo pelo qual a passagem do pensamento à palavra é um processo tão complexo, porque requer, por parte do locutor, a capacidade de decompor o pensamento e recriá-lo verbalmente, transformando-o em palavras. E, por parte do interlocutor, requer a capacidade de compreender aquelas palavras mediante a transformação daquele enunciado, daqueles signos externos, em pensamento.

Nesse sentido, a comunicação entre duas consciências nunca é imediata e só pode acontecer em função de uma mediação externa realizada por signos e uma mediação interna realizada pelos significados. Isso significa que "**o pensamento nunca é exatamente igual ao significado direto das palavras**" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 479, grifo meu), ou seja, que o caminho do pensamento à palavra é indireto e passa por diversos planos internos.

O significado funciona, portanto, como um mediador do percurso do pensamento em direção à sua realização em palavra. E já falamos que esse espaço entre pensamento e palavra é o espaço ocupado pela linguagem interior. Isso implica em que, de acordo com Vygotsky, a linguagem interior é, em certa medida, uma forma de pensamento que opera com significados puros.

Mas o pensamento em si não constitui o último plano de todo esse processo. O pensamento não se forma e não se cria a partir do nada nem a partir de outro pensamento. Com efeito, os pensamentos se originam em

nossos pendores e necessidades, nossos interesses e motivações, nossos afetos e emoções. **Por trás do pensamento existe uma tendência afetiva e volitiva. Só ela pode dar a resposta ao último porquê na análise do pensamento** (idem, grifo meu).

A consequência disso é que só se pode efetivamente assimilar e compreender o pensamento alheio, que já nos chega mediado pelo significados e pelos signos, a partir da compreensão de sua causa afetivo-volitiva.

Para entender o discurso do outro, nunca é necessário entender apenas umas palavras; precisamos entender o seu pensamento. Mas **é incompleta a compreensão do pensamento do interlocutor sem a compreensão do motivo que o levou a emití-lo.** De igual maneira, **na análise psicológica de qualquer enunciado só chegamos ao fim quando descobrimos esse plano interior último e mais encoberto do pensamento verbal: a sua motivação** (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 481, grifo meu).

Em outros termos, só é possível tentar compreender um pensamento se temos acesso aos afetos e interesses que o motivam. E, além disso, se entendemos que a linguagem externa mediante a qual aquele pensamento é materializado não corresponde exatamente ao pensamento tal qual formado na consciência, porque o movimento do pensamento à palavra é um movimento através de uma série de planos internos e cada plano tem, associada à sua função específica, uma estrutura específica, isto é, uma maneira específica de organizar seu conteúdo.

Ademais, é necessário compreender que o caminho do pensamento à palavra nem sempre é transposto, isto é, nem sempre o pensamento se realiza em palavras. E, quando o pensamento se realiza em palavras, quando o movimento através daquela série de planos internos que mencionamos se efetiva de fato, não é sempre por uma via única. Segundo Vygotsky,

dado o estado atual dos nossos conhecimentos nessa questão, são possíveis movimentos diretos e inversos os mais diversos e dificilmente enumeráveis, são possíveis transições diretas e inversas de uns planos a outros. Mas já agora sabemos, nas linhas mais gerais, que **é possível um movimento que se interrompe em qualquer ponto desse complexo caminho, nesse ou naquele sentido: do motivo para a linguagem interior passando pelo pensamento; da linguagem interior para o pensamento; da linguagem interior para a exterior etc** (idem, grifo meu).

5 DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS (DES)CONTINUIDADES DO CONSTRUTO

Conforme apresentamos no primeiro capítulo, foi no século XIX que o transtorno do pensamento formal começou a ganhar corpo e a tornar-se um conceito psicopatológico, tendo se consolidado como construto sobretudo a partir da virada do século XIX para o século XX, com os trabalhos de Eugen Bleuler. Ao longo do século XX, até a década de 1970, além da diversidade de definições propostas, foram também aventadas várias hipóteses que pudessem explicar o surgimento do TPF – esta modalidade de transtorno "do pensamento" até então considerada tão característica da esquizofrenia a ponto de ser, por vezes, chamada de "pensamento esquizofrênico".

Dentre as diversas explicações causais que vigoraram, como vimos, estava a fragmentação da atividade mental; a extrema dissociação; a dificuldade de concatenar ideias de maneira lógica; a incapacidade de formar conceitos adequadamente, de modo que haveria falta ou excesso de abstração ou de concretude; a redução da velocidade de processamento intelectual; a tendência a articular ideias com base na "forma" das palavras, e não em seu conteúdo; a insuficiente reciprocidade entre os hemisférios cerebrais; o afrouxamento de associações etc.

Essas hipóteses explicativas causais foram sendo formuladas, muito notadamente, com base em perspectivas teóricas específicas às quais se filiavam seus proponentes. Dessa maneira, então, um pesquisador formado conforme uma abordagem mais alinhada com as ciências naturais, isto é, mais "biológica", muito provavelmente iria propor como mecanismo causal do TPF alguma alteração a nível cerebral.

Assim Kraepelin o fez, por exemplo, ao atribuir as alterações características da *dementia praecox* (a futura esquizofrenia) a um "*definite disease process in the brain*" (Kraepelin, 1902, p. 153). Desse mesmo modo, e antes de Kraepelin, fez Griesinger, considerado um dos pais da psiquiatria biológica (Pereira, 2007), ao atribuir o surgimento do TPF a uma suposta falha na comunicação entre os hemisférios cerebrais.

Além das muitas explicações causais que foram propostas, havia uma ampla gama de definições de TPF que buscavam elencar – algumas com mais precisão e

detalhamento, outras com menos – quais seriam exatamente os fenômenos observáveis na fala do paciente que configurariam transtorno do pensamento. Muitos destes autores que tentaram – e ainda tentam – definir o TPF pela via descritiva provavelmente acreditavam que, para explicar um fenômeno, basta descrevê-lo.

Essa "crença" foi apontada por Barrera e Berrios (2001) como sendo até hoje bastante comum em relação ao TPF. Schneider mencionou, por exemplo, a omissão, a fusão e o descarrilamento, dentre outros, como possíveis "evidências" de TPF. Enquanto isso, outros autores apontavam outras "evidências", isto é, outros possíveis comportamentos linguísticos tidos como anormais e que, supostamente, seriam indícios de uma desorganização do pensamento, configurando assim o "transtorno do pensamento formal".

Essa ausência de consenso em relação à definição descritiva precisa de TPF foi reconhecida pelos redatores do DSM-III (APA, 1980), que afirmaram que

the boundaries of the concept are not clear and there is no consensus as to which disturbances in speech or thought are included in the concept. For this reason, 'formal thought disorder' is not used as a specific descriptive term in DSM-III. See loosening of associations, incoherence, poverty of content of speech, neologisms, perseveration, blocking, echolalia, clanging (APA, 1980, p. 359, grifo meu).

E então, com base nos trabalhos de Nancy Andreasen realizado na década de 1970, o manual elenca um total de dezoito possíveis "evidências" de desorganização da fala. Além de reconhecer a inexistência de consenso nesse sentido, a partir do DSM-IV (APA, 1994) a American Psychiatric Association optou por substituir a expressão "transtorno do pensamento formal" por "fala desorganizada", e assim justifica sua decisão:

because of the difficulty inherent in developing an objective definition of 'thought disorder', and because in a clinical setting inferences about thought are based primarily on the individual's speech, the concept of disorganized speech has been emphasized in the definition for Schizophrenia used in this manual"(APA, 1994, p. 276).

É curioso observar aqui que o motivo apresentado para deixar de lado a expressão "formal thought disorder" não é o fato de que fala e pensamento são processos distintos e desprovidos de equivalência 1:1 – fato este reconhecido por Andreasen (1979) em seus trabalhos que embasaram a elaboração do próprio DSM-III.

Os motivos apresentados para abandonar essa expressão são (i) a falta de consenso em relação aos "fenômenos empíricos" por ela abarcados (APA, 1980),

como se a mudança da nomenclatura fosse capaz de, por si só, solucionar esse conflito, esse dissenso; e (ii) o fato de, "na realidade", o objeto de observação ser a fala em si. Assim a fala adquire o status de "fato observável".

Acompanhando essa primazia atribuída ao "fato observável", há a crença na possibilidade de realizarmos uma observação qualquer sem antes estarmos munidos de alguma matriz de observação/apreensão do mundo. Ou seja, como se fosse possível falarmos em um "objeto" que prescindia de um quadro epistemológico pré-determinado definidor do objeto enquanto tal. E é com base nessa crença que se decide pela expressão "fala desorganizada", por seu suposto caráter mais descritivo e empírico.

Como Pinto (2012) já apontou, todo o campo propriamente psiquiátrico teve sua constituição favorecida por essa crença na "observação pura", que passa a ser vista como procedimento válido e legítimo de classificação e de estabelecimento de categorias nosológicas. Dessa forma, a Psiquiatria rompe, em seus primórdios, com uma tradição médica organicista, que determinava a existência de doenças a partir da identificação de lesões orgânicas.

E é curioso observar como, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, quando ganha espaço e passa a predominar na Psiquiatria a abordagem organicista e fisicalista, começa-se a tentar fazer o que Van Os (2018) chama de "engenharia reversa" dos transtornos psiquiátricos, ignorando-se que "os sintomas mentais não podem ser explicados por estruturas neurobiológicas, mas apenas pelo envelope semântico que lhes dá um valor particular" (ZORZANELLI; BANZATO, 2017, p. 400). A esse respeito, Van Os e Guloksuz (2017) observam que,

for decades, **biological approaches have been tested in an attempt to essentially 'reverse-engineer' the hypothesized disease entity**, using the classical case–control comparison. However, despite many claims of success [...], biological findings in psychiatry, whilst fascinating, are fuzzy and unreliable (VAN OS; GULOXSUZ, 2017, p. 229, grifo meu).

Ou seja, a partir de um quadro teórico-epistemológico não declarado – e, muitas vezes, nem mesmo conscientizado – estabelece-se uma categoria nosológica que se acredita fundamentada numa suposta "observação pura". E, a princípio, esse procedimento classificatório que se pretende estritamente empírico é tido como suficiente para legitimar as classificações/categorias daí resultantes. No entanto, com a ascensão da Psiquiatria biológica, passa-se a tentar encontrar e a de certo modo exigir evidências biológicas dos transtornos psiquiátricos.

Tais evidências seriam obtidas por meio dos métodos das ciências naturais e funcionariam como condição de legitimação e de validação das categorias já instituídas com base na "observação pura". Até o momento, contudo, não foram identificadas possíveis causas ou provas biológicas do "sintoma" TPF/fala desorganizada (RIVKIN; BARTA, 2017) e Berrios (1996) chega a afirmar que dificilmente essa prova será encontrada por ser improvável que o TPF seja "localizável no cérebro".

Percebemos, então, que busca-se sustentar a ideia de que o "sintoma" aqui em questão diz respeito à realidade "nua e crua", pura, isenta de interpretações. Para isso, são deixados de lado termos considerados abstratos, como "pensamento". No entanto, como já assinalou Berrios (1996), a "fala desorganizada" é um construto assim como o "transtorno do pensamento formal".

Uma evidência de que a expressão "fala desorganizada" não é exatamente mais transparente ou mais descritiva ou mais empírica do que a expressão "transtorno do pensamento formal" é a necessidade que os próprios redatores sentiram de explicar detalhadamente o que seria uma "fala desorganizada", explicitando que categorias de fenômenos de fala podem ser enquadrados sob essa designação e explicando em que consiste cada categoria. Isto é, foi necessário (re)construir o "sintoma".

Além disso, é importante lembrar que essa decisão de não mais operar com o conceito de pensamento, conceito este provavelmente considerado pouco empírico e abstrato, é uma iniciativa alinhada com a (re)emergência de uma abordagem biologizante e fisicalista em Psiquiatria que se pretende isenta de discussões mais "filosóficas" e "teóricas".

Com essa ascensão do chamado neokraepelinianismo, o TPF, por um lado, passa a ser "pesquisado" como um transtorno cerebral/neurológico, o que é algo que faz sentido dentro desse "novo" paradigma. Por outro lado, o TPF passa a ser desvincilhado da esquizofrenia e tido como possível manifestação de outros transtornos do espectro da psicose (TEP), de depressão e de mania.

A esse respeito, Nancy Andreasen até realizou, em fins dos anos 1970, uma pesquisa que buscou quantificar a "desorganização" em pacientes diagnosticados com esquizofrenia, com depressão e com mania para avaliar se há diferenças, entre esses grupos, de quantidade e de qualidade de desorganização. E, mais recentemente, alguns autores inclusive têm sugerido que o TPF seja considerado uma

categoria diagnóstica em si, distinta, não necessariamente associada à esquizofrenia ou a outros TEP.

Nessa abordagem biologizante dos transtornos mentais e de suas manifestações, portanto, o "pensamento" é como que substituído pelo "cérebro" e os processos psíquicos, dentre eles a linguagem, passam a ser concebidos como diretamente resultantes, ou mesmo como equivalentes, dos processos estritamente biológicos que têm lugar a nível cerebral.

Além da insuficiência de tal perspectiva para dar conta dos problemas relativos à linguagem e à relação entre pensamento e linguagem, que acaba assim destituída de seu caráter primordialmente histórico-social, Vygotsky (1999 [1926]) já apontou que um dos impactos dessa abordagem é a falência da Psicologia como ciência independente por pensar os problemas psicológicos apenas como problemas neurofisiológicos.

Essa perspectiva é limitada porque ignora que o processo de desenvolvimento da linguagem, assim como o processo de desenvolvimento do pensamento, depende das experiências socioculturais, e não de um suposto "âmbito interno" dado *a priori*, desprovido dos signos socialmente compartilhados e cuja existência seria abstrata e individual. Ignora, portanto, que o pensamento verbalizado não é uma simples continuação do desenvolvimento biológico. Essa forma de pensamento que opera com símbolos representa uma transformação no tipo de desenvolvimento – do biológico para o histórico-social.

Dessa maneira, ignorando particularidades substanciais relativas aos fenômenos linguísticos e à utilização da palavra – especificamente seu caráter sócio-histórico –, aposta-se no potencial investigativo e explicativo dos métodos de pesquisa das ciências naturais para solucionar uma questão que não pode ser apreendida em sua completude e complexidade senão por uma abordagem que, como defende Vygotsky (2001 [1934], p. 149), reconheça e implemente "as teses metodológicas que o materialismo histórico estabelece para todos os fenômenos históricos na sociedade humana".

Entretanto, embora pretendendo se desvencilhar de uma aparência mais "teórica" e, para tal, declarando abandonar a ideia de "pensamento", o que constatamos é que, como destacamos previamente, o próprio estudo de Andreasen (1979) que embasou o DSM-III (APA, 1980) definiu determinados comportamentos linguísticos que configurariam a "fala desorganizada" como sintoma puramente

empírico em termos de "pobreza de pensamento" e incapacidade de seguir uma "cadeia de pensamento". E ainda hoje, no DSM-5 (APA, 2013), continua operando não apenas a ideia de pensamento, mas a utilização deste termo como sinônimo de "fala".

Vimos assim que, até chegar à "fala desorganizada" do DSM-5 (APA, 2013), o construto em questão percorreu um caminho de mais de um século. Diante dessa trajetória, podemos perceber que nem sempre um mesmo nome se refere a um mesmo fenômeno, afinal sob a designação de TPF/fala desorganizada já foram elencados e descritos vários fenômenos distintos.

Com o decorrer do tempo, alguns fenômenos foram sendo incorporados à categoria, expandido a quantidade de possíveis manifestações do transtorno, enquanto outros foram sendo retirados, como foi o caso de "*flight of ideas*", julgado por Nancy Andreasen (1979) como desprovido de confiabilidade, e "*loose associations*", considerado pela mesma autora inválido por estar fundamentado em uma "psicologia associacionista ultrapassada" e por ser usado de forma tão leviana a ponto de ser quase insignificante.

Aqui, vale comentar: supostamente, os fenômenos linguísticos antes designados por "*flight of ideas*" permaneceram como sintomas de TPF, porque Andreasen (1979) alega que os fenômenos aos quais a expressão "*flight of ideas*" fazia referência seriam, a partir de então, abarcados pelos conceitos de "*derailment*" e "*pressure of speech*". Aqui, há duas questões a serem colocadas. Primeiramente, como é possível afirmar que "*derailment*" e "*pressure of speech*" são expressões menos abstratas/teóricas e mais empíricas se são, como a própria autora nomeia, "conceitos" – isto é, abstrações – tanto quanto "*flight of ideas*"?

Em segundo lugar, seria possível argumentar que "*flight of ideas*" não foi "retirado" da categoria, como afirmei, mas apenas substituído por outras expressões tidas como mais apropriadas. No entanto, a própria Andreasen (1979, p. 1317, grifo meu) escreve "*since it is probably impossible to achieve good reliability when clinicians must make judgments on how close relationships are between various ideas, definitions that must turn on this judgment have generally been eliminated*".

Nesse sentido, se as manifestações aludidas pela expressão "*flight of ideas*" reconhecidamente variavam de acordo com a avaliação do clínico – assim como, provavelmente, irão variar as manifestações aludidas por "*derailment*" e "*pressure of speech*", embora a autora aparentemente suponha que não – vale questionar se as

manifestações às quais essas expressões fazem referência são de fato as "mesmas", isto é, se está operando aqui "apenas" uma mudança terminológica.

Ademais, do mesmo modo como um único nome pode fazer referência a vários fenômenos distintos a depender da maneira como este nome é definido, um mesmo fenômeno pode ser designado de diferentes maneiras. Um exemplo desta última situação é que comportamentos linguísticos categorizados por alguns autores como transtorno do pensamento foram categorizados por outros autores como transtorno da linguagem, demência etc. Outro exemplo é a substituição, como vimos, do termo "afemia", proposto por Paul Broca em 1861, pela expressão "afasia", proposta poucos anos depois por Armand Trousseau.

Há ainda uma terceira situação possível com a qual podemos nos defrontar durante o processo de investigação da trajetória de um conceito. Essa situação consiste no seguinte: a partir de duas ou mais perspectivas filosófico-epistemológicas distintas, um mesmo fenômeno observável ser designado pelo mesmo nome, porém ser explicado de maneiras distintas e ser atribuído a mecanismos causais muito diversos. No que concerne ao TPF, já apresentamos as hipóteses causais elaboradas por inúmeros autores – dentre eles, Von Domarus, Babcock, Griesinger, Kraepelin, Bleuler, Hecker, Prichard etc – a fim de fornecer explicações acerca dos mecanismos subjacentes ao transtorno.

Todas essas três situações, portanto, são possíveis e se aplicam ao conceito de TPF. Sendo assim, poderíamos questionar a própria possibilidade de traçar a história do conceito de transtorno do pensamento formal. Talvez a ilusão de possibilidade decorra de certa aparência de continuidade do construto ao longo das décadas. Com efeito, a uniformidade e imutabilidade do construto em si não podem ser senão uma ilusão, uma falsa aparência, porque verificamos que o critério/sintoma "transtorno do pensamento formal"/"fala desorganizada" foi de fato sendo (re)construído.

Berrios, Luque e Villagrán (2003) aludiram a essa ilusão de continuidade de certos construtos psicopatológicos, designando-a como "mito de continuidade" ou "hipótese de continuidade". Esse mito consistiria na pressuposição de que determinado construto psicopatológico sempre existiu e que os pesquisadores e psiquiatras, ao longo dos séculos, teriam se dedicado unicamente a "polir" o construto, livrando-o de suas "impurezas", suas imprecisões, suas incertezas, até que a definição

pudesse ser considerada "as a paragon of a real, recognizable, unitary and stable object of inquiry" (BERRIOS et al., 2003, p. 111).

O mito de continuidade está intimamente articulado com os pressupostos ontológico e epistemológico subjacentes ao TPF. Relembrando quais são e em que consistem esses pressupostos: o pressuposto ontológico consiste na ideia de que o TPF é uma entidade real, dada pela natureza, que reúne um conjunto de comportamentos específicos; já o pressuposto epistemológico consiste na ideia de os conhecimentos sobre tal entidade independem de quaisquer quadros teóricos, isto é, de quaisquer referenciais teóricos de produção de conhecimento sobre a "entidade real".

Ou seja, com base nesse conjunto de pressupostos, assume-se que o TPF e os comportamentos linguísticos específicos que o constituiriam podem e devem ser desvelados, descobertos, ser conhecidos em "sua realidade". E, dessa maneira, a história do conceito seria a história de seu "polimento", de seu aprimoramento, do refinamento dos conhecimentos acerca de um fenômeno que foi sendo progressivamente melhor identificado e percebido com maior clareza, de modo que, segundo essa lógica,

*"latest means truest". The continuity myth is a powerful way of converting a construct [...] into a [real, recognizable, unitary and stable object of inquiry]. Its power and plausibility results from the fact that **during each historical period fashionable 'standards of evidence' and 'truth' are 'meshed' into the ongoing definition of [the clinical category].** [...] The fallacious reasoning that leads to the continuity myth issues from this linkage: 'evidence' for the validity of any earlier definitions always falls short of the standards of the present and hence historians oblige by constructing a progressive line of definitions putatively to get ever closer to the final truth (BERRIOS et al., 2003, p. 113-114, grifo meu).*

Demonstrando assim a força do mito de continuidade e as estratégias por meio das quais ele opera, os autores contribuem para a evidência justamente da descontinuidade do construto. A partir disso, é válido indagar se é de fato realizável o objetivo de traçar sua história, como se o construto tivesse sido apenas "um" ao longo dos séculos, isto é, como se nos fosse permitido falar em "o construto".

A resposta a esse questionamento pode ser diferente a depender de que fatores estão sendo levados em consideração. Por um lado, pode-se afirmar que não é possível, afinal há argumentos que sustentam essa posição e aqui mesmo, neste trabalho, já apresentamos alguns deles. Por outro lado, a resposta à questão acima colocada pode ser positiva sob a condição de nos atentarmos a uma "permanência"

fundamental, isto é, a uma continuidade no interior da descontinuidade, a saber: a concepção acerca da relação entre pensamento e linguagem subjacente à ideia de transtorno do pensamento [formal].

Em outras palavras, é possível advogar pela legitimidade de uma "trajetória do construto" quando entendemos que, apesar de todas as mudanças transcorridas em torno do sintoma/critério "transtorno do pensamento formal"/"fala desorganizada", persistiu seu pressuposto alicerçante segundo o qual a fala externaliza um pensamento tal qual ele se dá "internamente", isto é, segundo o qual a fala é a manifestação externa/linguística do pensamento e a ele corresponde como um reflexo.

É por esse motivo que Berrios (1996) enfatizou, portanto, que a hipótese mais importante subjacente ao construto do TPF diz respeito à relação entre pensamento e linguagem. Tal hipótese, ao preconizar que esses dois processos são interdependentes e inseparáveis em seu desenvolvimento, foi inclusive determinante para que transtornos da linguagem e transtornos do pensamento fossem tratados como se fossem "a mesma coisa".

Para realizar, então, conforme nos propusemos, um contraponto crítico a essa "tradição epistemológica", nos apropriamos da teoria do psicólogo soviético Lev Vygotsky acerca do problema da relação entre pensamento e linguagem. A fim de melhor elucidar esse problema de pesquisa, descrito pelo autor como um dos mais difíceis da psicologia experimental, Vygotsky recusa os métodos elementaristas das abordagens ditas científico-naturais, assim como recusa os métodos mentalistas das abordagens idealistas, julgando mais apropriado lançar mão de um método de investigação pautado nas premissas do materialismo histórico-dialético.

Essa escolha é justificada com o argumento de que, para esclarecer adequadamente o problema da relação entre pensamento e linguagem, seria imprescindível uma "Psicologia historicamente fundamentada", isto é, uma abordagem psicológica que buscasse compreender as funções psicológicas em seu processo de desenvolvimento – e, portanto, em seu processo de mudança –, já levando em consideração, desde o princípio da investigação, o "ponto de chegada" ao qual esse desenvolvimento se dirige, a "forma final" do processo.

Desse modo, ao levar em conta a historicidade das funções psicológicas, a Psicologia seria capaz de começar a entender por que meios "os processos naturais, como a maturação física, e os mecanismos sensoriais se entrelaçam aos processos

culturalmente determinados" (LURIA, 1988, p. 26). Aqui fica claro que a abordagem vygotskiana não prevê a "supremacia" do social sobre o biológico. Sua proposta metodológica, na verdade, busca superar essa oposição entre biológico/natural e social/cultural.

Nesse sentido, sua visão é bastante alinhada com o que Jurandir Freire Costa chamou de "um dos processos mais surpreendentes e promissores das últimas décadas no cenário intelectual" (BEZERRA JR.; COSTA, 2014, p. 1031) e que consiste exatamente no progressivo desmoronamento da ideia de que "biológico" e "social" são dimensões antagônicas. E é nessas bases que Vygotsky funda, juntamente com seus colaboradores e parceiros de pesquisa, a corrente psicológica que ficou conhecida como Psicologia Histórico-Cultural.

De acordo com a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, para dar conta do problema da relação entre pensamento e linguagem, o pesquisador deveria tomar o materialismo histórico-dialético não apenas como princípio teórico-epistemológico, mas sobretudo como recurso metodológico, como ferramenta de análise. E assim fez Vygotsky.

Como primeira etapa dessa empreitada, Vygotsky se dedicou a analisar as principais teorias vigentes sobre a questão, avaliando o "estado da arte", para só depois apresentar os resultados de suas próprias pesquisas e tecer considerações a respeito deles, mostrando como tais resultados funcionavam como contra-argumentos a determinadas ideias acerca do desenvolvimento do pensamento, da linguagem e da relação entre essas esferas. Assim, os resultados das pesquisas do autor poderiam servir, como de fato serviram, à elaboração de uma teoria sobre a relação pensamento-linguagem que se contrapusesse às principais teorias então em voga.

Num segundo momento da obra *A construção do pensamento e da linguagem* (VYGOTSKY, 2001 [1934]), o autor trata do desenvolvimento do pensamento e da linguagem nos planos filogenético e ontogenético. Nessa seção, Vygotsky reúne uma série de dados produzidos e disponibilizados por pesquisadores de diversos campos, dentre eles psicologia animal, e se esforça para organizá-los e apresentá-los de modo a ajudar o leitor a perceber como teorizações sobre a relação pensamento-linguagem podem estar pautadas em concepções equivocadas acerca das raízes genéticas do pensamento e da linguagem – e estarem, portanto, igualmente equivocadas.

Durante a leitura e análise crítica das principais obras que tratavam da relação entre pensamento e linguagem, Vygotsky identifica uma série de inconsistências,

lacunas e falhas metodológicas, que nos apresenta de maneira bastante explicada e pormenorizada na obra *A construção do pensamento e da linguagem* (VYGOTSKY, 2001 [1934]). Contudo, sem dúvida, a teoria sobre a qual o autor se debruça com mais afinco é a de Jean Piaget.

A leitura vygotkiana da teoria piagetiana, como já demonstramos, é fundamental para melhor compreendermos o posicionamento de Vygotsky – e, com ele, da Psicologia Histórico-Cultural – acerca das "origens" do pensamento e da linguagem, justamente porque o diálogo entre Vygotsky e Piaget trata do desenvolvimento das diferentes modalidades de linguagem, especialmente da "linguagem interior", de sua origem, de sua função, de suas características etc.

Para Piaget, que opera justamente com o antagonismo biológico-social, a linguagem interior é uma linguagem "individual" e que revelaria a primazia do biológico sobre o social na tenra infância. Ou seja, para Piaget, a linguagem interior precede todas as outras modalidades de linguagem e é progressivamente substituída pela "linguagem social".

Vygotsky (2001) recusa a expressão "linguagem social", que Piaget usa como sinônima de "linguagem exterior", afinal considera que toda forma de linguagem é primordialmente social. Além disso, rejeita também a ideia piagetiana segundo a qual a linguagem interior e a linguagem exterior teriam origens distintas – isto é, rejeita a ideia de que a linguagem interior seria dada biologicamente enquanto a linguagem exterior seria dada socialmente. Para Vygotsky, a linguagem interior surge a partir da internalização da linguagem exterior/social, o que significa que, nesse modelo, a linguagem exterior antecede a linguagem interior.

E, assim, Vygotsky refuta duas premissas que identifica como essenciais à teoria piagetiana: (i) a oposição entre biológico e social como duas forças hostis entre si – que, em Piaget, subjaz a oposição entre pensamento/linguagem individual e pensamento/linguagem social; e (ii) a ideia de que o individual precede o social, sendo que o social só passaria a prevalecer pela via de uma imposição de "fora para dentro".

Ainda no que diz respeito ao desenvolvimento da linguagem e do pensamento, Vygotsky nos mostra, no segundo momento de sua obra, como uma análise genética do problema da relação entre essas duas funções psicológicas revela que pensamento e linguagem possuem raízes genéticas e vias de desenvolvimento distintas. No entanto, nos seres humanos, essas duas vias de desenvolvimento, a princípio desconectadas, se cruzam em determinado momento. E o cruzamento das

curvas da evolução do pensamento e da fala é, segundo Vygotsky (2001 [1934], p. 130), a descoberta mais importante sobre o desenvolvimento do pensamento e da fala.

A partir desse momento de convergência, o pensamento se torna verbal e a fala se torna intelectual. Mas isso não significa, como vimos, que a partir daí fala e pensamento se tornam processos reflexos ou "uma coisa só". Com efeito, o cruzamento dessas duas curvas no seu processo de desenvolvimento coloca novas questões, questões que giram em torno da própria relação entre pensamento e linguagem e cujas respostas só podem ser formuladas sob a condição de reconhecermos "a importância decisiva e exclusiva dos processos de linguagem interior para o desenvolvimento do pensamento" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 133).

A linguagem interior, conforme o esquema proposto por Vygotsky que apresentamos na primeira seção do quarto capítulo deste trabalho, surge pela interiorização e individualização da linguagem exterior e se consolida no último estágio do desenvolvimento da linguagem, chamado por Vygotsky de estágio de "crescimento para dentro". Dessa maneira, a linguagem interior não é dada *a priori* e tampouco surge "do nada" ou de forma repentina, mas se desenvolve por meio do acúmulo gradual de transformações estruturais e funcionais que a distinguem da linguagem exterior.

É importante salientar que, ao contrário do que possa parecer, linguagem interior não é sinônimo de pensamento, embora a teoria vygotkiana estabeleça que as estruturas linguísticas paulatinamente assimiladas pela pessoa se tornam também suas estruturas básicas de pensamento. Se linguagem interior e pensamento se equivalessem, não poderíamos falar em "relação" entre pensamento e linguagem, afinal o pensamento seria apenas uma modalidade de linguagem, o que não é o caso.

Com efeito, existem formas de pensamento não verbais, isto é, não linguísticas, como o pensamento instrumental dos chimpanzés. Sendo assim, se pensamento e linguagem constituem dois âmbitos distintos, onde situar a relação entre eles? Onde está a interseção, a sobreposição entre essas duas esferas? No pensamento verbalizado, afirma Vygotsky.

De acordo com o autor, o pensamento verbalizado representa uma transposição do desenvolvimento biológico para o desenvolvimento histórico-social, porque a relação entre pensamento e palavra só pode se consolidar "no processo do desenvolvimento histórico da consciência humana, [...] [consistindo num produto e não

em] uma premissa da formação do homem" (Vygotsky, 2001 [1934], p. 395). Isso significa que a relação entre pensamento e palavra não pode ser entendida como um vínculo primário e mecânico entre dois elementos autônomos, mas necessariamente como um vínculo interno que se desenvolve, que se transforma, e cuja unidade é o significado/conceito.

"Unidade" no sentido de produto de análise indecomponível que comporta as propriedades do todo – isto é, do pensamento verbalizado, do pensamento e da palavra. Isso porque o significado é uma dimensão necessária da palavra, imprescindível para que a palavra seja palavra e não apenas som vazio; e, ao mesmo tempo, o significado/conceito é um ato de pensamento, no sentido de que é uma abstração, uma generalização, e não a "coisa em si" à qual faz referência.

Por identificar no significado a unidade de análise da relação entre pensamento e linguagem, o psicólogo russo se empenha intensamente no estudo do processo de formação dos conceitos, de desenvolvimento da habilidade mesma de conceituar, de generalizar. E, no decorrer das pesquisas a respeito do tema, Vygotsky faz uma descoberta que considera seu principal achado: ele constata que os significados das palavras se modificam ao longo de sua constituição, ou seja, têm uma história marcada por uma série de transformações.

Sendo o significado da palavra o plano em que palavra e pensamento se encontram, a descoberta de sua mutabilidade significa a descoberta da mutabilidade das relações entre pensamento e palavra. Portanto, a descoberta da mutabilidade dos significados/conceitos e do caráter cambiante da relação pensamento-linguagem tem uma implicação fundamental no campo das investigações acerca do pensamento e da linguagem, que consiste na superação da ideia de que o significado da palavra é constante. Esse pressuposto da imutabilidade do significado da palavra – ou seja, o pressuposto da constância da relação pensamento-linguagem – servira de base a todas as teorias anteriormente elaboradas sobre pensamento e linguagem. Isso significava, então, que, caindo por terra o pressuposto, caíam por terra igualmente as teorias sobre ele erigidas.

Nessas teorias fundamentadas sobre a premissa da imutabilidade da relação pensamento-palavra, predominava uma perspectiva associacionista segundo a qual significado e palavra se relacionariam por meio de um vínculo mecânico e puramente associativo. Daí, por exemplo, a compreensão da linguagem seria possível graças à evocação de uma cadeia de associações a partir das imagens semióticas das

palavras. Segundo essa premissa, portanto, o funcionamento do pensamento verbal se daria como movimento linear, uniforme e contínuo.

No entanto, essa suposta uniformidade e continuidade não foi verificada pelas pesquisas de Vygotsky e de seus colaboradores. E, mesmo antes deles, outros pesquisadores, notadamente os teóricos da psicologia estrutural e da escola de Wurzburg, já haviam criticado a perspectiva associacionista por suas inconsistências. Entretanto, a percepção dessa insuficiência não levou à anulação da influência do que Vygotsky chamou de "concepção associativa da natureza da palavra e do significado" sobre as teorias formuladas pelas próprias escolas críticas à abordagem associacionista. Ou seja, os princípios reconhecidamente falhos e lacunares do associacionismo permaneceram alicerçando teorias a respeito da relação entre pensamento e linguagem.

De mãos dadas com os princípios associacionistas, havia o problema do "profundo anti-historicismo" nas teorias acerca da relação pensamento-linguagem, que permaneceram desprezando o caráter histórico dessa relação, isto é, ignorando a natureza mutável do significado. Por isso Vygotsky afirma que, para dar conta do problema da relação entre pensamento e linguagem em toda sua complexidade, é necessário reconhecer o dinamismo dos processos de generalização, de representação da realidade na consciência. Daí sua defesa, como já mencionamos, de uma abordagem histórica, dedicada a compreender o próprio processo de desenvolvimento do objeto em questão.

Então, em razão de ter constatado o papel imprescindível da palavra para o desenvolvimento dos conceitos e de ter reconhecido a importância de investigar o processo de desenvolvimento das funções psicológicas a fim de compreender seu percurso em direção à sua "forma final", Vygotsky decide investir parte de seus esforços de pesquisa no estudo da história do emprego funcional da palavra.

O autor nota que, no processo de desenvolvimento da habilidade de formar conceitos, a palavra desempenha uma função mediadora que, por sua vez, vai se modificando. Ou seja, a palavra vai sendo aplicada de formas diversas até seu "amadurecimento", que consiste no desenvolvimento de seu aspecto semântico, de sua função significativa, de fato conceitual, que permite o exercício do pensamento enquanto atividade autônoma.

Após apresentar as conclusões a que chegou no curso de suas pesquisas sobre a história do emprego funcional e do amadurecimento semântico da palavra e

de, paralelamente, tecer suas considerações acerca do desenvolvimento da relação entre pensamento e palavra, Vygotsky parte para uma análise funcional dessa relação. O objetivo dessa análise funcional é entender como os significados "funcionam" no curso vivo do pensamento verbal.

É exatamente nesse momento de sua obra que nos deparamos com uma de suas principais teses acerca da relação pensamento-linguagem, a saber: o pensamento não é "expresso" pela palavra. Segundo essa tese, a palavra não reflete o pensamento, porque a relação pensamento-palavra é um processo, um movimento do pensamento à palavra e da palavra ao pensamento.

Tanto palavra e pensamento não se refletem especularmente que eventualmente, conforme Vygotsky observa, nos depararmos com a sensação de dificuldade para verbalizar certos pensamentos, certas ideias que, ainda que pareçam muito claras e evidentes "dentro de nossa cabeça", só a muito custo conseguimos "transformar" em linguagem externa e comunicar. É possível, inclusive, que o caminho do pensamento à palavra não seja transposto.

Tal situação bastante familiar é um exemplo que evidencia que as unidades do discurso e as unidades do pensamento não coincidem. Com efeito, "o pensamento tem a sua estrutura específica e o seu fluxo, e [por isso] a passagem deste para a estrutura e para o fluxo da linguagem representa grandes dificuldades" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 476).

Uma consequência, portanto, da não-equivalência entre as estruturas do pensamento e da linguagem é que o pensamento deve ser reestruturado no caminho até sua enunciação e vice-versa, de modo que o trajeto do pensamento à palavra não é automático; ao contrário, é uma transformação de fato, uma transição. Para que esse movimento entre os planos "interior" e "exterior" seja possível e se concretize, é fundamental o papel desempenhado pela linguagem interior, conforme já explicamos.

Oriunda do processo de individualização e de interiorização da linguagem social/exterior, ao qual corresponde um processo de especificação de função, a linguagem interior consiste em uma modalidade de linguagem específica, estrutural e funcionalmente distinta, que "medeia a relação dinâmica entre pensamento e palavra" (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 473), constituindo uma etapa fundamental do percurso do pensamento em direção à palavra e vice-versa.

A linguagem interior, porém, não se confunde com nenhum desses "pólos", e é por isso que, para ser enunciada de maneira compreensível a um interlocutor, deve

ela própria ser "traduzida" em linguagem exterior, tanto sintática quanto semanticamente, afinal a linguagem interior, se pudesse ser gravada tal qual acontece, seria incompreensível. Para chegar a essa tese baseando-se em dados factuais, e não apenas em suposições infundadas e teorias especulativas, o autor analisou uma série de dados produzidos a partir das pesquisas experimentais que realizou com seus colaboradores e cujo objetivo era apreender as características da linguagem interior.

Cientes dos desafios ao estudo da linguagem interior – como visualizar e registrar um fenômeno "interior"? –, os pesquisadores centraram suas observações na chamada linguagem egocêntrica e nas modificações pelas quais passa essa modalidade de linguagem até sua "desaparição" – que, como vimos, não é realmente desaparecimento, e sim completa interiorização. Foi então com esse argumento que os pesquisadores justificaram sua estratégia metodológica: a linguagem egocêntrica constitui um estágio anterior ao surgimento da linguagem interior e, no seu processo de interiorização, já expressa de forma progressivamente acentuada as características da linguagem interior.

Desse modo, Vygotsky e colaboradores capturaram o próprio processo de transformação da linguagem egocêntrica em linguagem interior, identificando suas principais tendências e daí deduzindo as características da linguagem interior. Uma dessas tendências é, digamos assim, a "compactação semântica", isto é, a capacidade de aludir a um conjunto amplo de reflexões e de pensamentos complexos com apenas um nome. Tal traço característico da linguagem interior constitui um dos fatores dificultadores da tarefa de traduzir semanticamente a linguagem interior em linguagem exterior, porque torna necessário desdobrar uma fusão de sentidos em uma sequência de palavras articuladas entre si segundo a lógica da linguagem exterior.

Daí Vygotsky (2001 [1934], p. 474) afirmar que "[a] passagem da linguagem interior para a exterior é uma complexa transformação dinâmica – uma transformação da linguagem predicativa e idiomática em uma linguagem sintaticamente decomposta e compreensível para todos". Da mesma maneira, a passagem do pensamento à linguagem exterior, passagem essa que encontra na linguagem interior uma de suas etapas, é um processo que requer, da parte do falante, a capacidade de recriar o pensamento verbalmente, transformando-o em palavras. Inversamente, a compreensão requer, da parte do interlocutor, a capacidade de assimilar as palavras

enunciadas, os signos externos, mediante sua transformação em significados e em pensamento.

Nesse esquema, a linguagem exterior, situada numa extremidade, é formada por unidades isoladas que se apresentam sucessivamente, enquanto o plano do pensamento, situado na outra extremidade, é formado por um caminho "de fora pra dentro", pela "evaporação da linguagem", de modo que o pensamento se apresenta integralmente como uma simultaneidade. E a linguagem interior é exatamente aquele plano dinâmico situado entre as duas extremidades. Por isso Vygotsky (2001 [1934], p. 479) salienta que "o pensamento nunca é exatamente igual ao significado direto das palavras" e que a comunicação entre duas consciências é necessariamente mediada – sendo externamente mediada por signos e internamente mediada pelos significados.

Mas o que vem "antes" do pensamento e o produz? O que faz surgir o pensamento? Vygotsky já argumentou que as formas/estruturas linguísticas são aprendidas e internalizadas no decorrer do processo de socialização, estando suficientemente claras suas raízes sociais, e que tais estruturas linguísticas socialmente partilhadas vêm a se tornar também as estruturas de pensamento. No entanto, de onde vem propriamente o pensamento? Não vem do nada nem de outro pensamento, como um movimento auto(rre)produzido. O pensamento, segundo a teoria vygotskiana, encontra suas causas nas tendências afetivo-volitivas, nos interesses, nas necessidades da pessoa, o que significa que, em última instância, a motivação que provoca o pensamento também é socialmente enraizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da síntese que realizamos, ao longo deste trabalho de pesquisa, das considerações e debates amplamente elaborados por Vygotsky e por outros teóricos filiados a abordagem psicológica conhecida como Psicologia Histórico-Cultural acerca do problema da relação entre pensamento e linguagem, somos capazes de questionar, de maneira mais refletida, mais sólida e melhor fundamentada, algumas concepções tradicionais acerca da relação pensamento-linguagem que historicamente serviram – e ainda servem – como alicerce para determinados construtos psicopatológicos, dentre eles o transtorno do pensamento formal.

Dessa maneira, a abordagem histórico-cultural nos fornece um arsenal teórico crítico que possibilita o questionamento de um ponto de vista que, embora repleto de inconsistências, é hegemônico. Ademais, essa abordagem nos traz um contraponto consistente à perspectiva predominante ao formular uma teoria da relação pensamento-linguagem pautada em princípios teórico-metodológicos muito particulares, a saber: os princípios do materialismo histórico-dialético. Ou seja, para além de fazer a crítica das teorias prévias acerca da relação entre pensamento e linguagem, apontando suas lacunas, a perspectiva que aqui adotamos e apresentamos é dotada de um caráter propositivo.

Em seu encaminhamento do problema da relação pensamento-linguagem, a Psicologia Histórico-Cultural refuta, conforme já expusemos, certas hipóteses a respeito dessa relação que operam como princípios estruturantes de construtos psicopatológicos, notadamente o TPF. Como sabemos, existem pressupostos filosófico-epistemológicos subjacentes a todo e qualquer construto em psicopatologia, e tais pressupostos atuam não apenas conferindo legitimidade e validade aos construtos, mas também e sobretudo possibilitando sua própria existência.

Dentre os pressupostos alicerçantes do TPF que demonstramos e que podem ser questionados e subvertidos a partir da crítica da Psicologia Histórico-Cultural, podemos mencionar, por exemplo, a ideia de equivalência entre pensamento e linguagem. De acordo com essa ideia, a fala/linguagem reflete o pensamento tal qual ele se dá, como se a enunciação fosse um fenômeno resultante da "saída" do pensamento pela via da simples vocalização.

Ainda segundo essa perspectiva, a relação pensamento-linguagem só pode existir como um movimento unidirecional, do pensamento em direção à linguagem, de "dentro para fora". Embora a partir da segunda metade do século XX o "pensamento" tenha sido substituído pelo "cérebro", persistiu a ideia de que a fala é a manifestação externa e mais ou menos reflexa de um suposto âmbito interno. Ou seja, parte-se da ideia de que existe esse "âmbito interno" e de que este precede a fala.

Além disso, a substituição do "pensamento" por "cérebro" está inserida num movimento de ascensão das tendências biologizantes em Psiquiatria e traz consigo a crença na possibilidade de estudar e compreender os fenômenos enunciativos, linguísticos, a partir dos métodos das ciências naturais. A superação dessa ideia, contudo, assim como das outras ideias que acabamos de mencionar, é possível a partir das contribuições realizadas pelos pesquisadores da Psicologia Histórico-Cultural. E, mesmo antes deles, estudiosos de outros campos, como Köhler e Yerkes, apresentaram resultados de pesquisas que já possibilitavam, ainda que parcialmente, a desconstrução de algumas dessas noções.

De forma sintética, portanto, as teses da Psicologia Histórico-Cultural acerca da relação pensamento linguagem podem ser assim colocadas: .

1. A linguagem interior surge a partir da internalização da linguagem exterior, que é coletiva, socialmente compartilhada. Ou seja, não há um "âmbito interno/individual" biologicamente determinado precedente ao "âmbito externo".
2. Biológico e social não são forças opostas que se antagonizam no processo de desenvolvimento do ser humano.
3. O processo de interiorização da linguagem é gradual e acompanhado de transformações estruturais e funcionais, o que significa que a estrutura da linguagem interior é diferente da estrutura da linguagem exterior.
4. Linguagem interior não é sinônimo de pensamento, embora sirva aos objetivos do pensamento. Porém, assim como a linguagem interior, o pensamento não tem existência a priori, não se forma a partir do nada, não se autoconjura. Por trás dos pensamentos, há necessidades, interesses e afetos.
5. Pensamento e linguagem têm raízes genéticas distintas e vias de desenvolvimento igualmente distintas e independentes, sendo que essas duas vias de desenvolvimento se cruzam.
6. A fusão de pensamento e linguagem é uma manifestação parcial que se aplica unicamente ao campo do pensamento verbalizado.

7. O pensamento verbalizado só existe em função de sua composição semiótica e não é inato; é, na verdade, um fenômeno de caráter histórico-social, já que o desenvolvimento do pensamento e da linguagem depende das experiências socioculturais.
8. Mesmo após o momento de cruzamento entre as linhas de desenvolvimento do pensamento e da linguagem, a relação entre pensamento e linguagem não é constante, e sim variável, mutável, modificando-se ao longo do desenvolvimento tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Isso significa que esses processos se desenvolvem de forma não paralela e se relacionam de forma não mecânica.
9. As transformações na relação entre pensamento e palavra correspondem a transformações na estrutura de generalização/significação, isto é, na maneira como a realidade é representada na palavra.
10. Essas mudanças na relação pensamento-linguagem ocorrem em função de experiências reais, sociohistóricas, e por isso devem ser estudadas com base em um método que leve em consideração seu caráter sociohistórico.
11. As unidades de discurso e as unidades de pensamento não coincidem, não mantêm entre si uma relação de identidade. O plano do pensamento, ao contrário do plano da linguagem, não é constituído por unidades isoladas que se apresentam sucessivamente. O pensamento se apresenta como uma simultaneidade.
12. Por isso, as operações no plano da linguagem não refletem de forma secundária, tal qual uma imagem no espelho, as operações no plano do pensamento.
13. A relação entre essas duas esferas não acontece como um movimento unidirecional do pensamento em direção à palavra. A relação entre o pensamento e a palavra é um movimento bidirecional: do pensamento à palavra e da palavra ao pensamento.
14. O significado é a unidade da relação pensamento-linguagem e o mediador desse movimento bidirecional pensamento-palavra.
15. Nem sempre o caminho do pensamento à linguagem é transposto, e vice-versa.

As teses acima elencadas foram elaboradas com base em pesquisas experimentais orientadas por um método considerado pelos pesquisadores como o mais adequado à avaliação e à compreensão das funções psicológicas ditas superiores, que são aquelas cujo desenvolvimento depende de uma inserção sócio-histórica, como a linguagem. Essa perspectiva nega a "individualidade" comumente

atribuída ao fenômeno linguístico pelas concepções hegemônicas da relação pensamento-linguagem e supera a oposição biológico-social característica tanto das abordagens idealistas quanto naturalistas.

O reconhecimento do caráter social da linguagem é uma posição mais coerente e alinhada com os resultados das pesquisas que constataam a determinação social dos transtornos mentais, particularmente da esquizofrenia e seus "sintomas" (LIN & KLEINMAN, 1988; KALRA et al., 2012), dentre eles o TPF. E é também mais alinhada com a crítica à concepção estritamente biologizante de transtorno mental. Entretanto, apesar de fornecer um contraponto à perspectiva biológica restrita ao falar em passagem do desenvolvimento biológico para o histórico-social, Vygotsky não pretende negar a existência da dimensão biológica, mas sim afirmar que o fazer humano, que o que há de "especificamente humano no ser humano", não pode ser compreendido como mera determinação biológica.

É importante ressaltar, contudo, que a teoria acerca da relação pensamento-linguagem formulada pelos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, com seu reconhecimento do caráter intrinsecamente social da linguagem, não se limita a corroborar a ideia de que os transtornos mentais e seus "sintomas", tal como enumerados e descritos pelos manuais, existem e que são socialmente produzidos. Essa teoria vai mais além, trazendo elementos que nos levam a perceber com clareza o caráter de construto dos transtornos mentais, particularmente do TPF, visto que apresenta uma visão da relação pensamento-linguagem bastante distinta daquela com base na qual esse construto foi concebido.

Nesse sentido, vale indagar qual teria sido a trajetória da própria categoria "esquizofrenia" se o status de realidade do TPF tivesse sido questionado quando este ainda era tido como a característica mais importante da esquizofrenia. Embora atualmente o TPF/"fala desorganizada" não seja mais considerado sua principal manifestação, é bom lembrar que a esquizofrenia é um construto psicopatológico que historicamente se constituiu e se consolidou tendo o TPF como principal sintoma.

No que diz respeito às possíveis formas como os questionamentos aqui trazidos impactam especificamente sobre o construto de TPF, podemos formular algumas reflexões: considerando que as teses da Psicologia Histórico-Cultural não só se contrapõem, mas desmontam mesmo, desconstruem as teorias tradicionais acerca da relação pensamento-linguagem que fundamentam o TPF, poderíamos inclusive afirmar que essa perspectiva invalida o TPF.

No entanto, caso seja adotada uma posição mais conservadora, assumindo-se que existe, sim, esse transtorno caracterizado por "desorganização da fala", como as teses da Psicologia Histórico-Cultural podem ajudar a supor causas, a aventar hipóteses explicativas, para tal desorganização? A partir do arcabouço da Psicologia Histórico-Cultural, é possível supor, por exemplo, que o problema reside na dificuldade em transpor qualquer um dos momentos de "tradução", de transformação da ideia em fala, de decomposição e reestruturação do pensamento sob a forma de unidades de linguagem exterior. Ou, visto que a relação pensamento-linguagem é um movimento bidirecional, funcionando numa dinâmica de co-construção, pode-se supor igualmente que o problema esteja no "sentido inverso".

Percebemos, assim, que só a produção de conhecimentos e a elaboração de teorias pautadas em perspectivas diversas permite a formulação de questionamentos e, com eles, a constituição e o enriquecimento de debates. Especificamente no caso de que tratamos ao longo deste trabalho – o problema da relação entre pensamento e linguagem –, o debate é importante, dentre outros motivos, porque traz à tona argumentos que colocam em xeque a própria legitimidade de um construto psicopatológico, o transtorno do pensamento formal.

No entanto, para que o debate seja de fato instituído, é necessário que haja espaço para as diferentes abordagens do problema, que as variadas ideias em disputa possam ser conhecidas e difundidas, isto é, que haja abertura para contrapontos. Por isso, trouxemos aqui a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural acerca do problema da relação entre pensamento e linguagem. Esperamos, dessa maneira, contribuir para o estabelecimento e o aprimoramento do debate psicopatológico em torno desse tema.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Marcela Peralva; ORTEGA, Francisco Javier Guerrero. *Psiquiatria Biológica e Psicofarmacologia: a formação de uma rede tecnocientífica*. In: *Physis*, v. 27, n. 4, p. 889-910, dezembro de 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-3312017000400003>.
- ADEPOLE, A. et al. Cultural contexts and constructions of recovery. In: RUDNICK, A. (Ed.). *Recovery of people with mental illness: philosophical and related perspectives*. New York: Oxford University Press, 2012.
- ALARCÓN G, R.; D.; FREEMAN, A. M. Rutas ontológicas de la nosología psiquiátrica: ¿Cómo se llegó al DSM-5? In: *Rev Neuropsiquiatr*, Lima, v. 78, n. 1, janeiro de 2015.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5)*. American Psychiatric Association: Washington D.C., 2013.
- _____. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-I)*. American Psychiatric Association: Washington D.C., 1952.
- _____. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-II)*. American Psychiatric Association: Washington D.C., 1968.
- _____. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-III)*. American Psychiatric Association: Washington D.C., 1980.
- _____. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-IV)*. American Psychiatric Association, Washington D.C., 1994.
- ANDREASEN, Nancy C. Scale for the Assessment of Thought, Language, and Communication (TLC). *Schizophr Bull.* (1985) 12:473–82.
- _____. Thought, language, and communication disorders. I. Clinical assessment, definition of terms, and evaluation of their reliability. In: *Arch Gen Psychiatry* (1979), volume 36, p.1315–1321.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BANDINELLI, Pier Luca et al. Logic and Context in Schizophrenia. In: Minati, Gianfranco, Pessa, Eliano, Abram, Mario (Eds.). *Systemics of Emergence Research and Development*. Springer, New York, NY, 2006.
- BARRERA, Álvaro; BERRIOS, Germán E. Investigación del Trastorno Formal del Pensamiento en la esquizofrenia: una mirada crítica. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, número 79, 2001, p.17-33. ISSN 2340-2733.
- BARROS J. P. P.; PAULA, L. R. C. de; PASCUAL, J. G.; COLAÇO, V. de F. R.; XIMENES, V. M. O conceito de “sentido” em Vygotsky. In: *Psicologia & Sociedade*, 21 (2): p. 174-181, 2009.

BEISER, Frederick. The Enlightenment and idealism. In: AMERIKS, Karl. The Cambridge companion to German idealism. Cambridge: C.U.P., 2000.

BERCHERIE, Paul. Histoire et structure du savoir psychiatrique: les fondements de la clinique 1. Paris: L'Harmattan, 2004.

BERRIOS, German. The History of Mental Symptoms – Descriptive Psychopathology Since the Nineteenth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. Descriptive psychopathology: conceptual and historical aspects. In: Psychological Medicine, volume 14, número 2, p. 303-313, abril de 1984. DOI: 10.1017/s0033291700003573

BERRIOS, G. E. HAUSER, R. O desenvolvimento inicial das ideias de Kraepelin sobre classificação: uma história conceitual. In: Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, 16(1), p. 126-146, março de 2013. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rlpf/v16n1/10.pdf. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0033291700009740>

BERRIOS, German E.; LUQUE, Rogelio; VILLAGRÁN, José M. Schizophrenia: a conceptual history. In: International Journal of Psychology and Psychological Therapy, volume 3, número 2, dezembro de 2003, p. 111-140.

BEZERRA JR, Benilton; COSTA, Jurandir Freire. Entrevista: Jurandir Freire Costa. Physis, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1023-1033, dezembro de 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000400003>.

BLACK, Jeffrey S; OVERTON, Willis F. Reasoning, Logic, and Thought Disorders: Deductive Reasoning and Developmental Psychopathology. In: Overton, Willis F. Reasoning, necessity and logic: developmental perspective. Lawrence Erlbaum Associates, Hillsdale, New Jersey, 1990. p. 255-298.

BLASHFIELD, R. K.; JARED, W. K.; FLANAGAN, E. H.; MILES, S. R. The Cycle of Classification: DSM-I Through DSM-5. In: The Annual Review of Clinical Psychology, vol. 10, p. 25-51, 2014. DOI: 10.1146/annurev-clinpsy-032813-153639

BLEULER, Eugen. In: Dementia Praecox or the Group of Schizophrenias. Zinkin J, translator. New York, NY:: International Universities Press, 1950.

BOVO, Ana Carolina de Lima; KUNZLER, Ana Paula; TOASSA, Gisele Toassa. Da “Escola” ao “Círculo” de Vygotsky: uma perspectiva historiográfica crítica. In: Memorandum ; 36: 1-23, jun. 2019.

BROCA, P. (1969). Remarques sur le siège de la faculté de la parole articulée, suivies d'une observacion d'aphémie. In: H. Hecaen & J. Dubois (Eds.). La naissance de la neuropsychologie du langage. Paris: Flammarion, 1969 (1861). p. 108-123.

CAMPOS, R. N. CAMPOS, J. A. O. SANCHES, M. Historical evolution of mood disorders and personality disorders concepts: difficulties in the differential diagnostic. In: Revista de Psiquiatria Clínica, volume 37, n. 4, p. 162-166, 2010.

CAPRINI, Sara et al. Lack of association between two dopamine D2 receptor gene polymorphisms and schizophrenia. In: *Psychiatric Genetics*, vol. 21, p. 214-215, agosto de 2011. DOI: 10.1097/YPG.0b013e328341e020

CAROLL, David. Language, Culture and Cognition. In: *Psychology of Language*, 5ª edição. Thomson Wadsworth: Belmont, California, 2008.

CAROPRESO, Fátima. O conceito freudiano de representação em "Sobre a concepção das afasias". In: *Paidéia*, 2003, 13(25), p. 13-26. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v13n25/03.pdf>.

CHARNEY, D. et al. Neuroscience research agenda to guide development of a pathophysiologically based classification system. In: KUPFER, D.J.; FIRST, M.B.; REGIER, D.A. *A Research Agenda for DSM-V*. Washington, DC: American Psychiatric Association, 2002.

CHELPANOV, G. I. *Mosg i ducha: kritika materialisma i ocherk sovremennyx uchenii o duche*. Moscou: MIP, 1912.

COMPTON, Wilson M.; GUZE, Samuel B. (1995). The neo-Kraepelinian revolution in psychiatric diagnosis. *European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience*, 245(4-5), p. 196–201. DOI: 10.1007/bf02191797

COOPER, R.; BLASHFIELD, R. K. Re-evaluating DSM-I. In: *Psychological Medicine*, vol. 46, p. 449-456, 2016. DOI: 10.1017/S0033291715002093

COSGROVE, Lisa; KRIMSKY, Sheldon; VIJAYARAGHAVAN, Manisha; SCHNEIDER, Lisa. Financial Ties between DSM-IV Panel Members and the Pharmaceutical Industry. In: *Psychotherapy and Psychosomatics*, 75, p. 154–160, 2006. DOI: 10.1159/000091772

COSGROVE, Lisa; KRIMSKY, Sheldon. A comparison of DSM-IV and DSM-5 panel members' financial associations with industry: a pernicious problem persists. In: *PLoS Med*, 9(3), 2012. DOI: 10.1371/journal.pmed.1001190.

COSTA, E. M.; MARTINS, J. B. (2018). O projeto Vigotskiano para uma psicologia científica: anotações sobre "O Significado Histórico da Crise da Psicologia". *Avances en Psicología Latinoamericana*, 36(3), p. 537-551. DOI: <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.6007>. Disponível em: www.scielo.org.co/pdf/apl/v36n3/2145-4515-apl-36-03-537.pdf

CROW, Tim. The continuum of psychosis and its genetic origins. The sixty-fifth Maudsley lecture. In: *The British Journal of Psychiatry*, v. 156, p. 788–797.

DE SOUSA, P.; SPRAY, A.; SELLWOOD, W.; BENTALL, R. P. "No man is an island": testing the specific role of social isolation in formal thought disorder. In: *Psychiatry Research*, 230(2), p. 304–313, 2015. DOI: 10.1016/j.psychres.2015.09.010

ELIACIN, Johanne. Racism and Immigration: an African-Caribbean woman in London. In: LUHRMANN, T. M.; MARROW, J. *Our Most Troubling Madness: Case*

Studies in Schizophrenia Across Cultures. California: University of California Press, 2016.

ESQUIROL, E. Des Maladies Mentales Considérées sous les rapports médical, Hygiénique et Médico-Legal. Paris: Baillière (1838).

FISH, Frank James. Clinical Psychopathology: Signs and Symptoms in Psychiatry. Bristol: John Wright & Sons, 1967.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Org. e trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRIEBOES, Ralf et al. Lack of association between schizophrenia and the phospholipase-A2 genes cPLA2 and sPLA2. In: American Journal of Medical Genetics, vol. 105, p. 246-249, abril de 2001.

GAINES, A. D. From DSM-I to III-R; voices of self, mastery and the other: a cultural constructivist reading of U.S. psychiatric classification. In: Social Science & Medicine, vol. 35, p. 3-24, julho de 1992.

GONÇALVES, Arthur Maciel Nunes. Valores na produção do DSM-5: análise do debate em torno da proposta da síndrome psicótica atenuada. Campinas, SP: [s.n.], 2016. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas.

GREENE, Talya. The Kraepelinian dichotomy: the twin pillars crumbling?. In: History of Psychiatry, SAGE Publications, 2007, 18(3), p. 361-379. Disponível em: [ff10.1177/0957154X07078977](https://doi.org/10.1177/0957154X07078977). fhal-00570897

GULOKSUZ, S.; VAN OS, J. The slow death of the concept of schizophrenia and the painful birth of the psychosis spectrum. In: Psychological Medicine, 48(2), p. 229-244, janeiro de 2018. Publicado online pela Cambridge University Press em 10 de julho de 2017. DOI: 10.1017/S0033291717001775.

HEALY, David. The Antidepressant Era. Harvard University Press: Cambridge, MA. 1997

HORWITZ, Allan V. DSM-I and DSM-II. In: CAUTIN, Robin; LILIENFIELD, Scott. The Encyclopedia of Clinical Psychology, First Edition. John Wiley & Sons. DOI: 10.1002/9781118625392.wbecp012

ITO, C. et al. Histamine H2 receptor gene variants: lack of association with schizophrenia. In: Molecular Psychiatry, vol. 5, p. 159-164, 2000.

JASPERS, Karl. General Psychopathology (Trans. Hamilton M and Hoenig J). Volume 1. Manchester: Manchester University Press (1963).

JERÓNIMO, Joana et al. Formal Thought Disorders-Historical Roots. In: Frontiers in Psychiatry, volume 9, art. 572, novembro de 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6237835/pdf/fpsyty-09-00572.pdf>

JÖNSSON, E.; LANNFELT, L.; SOKOLOFF, P.; SCHWARTZ, J.; SEDVALL, G. Lack of association between schizophrenia and alleles in the dopamine D3 receptor gene. In: *Acta Psychiatrica Scandinavica*, v. 87, p. 345-349, 1993. DOI: 10.1111/j.1600-0447.1993.tb03384.x

KALRA, G; BHUGRA, D.; SHAH, N. Cultural aspects of schizophrenia. In: *International Review of Psychiatry*, 24,(5), p. 441–449, 2012. DOI:10.3109/09540261.2012.708649

KORNILOV, K. N. *Sovremennaya psikhologiya i Markcism*. Moscou: Dop, 1925.

KRAEPELIN, Emil. *Clinical Psychiatry: A Text-Book for Students and Physicians*. Tradução e edição de A. R. Diefendorf. New York and London: Macmillan, 1902.

KUPERBERG, Gina. Language in schizophrenia Part 1: an Introduction. In: *Lang Linguist Compass*, volume 4, número 8, agosto de 2010, p. 576–589. DOI: 10.1111/j.1749-818X.2010.00216.x.

LANTÉRI-LAURA, G. (1986). *L'Empirisme et la sémiologie psychiatrique*. In: *La querelle des diagnostics*. Paris: Navarin, 1986.

LAWRIE, S. M., HALL, J.; JOHNSTONE, E. C. (2010). Schizophrenia and related disorders. *Companion to Psychiatric Studies*, p. 391–426. DOI:10.1016/b978-0-7020-3137-3.00015-2

LEAMY, M.; BIRD, V.; LE BOUTILLIER, C.; WILLIAMS, J.; SLADE, M. Conceptual framework for personal recovery in mental health: systematic review and narrative synthesis. In: *British Journal of Psychiatry*, vol. 199, p. 445–452, 2011.

LEROY, Fabrice; BEAUNE, Daniel. Langage et schizophrénie : intention, contexte et pseudo-concepts. *Bulletin de psychologie*, 2005/5 (nº 479), p. 567-577. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-bulletin-de-psychologie-2005-5-page-567.htm>

LIN, K-M.; KLEINMAN, A. M. Psychopathology and Clinical Course of Schizophrenia: A Cross-Cultural Perspective. In: *Schizophrenia Bulletin*, 14(4), p. 555–567, 1988. DOI: 10.1093/schbul/14.4.555

LOCKE, John (1689). *An Essay Concerning Human Understanding and a Treatise on the Conduct of the Understanding*. Philadelphia: Kay & Troutman, 1847 (1689). Digitalizado pela Library of the University of Virginia.

LORDELO, Lia da Rocha. A Crise na Psicologia: Análise da Contribuição Histórica e Epistemológica de L. S. Vigotski. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa Out-Dez 2011*, Vol. 27 n. 4, pp. 537-544.

LURIA, A. R. Vygotsky. In: VYGOTSKY, L. S; LURIA, A. R; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1988.

MANDELBAUM, Eric. Associationist Theories of Thought. In: ZALTA, Edward. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Summer 2017 Edition. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2017/entries/associationist-thought/>.

MARTINHAGO, Fernanda; CAPONI, Sandra. Controvérsias sobre o uso do DSM para diagnósticos de transtornos mentais. In: *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 29(2), e290213, 2019.

MARTINS, João Batista. A perspectiva metodológica em Vigotski: o materialismo dialético. In: *Semina-Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, vol. 15, n. 3, p. 287-295, setembro de 1994.

MOKOWITZ, Andrew; HEIM, Gerhard. Eugen Bleuler's Dementia praecox or the group of schizophrenias (1911): a centenary appreciation and reconsideration. In: *Schizophrenia Bulletin*, 2011, volume 37, n. 3, p. 471-479.

DOI:10.1093/schbul/sbr016. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3080676/pdf/sbr016.pdf>

MONTOYA, Adrián Oscar Dongo. Pensamento e linguagem: percurso piagetiano de investigação. In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 1, p. 119-127, jan./abr. 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a14

MOORE, James. Jim van Os: Repensando a Psiquiatria Biológica. In: *Mad in Brasil. Ciência, Psiquiatria e Justiça Social*. 19 de abril de 2018.

MOSKOWITZ, A; HEIM, G. Eugen Bleuler's Dementia Praecox or the Group of Schizophrenias (1911): A Centenary Appreciation and Reconsideration. In: *Schizophrenia Bulletin*, 37 (3), 471, 2011. DOI:10.1093/schbul/sbr016

MUNAFÒ, M. R.; BOWES, L; CLARK, T. G.; FLINT, J. Lack of association of the COMT (Val158/108 Met) gene and schizophrenia: a meta-analysis of case-control studies. In: *Molecular Psychiatry*, vol. 10, p. 765-770, 2005.

OBANA, João Enzio Gomes. A epistemologia e a psicologia de Jean Piaget e as neurociências uma revisão sistemática. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Filosofia e Ciências. Programa de Pós-Graduação em Educação. Marília – SP, 2015.

OLIVEIRA, Martha Kohl. Fatores biológicos e sociais no desenvolvimento psicológico: a concepção de Vygotsky. São Paulo, 1992a.

_____. O problema da afetividade em Vygotsky. São Paulo, 1992b.

_____. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: Piaget, Vygotsky, Wallon – Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992c.

OLIVEIRA, Marta Kohl de; REGO, Teresa Cristina. Contribuições da perspectiva histórico-cultural de Luria para a pesquisa contemporânea. In: *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 36, p. 107-121, abril de 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022010000400009>.

PACHECO, Maria Vera Pompêo de Camargo. Esquirol e o surgimento da psiquiatria contemporânea. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, junho de 2003, ano VI, n. 2, p. 152-157. DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-47142003002011>.

PAULY, P. J. (1983). The political structure of the brain; cerebral localization on Bismarckian Germany. In: *International Journal of Neuroscience*, 21, p. 145-149.

PAYNE, . W.; HEWLETT, J. H. G. Thought disorder in psychotic patients. In: EYSENCK, Hans J. (ed.). *Experiments in personality – Volume 2: psychodiagnostics and psychodynamics*, London: Routledge and Kegan Paul, 1960.

PENN, Julia M. *Linguistic Relativity Versus Innate Ideas: The Origins of the Sapir-Whorf Hypothesis in German Thought*. *Janua Linguarum, Series Minor*, 120. The Hague: Mouton, 1972. 62p.

PERALTA, V; CUESTA, MJ. Eugen Bleuler and the schizophrenias: 100 years after. In: *Schizophrenia Bulletin*, 2011, volume 37, n. 6, p. 1118-1120. DOI:10.1093/schbul/sbr126. PMID: 22013084; PMCID: PMC3196952.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Bleuler e a invenção da esquizofrenia. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. III, n. 1, p. 158-163, 2000. DOI: 10.1590/1415-47142000001011

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Kraepelin e a criação do conceito de “Demência precoce”. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. Ano IV, vol. 4, 2001, p. 126-129. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rlpf/v4n4/1415-4714-rlpf-4-4-0126.pdf

PINTO, Rosana do Carmo Novaes; SANTANA, Ana Paula. Semiologia das afasias: uma discussão crítica. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre , v. 22, n. 3, p. 413-421, 2009 . DOI: 10.1590/S0102-79722009000300012.

PINTO, Tereza. Crítica do Empirismo aplicado a psicopatologia: da esterilidade do DSM a uma saída pela psicanálise. *Ágora*, Rio de Janeiro, p.405-420, Dez. 2012.

PRICHARD, James Cowles. *A Treatise on Insanity and Other Disorders Affecting the Mind*. Philadelphia: E. L. Carey & A. Hart, 1837.

RADANOVIC, M.; SOUSA, R. T.; VALIENGO, L. L.; GATTAZ, W. F.; FORLENZA, O. V. Formal Thought Disorder and language impairment in schizophrenia. In: *Arq Neuropsiquiatria*, vol. 71, p. 55-60, 2013.

RADANOVIC, Marcia et al. Formal Thought Disorder and language impairment in schizophrenia. In: *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, São Paulo , volume 71, n. 1, p. 55-60, janeiro de 2013 . DOI: 10.1590/S0004-282X2012005000015.

REED, J. L. (1970). Schizophrenic thought disorder: A review and hypothesis. *Comprehensive Psychiatry*, volume 11, n. 5, p. 403–432, setembro de 1970. DOI: 10.1016/0010-440x(70)90002-7.

REY, Fernando Luis González. Reflexões sobre o desenvolvimento da psicologia soviética: focando algumas omissões da interpretação ocidental. In: *Psicol. Soc.* 2012, vol. 24, n.2, p. 263-271. DOI: 10.1590/S0102-71822012000200003.

RIVIÈRE, Angel. *La Psicología de Vygotski*. Madrid: Visor Livros – Infancia y Aprendizaje, 1985.

RIVKIN, P.; BARTA, P. Thought Disorder. In: Johns Hopkins Psychiatry Guide Retrieved. Última atualização em 02 de agosto de 2017. Disponível em: https://www.hopkinsguides.com/hopkins/view/Johns_Hopkins_Psychiatry_Guide/787025/all/Thought_Disorder

RUSSO, J.; VENANCIO, A. T. A. Classificando as pessoas e suas perturbações: a "revolução terminológica" do DSM III. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. IX, n. 3, setembro de 2006, p. 460-483.

RYLE, Gilbert. Proceedings of the Aristotelian Society. In: Supplementary Volumes. Freedom, Language, and Reality, volume 25, 1951.

SAKHAROV, L. S. Methods for investigating concepts (1930). In: VEER, R. van der; VALSINER, J. (Ed.). *The Vygotsky Reader*. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

_____. Sobre métodos para pesquisa de conceitos. *Fractal: Revista de Psicologia, Niterói*, v. 25, n. 3, p. 695-724, set./dez. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estud. av.*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, agosto de 1988. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>.

SASS, Louis; PARNAS, Josef. Thought Disorder, Subjectivity, and the Self. In: *Schizophrenia Bulletin*, 2017, vol. 43, n. 3, p. 497–502. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5464260/pdf/sbx032.pdf>

SCHOLZ, Barbara C., PELLETIER, Francis Jeffry and PULLUM, Geoffrey K. Philosophy of Linguistics. In: ZALTA, Edward. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Winter 2011 Edition.

SÉGLAS, Jules. Des troubles du langage chez les aliénés. Paris: J. Rueff et Cie. Éditeurs, 1892. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k767285>

SPIEGEL, David. Introduction. In: *American Journal of Psychiatry*. 151:6. Junho de 1994. Sesquicentennial Supplement. p. 90-96.

STÖBER, G. et al. Insertion/deletion variant (–141C Ins/Del) in the 5' regulatory region of the dopamine D2 receptor gene: lack of association with schizophrenia and bipolar affective disorder. In: *Journal of Neural Transmission*, vol. 105, p. 101-109, março de 1998.

SZASZ, Thomas. *O Mito da Doença Mental*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

TAN, E. J.; ROSSELL, S. L. On the nosology of formal thought disorder. In: *Australian & New Zealand Journal of Psychiatry*, vol. 49, p. 758–759, 2015. DOI: 10.1177/0004867415577439

TOASSA, Gisele ; DELARI JUNIOR, Achilles. Sakharov e os métodos para pesquisa da formação de conceitos. In: *Fractal – Rev. Psicol.* [online]. 2013, vol. 25, n.3, p.645-658. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922013000300014>

VAN OS, Jim. Are psychiatric diagnoses of psychosis scientific and useful? The case of schizophrenia. In: *Journal of Mental Health*, 19(4), p. 305–317, 2010. DOI:10.3109/09638237.2010.492417

_____. “Schizophrenia” does not exist – Disease classifications should drop this unhelpful description of symptoms. In: *British Medical Journal*, 352, i375, fevereiro de 2016. DOI: 10.1136/bmj.i375.

VIRGOS, Carmen et al. Plasma homocysteine and the methylenetetrahydrofolate reductase C677T gene variant: lack of association with schizophrenia. In: *NeuroReport*, vol. 10, p. 2035–2038, julho de 1999.

VOEGELIN, C. F. (1976). : Linguistic Relativity versus Innate Ideas: The Origins of the Sapir-Whorf Hypothesis in German Thought . Julia M. Penn. *American Anthropologist*, 78(2), 456–457. doi:10.1525/aa.1976.78.2.02a01370

VON DOMARUS, Eilhard. Zur Theorie des schizophrener Denkens. In: *Zeitschrift Für Die Gesamte Neurologie Und Psychiatrie*, 108(1), 1927. p. 703–714. DOI:10.1007/bf02863991

_____. The specific laws of logic in schizophrenia. In: Kasanin, J. S. *Language and thought in schizophrenia: Collected papers presented at the meeting of the American Psychiatric Association*. Berkeley, CA: California University Press, 1944.

VYGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. Tradução. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 496 p.

_____. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Orgs. Michael Cole et al. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. O significado histórico da crise na Psicologia. In *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (1926).

WERTSCH, James V. *Vygotsky y la formación social de la mente*. Barcelona: Paidós, 1988.

WHORF, Benjamin Lee, 1956, *Language, Thought and Reality*, Cambridge University Press: MIT Press. Edited by John B. Carroll.

ZHANG, Bao et al. Lack of Association between the TSPAN18 Gene and Schizophrenia Based on New Data from Han Chinese and a Meta-Analysis. In: *International journal of molecular sciences*, vol. 16, n. 6, maio de 2015. DOI: 10.3390/ijms160611864

ZORZANELLI, Rafaela; BANZATO, Claudio E. M. Epistemologia, história e a linguagem da psicopatologia. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, 20(2), p. 399-402, junho de 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2017v20n2p399-12>.